



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE  
MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

ELAINNE CRISTINA DA SILVA MESQUITA

**PRÁTICAS AMOROSAS DE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES EM  
BELÉM (1889/1900)**

SALVADOR - BA  
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE  
MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

ELAINNE CRISTINA DA SILVA MESQUITA

**PRÁTICAS AMOROSAS DE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES EM  
BELÉM (1889/1900)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Brandão de Aras

SALVADOR - BA  
2013

---

Mesquita, Elaine Cristina da Silva.

Práticas amorosas de mulheres das camadas populares de Belém (1888/1890) / Elaine Cristina da Silva Mesquita; orientadora, Lina Maria Brandão de Aras. – Salvador, 2013.  
151 f.; 29 cm.

Inclui Bibliografias

Orientadora Profª Drª Lina Maria Brandão de Aras

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - NEIM. Salvador, 2013.

1. História – Mulheres – Brasil. 2. Sexualidade. 3. Gênero. 4. Representações Sociais – Mulheres. 5. Práticas Amorosas. I. Aras, Lina Maria Brandão, *orient.* II. Título.

CDD:305.4

---

## TERMO DE APROVAÇÃO

ELAINNE CRISTINA DA SILVA MESQUITA

### **PRÁTICAS AMOROSAS DE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES EM BELÉM (1889/1900)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do PPGNEIM da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Salvador, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013

---

Lina Maria Brandão de Aras - Orientadora  
Doutora em História, pela *Universidade de São Paulo – 1995*.  
Professora do Departamento de História, da UFBA  
PPGNEIM/FFCH/UFBA

---

Marina Regis Cavicchioli  
Doutora em História, pela *Universidade Estadual de Campinas – 2009*.  
Professora do Departamento de História, da UFBA  
PPGHistória/UFBA.

---

Ângela Maria Freire de Lima e Souza  
Doutora em Educação, *Universidade Federal da Bahia – 2003*.  
Professora do Instituto de Biologia, da UFBA  
PPGNEIM/FFCH/UFBA

A minha mãe Maria José Mesquita e  
minha tia Marlene Mesquita.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Universidade Federal da Bahia e ao Programa de Pós Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher pela oportunidade de compor o corpo discente e assim possibilitar estender meus horizontes acadêmicos e profissionais. Agradeço a CAPES pela bolsa que possibilitou minha permanência em Salvador durante o mestrado, este auxílio foi essencial para que o presente trabalho fosse concluído. Agradeço, em especial e com muito carinho, a minha orientadora Lina Maria Brandão de Aras pelas orientações, reflexões e apoio que deu durante toda a escrita do trabalho, incentivando e acreditando nesta pesquisa. Sou grata á professora Ana Alice Alcântara Costa a quem tenho profunda admiração e respeito, pois, acrescentou-me conhecimento a partir de importantes reflexões sobre gênero e história; a professora Alinne Bonetti pelos diálogos sobre sexualidade. Agradeço a professora Luzinete Simões Minella (UFSC) por ter emitido parecer ao meu projeto inicial auxiliando na reconstrução do mesmo, possibilitando os avanços teóricos e metodológicos, sou-lhe grata, também, pelas reflexões ás obras de Michel Foucault que deram novo fôlego a pesquisa.

Sou grata ás professoras Ângela Freire e Marina Cavicchioli, pelo respeito e carinho com que me trataram no período de qualificação, agradeço pelas importantes considerações feitas ao meu trabalho que possibilitaram ampliar as reflexões e rever os conceitos. Agradeço a todo o corpo docente do PPG-NEIM/UFBA pelos diálogos possíveis.

Gostaria de agradecer ao professor Luis Augusto Pinheiro Leal (UFPA) que teve a brilhante ideia de me aconselhar a vir para Salvador-Ba, cursar o mestrado no NEIM, a professora Marzane Pinto que me deu muitos conselhos e incentivou meu ingresso ao mestrado. Agradeço também aos professores Marcio Couto Henrique (UFPA) e Mauricio Costa (UFPA) que me apoiaram consideravelmente na construção do primeiro projeto submetido a seleção de mestrado, inclusive concedendo cartas de recomendação ao PPG-NEIM.

Agradeço aos colegas da turma de 2011 que fomentaram os debates em classe e trouxeram novas perspectivas teóricas que ampliaram meus conhecimentos, em especial a Sílvia Barbosa e Márcia de Menezes que se reuniram comigo muitas vezes para longas horas de conversa, aconselhamentos e estudos, me oferecendo o melhor que possuíam a amizade

verdadeira. Agradeço a Natália Silveira, amiga e fomentadora de debates interessantíssimos em torno da sexualidade.

Agradeço a Andréa Trindade dos Santos pelas conversas sempre pertinentes, pelo apoio nos momentos difíceis, e por sempre acreditar nas possibilidades e incentivar de forma positiva minha caminhada.

Agradeço a Leonardo Magnavita que provocou novas ideias através de inúmeras conversas sobre marxismo e campo jurídico me fazendo repensar as difíceis relações de gênero construídas e representadas na tessitura social, estas novas ideias acabaram por influenciar na construção do texto.

Enfim, eternamente grata aos amores da minha vida, mulheres fortes e decididas a quem devo minha formação intelectual, pessoal e a minha identidade mestiça, minhas mães Maria José e Marlene Mesquita, sem elas não estaria no lugar que me encontro hoje. Agradeço a meu tio Luiz Ferreira pelos primeiros livros, pelas histórias contadas sobre a Belém de outrora e pela referência de honestidade e humildade.

Agradeço a meus irmãos Ricardo, Heitor, Luis Paulo e Renan, cunhadas Luanna, Rafaella, Lorena, Jael, a meus sobrinhos, Pedro, João, Asaffe, Hadassa, Anna, por contribuírem com minha felicidade, por me fazerem saber seguramente que sempre estarão prontos para me socorrer nas horas de dificuldade. A Lilian Valente que tem acompanhado minha trajetória de vida desde Belém-Pa e dedicado amizade, apoio nos momentos difíceis e tem incentivado de muitas maneiras meus estudos. A Madalena, irmã do coração que muito me apoiou e meus sobrinhos Renato e Gabryelle. Amo todos infinitamente. Todos são partes indivisíveis da minha história, da minha identidade e das minhas conquistas.

A todos vocês dedico meus esforços, minha admiração, e aos que estão distantes geograficamente dedico também minhas saudades.

*O amor, conforme acreditava, devia chegar de repente, com seus grandes tumultos e fulgurações – furacão dos céus que desaba sobre a vida, transtorna-a, arranca as vontades como folhas e arrasta o coração inteiro para o abismo.*

*Gustave Flaubert*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais sobre práticas amorosas de mulheres amasiadas das camadas populares de Belém (1889/1900), subscritas como crime e desvio, veiculadas em discursos socialmente estabelecidos. Como objetivos específicos: buscamos identificar discursos sobre práticas amorosas de mulheres amasiadas das camadas populares de Belém, relacionando-os as desigualdades de gênero forjadas a partir das relações de poder vigentes à época; analisamos as relações de gênero circunscritas nas práticas amorosas de mulheres amasiadas das camadas populares de Belém que permitiram a elas exercerem suas relações de conjugalidade à revelia das imposições que se estabeleciam à época. O enfoque teórico-metodológico da pesquisa fundamentou-se nos estudos de gênero, na historiografia e nas teorias feministas, desenvolvidas no âmbito de várias disciplinas que contribuíram para refletir sobre o objeto dessa pesquisa. As fontes utilizadas são os jornais publicados no período, O Correio Paraense, Diário de Notícias, A República, disponíveis no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), os Processos Crimes, disponíveis no Centro de Memória da Amazônia e Arquivo Público do Estado do Pará, os autos da chefatura de polícia, o Código de Posturas da Intendência Municipal, o Código Penal, e a literatura científica, escrita por quatro autores específicos, Louis Agassis e Elizabeth Agassis, Raimundo Nina Rodrigues e José Veríssimo documentos também disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará. Os amasiamentos das mulheres das classes populares apresentavam-se muitas vezes como únicos recursos possíveis para o desenvolvimento de sua conjugalidade e para a constituição de uma família, mesmo que para as elites oitocentistas estas famílias representassem em larga escala o símbolo da desordem e do desvio, ou de uma sexualidade desregrada. As exigências de casamento institucional, dispostas pelos poderes políticos, jurídicos e religioso, difundido como saneador pela organização científica-higienizadora, não impediu as mulheres das classes populares de exercerem sua sexualidade, trocarem de parceiros, terem filhos, mesmo que considerados ilegítimos e de desenvolverem seu cotidiano a revelia de códigos normatizadores burgueses, ou dialogando diretamente com estes.

**Palavras-chaves:** Gênero. Sexualidade. Representação social. Práticas amorosas. Práticas sexuais.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the social representations of women sexual practices in Belem (1889/1900) as crime on a socially established discourse. As specific objectives we identified practical discourses on women's love in Belem in relation to gender. We analyzed gender relations outlined in the practices of these kinds of women of the popular strata of Belem who had their sexual relationship apart from the society's thinking established at that time. The theoretical and methodological approaching of the researching was based on gender studies in historiography and in feminist theories, developed under several disciplines that have contributed to reflect on the object of this researching. The sources used were the newspapers published in the period: the "Correio Paraense", "Diário de Notícias", "A República", all of them available at the Public, Library - Arthur Vianna (CENTUR), The Crime Processes available on Amazon and Memory Center Public File in the State of Pará, the autos of the Colombian Police, the Code of Posture of Municipal Intendancy, the Criminal Code, and the scientific literature written by four specific authors: Louis Agassis and Elizabeth Agassis , Raimundo Nina Rodrigues and José Veríssimo. The documents are also available in the Public Archive of the State of Pará. The "amasiamentos" of women of popular classes were often only possible resources for the development of their couple relationship and for the establishment of a family; even for the 19th century elites these families represented the large-scale of disorder or an unregulated sexuality. The requirements of institutional marriage arranged by political, legal and religious powers it widespread and it did not prevent women from popular classes to have their sexuality or partner exchanging, have children, even though considered illegitimate and to develop their daily norms of bourgeois codes or having a dialogue with them.

**Keywords:** Genre. Sexuality. Social representation. Amorous practices. Sexual practices.

## **LISTA DE IMAGENS**

**1 – IMAGEM 1:** Grupo de senhoras paraenses, representantes das classes abastadas da sociedade da borracha

**2 – IMAGEM 2:** Mestiças da Amazônia. Foto de Walther Hunnewell para a pesquisa de Louis Agassiz sobre raça

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>Primeiros Ensaios</b>	<b>13</b>
<b>Recortes conceituais e teórico-metodológicos</b>	<b>23</b>
<b>CAPITULO I</b>	
<b>1 PRÁTICAS AMOROSAS E PRÁTICAS SEXUAIS: POSSIBILIDADES</b>	<b>48</b>
<b>1.1 Práticas amorosas e sexuais de mulheres amasiadas e o discurso dos “homens da ciência”</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 IDEIA DE AMOR E FAMÍLIA NO SÉCULO XIX</b>	<b>75</b>
<b>2.1 Amasiamentos: possíveis tramas de conjugalidade</b>	<b>86</b>
<b>2.2 Entre o “desvio” e o “permitido”: representações sociais da conjugalidade fora do casamento legitimado</b>	<b>90</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 OS AMORES E AS PRÁTICAS AMOROSAS EM BELÉM</b>	<b>103</b>
<b>3.1 Belém, os amores, as relações amorosas e os amasiamentos</b>	<b>105</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>130</b>
<b>LISTA DE FONTES</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

### Primeiros ensaios

Durante a graduação de Licenciatura e Bacharelado em História pretendendo investigar algumas das possíveis representações sobre a criminalidade feminina em Belém no século XIX, especificamente nos anos posteriores a proclamação da República, compreendidos entre 1890 a 1894, percebi uma infinidade de possibilidades emergidas da história das mulheres e das relações histórico-sociais que envolvem este tipo de investigação. O contato com a historiografia, com os estudos de gênero e com as fontes de pesquisa, durante a elaboração de trabalho monográfico, possibilitaram novas indagações e a observação das lacunas nos trabalhos que possuíam as mulheres como principal objeto de investigação na região norte do país. O que era uma investigação sobre as representações da criminalidade de mulheres populares a partir de um recorte histórico delimitado tornou-se complexo, requerendo um olhar mais aguçado das fontes documentais e aprofundamento teórico que desse fôlego ao trabalho e possíveis respostas sobre o objeto a ser investigado.

A partir dessas reflexões voltei o olhar, cada vez mais, para este contexto histórico específico, o século XIX, o que considero importante para evidenciar a presença das mulheres como sujeitas sociais que integram sistemas de poder e redes de dominação não homogêneas, considerando que, aquilo que o processo histórico revela, modifica o domínio dos mitos e das normas culturais revelando espaços femininos conquistados e não prescritos.<sup>1</sup> A pesquisa aqui apresentada nasce de reflexões embrionárias da graduação e do trabalho monográfico, espraiando-se por novos espaços e alargando as fronteiras da pesquisa, encontrando-se com as teorias feministas, mais amplamente durante o mestrado e coadunando-se para a objetivação de novo objeto e nova problemática.

Observo que este estudo torna-se relevante e diferenciado, pois as práticas amorosas de mulheres produziram e ainda produzem na sociedade contemporânea relações específicas que se estabelecem flexibilizando e tencionando as concepções diversas de conjugalidade, amor, família e maternidade, dialogando com as relações de poder

---

<sup>1</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. O Discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: MATOS, Maria Izilda de Santos; SOLER, Maria Angélica (Orgs.). *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. p 25.

estabelecidas a partir dos paradigmas políticos, sociais, jurídicos, científicos, dentre outros constantemente atravessados por questões de gênero, raça, classe e sexualidade.

Ao tratarmos das práticas amorosas estamos também acessando outros constructos histórico-sociais, imprescindíveis para a compreensão do debate proposto, como as variadas concepções de família, os lastros deixados pelas concepções de conjugalidade e as diferentes maneiras como homens e mulheres associaram-se em determinados contextos para a elaboração de seus desejos e ainda, o que se compreende por amor e seus significados. Considerando estes constructos observamos que as práticas que se estabelecem sobre eles, dentro deles e através deles, são mais plurais e complexas do que podemos supor, quando pensamos em família não podemos considerar um único modelo estático para entendê-la, quando enunciamos conjugalidade não podemos considerar que a mesma só seria possível através de laços institucionalizados como o casamento, quando pensamos em relações afetivas e sexuais heterossexuais não podemos deixar de observar que não são relações universais e que cada grupo social, recortado por um período histórico, irá apresentar consideráveis diferenças sobre o assunto.

Considerando que as práticas são diversas, devemos também considerar que as maneiras pelas quais são vivenciadas também se pluralizam, por exemplo, o amor pode ser vivido, sentido e tratado de múltiplos modos, se considerarmos as forças sociais que se estabelecem em nosso cotidiano como a religiosidade, a cultura, a sexualidade, a política, a ciência, as relações de gênero, iremos perceber que o sentimento amoroso não é algo natural dos seres humanos, também é uma construção simbólica e subjetiva, que pode ser recortado, datado e observado de muitos modos a partir de muitos sujeitos. Certamente, o amor vivenciado por um ocidental não será o mesmo amor vivenciado por um oriental, ambas as sociedades e os sujeitos irão construir este sentimento de formas diversificadas o que irá colaborar para o tipo de vivência que se terá a partir dele, fabricando inúmeras práticas amorosas e sexuais que não serão jamais universais ou universalizantes.<sup>2</sup>

O objeto de investigação proposto nesta pesquisa consiste nas práticas amorosas das mulheres das camadas populares de Belém, em fins do século XIX (1890 a 1900), que teceram suas relações de conjugalidade a partir do amasiamento, este compreendido pela condição não oficial do casamento constituído pela Igreja e/ou pelo Estado. A literatura consultada sugere que as práticas amorosas de mulheres populares no século XIX ultrapassaram as fronteiras dos ideais de amor, casamento e família, construídos e propostos a

---

<sup>2</sup> CHAVES. Jacqueline Cavalcanti. Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da Belle-Époque. *Análise Social*, v. 180, 2006, 827-846. p. 828.

partir de discursos e representações sociais de uma elite dominante. Os amasiamentos de mulheres das camadas populares à medida que podem ser localizados e problematizados apontam a diversidade, pluralidade e a complexidade das práticas amorosas que foram estabelecidas e que dialogaram com as suas práticas sexuais atravessadas pelas relações de gênero, classe, raça e sexualidade, promovendo outras concepções de conjugalidade.

Consideramos nesta investigação, como amasiamento, as relações estabelecidas entre mulheres e homens das camadas populares de Belém que não recorreram, em uma primeira instância, ou por vontade própria, ao casamento instituído religiosamente ou pelas vias jurídicas, porém, mantiveram laços afetivos e/ou de conjugalidade reconhecidos socialmente. Consideramos, também, as reflexões de Magali Engel sobre o termo amasiamento e suas imprecisões na documentação pesquisada, pois, este termo foi usado às vezes para qualificar relações entre amantes, homens ou mulheres que mesmo casados mantinham relações paralelas, amantes que não compartilhavam de uma vida em comum, ou seja, que não coabitavam na mesma casa, ou poderia se referir as relações estáveis de conjugalidade reconhecida socialmente e não oficializada pelo casamento religioso ou civil.<sup>3</sup>

O comportamento feminino foi diversas vezes alvo dos discursos higienizadores do século XIX, considerado um dos principais temas a compor a imensa rede de debates que se formava em torno da criminalidade, família, sexualidade etc. Neste contexto as representações do feminino são importantes, pois se constituem em um imenso tema de investigação histórica, estas representações sociais reforçaram a imagem das mulheres como ameaça constante para o triunfo de uma ordem masculina. O século XIX pode ser considerado como um divisor de águas no que concerne à história das mulheres, pois implementou a divisão das tarefas e a segregação sexual ao seu ponto mais alto, definindo o lugar das mulheres no tecido social como sendo “a maternidade e a casa”, contudo, podemos perceber e “reencontrar as mulheres em ação, inovando em suas práticas, dotadas de vida e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história” a partir do momento que suas práticas atravessaram as normas reguladoras circunscritas nos discursos sobre a moralidade, família e normatividade científica.<sup>4</sup>

A mulher que se questionava nos debates científicos oitocentistas era, na maioria das vezes, representada através de um tênue pano de fundo sustentado na prostituição ou no

---

<sup>3</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 153-177. p. 162; Cf.:CAMPOS, Ipojuca Dias. Sentidos da violência conjugal e amásia em Belém (décadas de 1920 e 1930). *Projeto História*, São Paulo, n.39, p. 235-255, jul/dez. 2009.

<sup>4</sup> PERROT, Michelle. *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.168-186.

caráter “frágil” da natureza feminina. Estas concepções surgiam através das imposições da nova ordem republicana emergente e possuíam o respaldo científico da medicina social, esta por sua vez assegurava como características femininas, por razões biológicas: “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal”.<sup>5</sup>

Os discursos sociais e políticos que emergiram, em fins do século XIX, exigiam da mulher um comportamento e uma sexualidade regrados, moralizados e submissos que não maculassem sua honra. Fugir dos padrões e das regras compreendidas como corretas e higiênicas facilitaria a penalização pelos mecanismos de controle social, legitimados ou não, em forma do aparato jurídico e policial ou em forma da própria violência doméstica. As desordens envolvendo mulheres das camadas populares, desencadeadas pelos mais variados motivos incluindo entre eles a vagabundagem, prostituição a sexualidade e o amor, foram alvos constantes de repressão.

José Ronaldo Trindade destaca que, a partir de 1890, o controle sobre o comportamento feminino era preocupação eminente dos órgãos de governo da cidade de Belém, que estavam encarregados da manutenção da boa moral, assim como da segurança pública e privada. Em algumas situações as mulheres das camadas populares tiveram seu padrão de vida e suas práticas cotidianas diminuídas diante de um modelo feminino delineado para as mulheres das camadas abastadas da sociedade.<sup>6</sup> Localizar os conflitos decorrentes das práticas amorosas de mulheres das camadas populares e as possíveis representações sociais sobre os mesmos, dentro dos domínios das relações de poder, possibilita-nos observar como os discursos circunscreveram tais práticas no campo dos crimes ou/e dos desvios. Os amasiamentos ou concubinatos, considerados arranjos indignos pela sociedade dominante, foram recursos de conjugalidade amplamente utilizados em Belém pelas camadas populares revelando práticas amorosas que caminhavam em sentido contrário das desejadas como corretas, higiênicas e salubres.

O pensamento científico no Brasil e no Pará colaborou na construção das representações acerca das mulheres e de seus corpos, trabalhos de importantes estudiosos

---

<sup>5</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. (Orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 363. Cf.: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas: o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da “Belle Époque”*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 123.

<sup>6</sup> TRINDADE, José Ronaldo. Mulheres de má vida: Meretrizes, infiéis e desordeiras em Belém (1890-1905). In: ALVES, Maria Luiza Miranda, D’INCAO, Maria Ângela (Orgs.). *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GPEM, 1995. p.41 e 42

como o médico Raimundo Nina Rodrigues na Bahia e José Veríssimo, no Pará, demonstram um pouco dos diálogos travados sobre o assunto. Nina Rodrigues em publicação intitulada “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” de 1894, reforça sua tese sobre a “degenerescência das raças” buscando em análises de Veríssimo, feitas a respeito do comportamento das populações mestiças da Amazônia, subsídios importantes para sua argumentação, que de maneira reveladora demonstrou a representação latente da ciência sobre os corpos e os comportamentos de mulheres das camadas populares da região norte.<sup>7</sup>

O pensamento jurídico também contribuiu para que as representações sobre as mulheres fossem delimitadas pela ótica da incompetência, fragilidade e incapacidade, dirimindo os direitos das mulheres e sua capacidade jurídica. “As dirimentes do código penal” escrito pelo juiz Vasco Smith de Vasconcelos, publicadas em 1923, debatem a condição feminina a luz da compreensão jurídica a partir do Código Penal Brasileiro do Império e das modificações ocorridas no mesmo pelas necessidades nascidas dos novos paradigmas impostos pelas letras jurídicas, pelo republicanismo e pelos novos paradigmas da biologia, ressaltando que:

As mulheres perante as nossas leis civis não gozam das mesmas prerrogativas que o homem, sem que isso denote inferioridade de um sexo em relação ao outro, fundando-se naturalmente nas notáveis diferenças de estrutura organica e nas attitudes psycho-physiologicas que fazem da mulher um ente sensível e affectuoso. Essa desigualdade juridico-civil, considerando a mulher uma creatura mais fraca do que o homem deve ter como equidade uma compensação quando se trate de avaliar a responsabilidade criminal.<sup>8</sup>

Este modelo jurídico persistente ainda em inícios do século XX no país nada mais seria que os resquícios positivistas de uma legislação androcêntrica, colaborando não só para se imputar a mulher uma desigualdade em relação aos homens, mas também para se criar estereótipos em torno das mulheres que facilitaram a permanência de sistemas de opressão, que persistem ainda nos dias atuais. Segundo Smith de Vasconcelos, apoiado em autores da antropologia, psicologia e das ciências jurídicas como Felinto Bastos, Tobias Barreto e Rodrigues da Costa Doria, sendo este último professor de medicina legal da Bahia, a “mulher” possuía uma “imaginação exaltada uma sensibilidade esquisita, viva e

---

<sup>7</sup> Cf.: VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará. 1970. (obra escrita em 1885); RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara; Waissman Koogan, 1894. p. 104

<sup>8</sup> VASCONCELOS, Vasco Smith de. *As dirimentes do código penal*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1923. p. 18.

impressionável, nella predomina o extinto sobre a reflexão”. Deste modo, os delitos praticados por mulheres não deixavam de ser considerados criminosos, apenas recebiam um diferenciamento na qualificação jurídica que contemplava as mulheres e seus efetivos contratempos com a lei de maneira positivada, por considerar que esta por sua condição inferior possuía um sistema nervoso alterado, por atenuantes fisiológicos e psicológicos como a menstruação, a gravidez, e ainda a fragilidade e a tendência ao desvio.<sup>9</sup>

Partindo de tais argumentações e da prévia pesquisa documental nos acervos do Arquivo Público do Estado do Pará e do Centro de Memória da Amazônia, ambos na cidade de Belém, nos propusemos indagações relevantes para a melhor compreensão do exposto. Dentre elas destacamos as seguintes:

1ª) Apesar das imposições sociais para se estabelecer padrões de comportamento, ditos como salubres, as mulheres amasiadas desenvolveram mecanismos de resistência que as possibilitaram manter autonomia relevante sobre seus corpos e exercerem suas práticas amorosas a revelia das imposições que se estabeleciam?

2ª) Quais os discursos estabelecidos socialmente em Belém, que contribuíram na construção das representações sobre as práticas amorosas femininas, auxiliando a circunscrevê-las nos campos do comportamento desviante e/ou criminoso?

A construção social em torno do “sujeito mulher” traz consigo uma carga valorativa de representatividade que torna o exercício das pesquisas sobre as relações de gênero um processo que requer atenções. Como observou Margareth Rago, “a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como “sexo frágil”.” Provocar o debate sobre a condição das mulheres em determinados recortes históricos também representa fortalecer identidades femininas, centralizar o sujeito mulher e debater relações de gênero e poder, itens essenciais para se construir uma história das mulheres a partir de uma perspectiva feminista.<sup>10</sup>

Neste trabalho tivemos como objetivo geral: analisar representações sociais sobre as práticas amorosas de mulheres amasiadas das camadas populares de Belém (1889/1900), subscritas como crime e desvio, veiculadas em discursos socialmente estabelecidos. Como objetivos específicos: a) Buscamos identificar discursos sobre práticas amorosas de mulheres amasiadas das camadas populares de Belém, relacionando-os as desigualdades de gênero

<sup>9</sup> *Idem.* p. 18

<sup>10</sup> RAGO, Margareth. ‘Epistemologia Feminista, Gênero e História’. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (Orgs.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42. p. 28. Disponível em: <[http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=53&func=startdown&id=23](http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=53&func=startdown&id=23)> Acesso em: 14 jan. 2012.

forjadas a partir das relações de poder vigentes à época. b) Buscamos analisar as relações de gênero circunscritas nas práticas amorosas de mulheres amasiadas das camadas populares de Belém que permitiram a elas exercerem suas relações de conjugalidade à revelia das imposições que se estabeleciam à época.

Para tentarmos compreender melhor como se forjaram as representações sociais sobre as práticas amorosas de mulheres populares e os mecanismos de resistência que permitiram as mulheres belenenses exercer sua autonomia em relação a sua vida amorosa, buscamos nas fontes documentais pistas que nos possibilitaram avançar um pouco mais nesse campo.

As fontes apresentadas na pesquisa são os jornais publicados no período, O Correio Paraense, Diário de Notícias, A República, disponíveis no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), os Processos Crimes, disponíveis no Centro de Memória da Amazônia e Arquivo Público do Estado do Pará, os autos da chefatura de polícia, o Código de Posturas da Intendência Municipal, o Código Penal, e a literatura científica, escrita por quatro autores específicos, Louis Agassis e Elizabeth Agassis, Raimundo Nina Rodrigues e José Veríssimo documentos também disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.

Periódicos que circularam na cidade de Belém, no século XIX, como O Correio Paraense, A República e o Diário de Notícias, serviram como aportes documentais importantes para que localizássemos representações sociais sobre as mulheres do período; o que se dizia delas publicamente; como eram circunscritas e quais espaços sociais ocupavam. Os jornais também foram utilizados para propagar a opinião pública, desta maneira localizamos falas importantes de moradores da cidade publicadas como cartas de desabafo, de denúncia, retratação ou justificação. As fontes dos periódicos trouxeram representações historicamente construídas que passavam pelos crivos de várias forças que atuavam no período, como a política, a economia e a informação. Considerando estes aspectos a contextualização destas fontes foi essencial para possibilitar sua leitura e interpretação, evitando um olhar acrítico sobre as mesmas tentamos compreender as motivações de sua escrita e a quem era dirigida.<sup>11</sup>

Os processos crimes de defloramento, os autos da chefatura de polícia, o código penal, compõem uma vasta documentação dos arquivos do poder judiciário, no caso do Código de Posturas da Intendência Municipal pode ser compreendido como arquivo do poder executivo, todos subdivididos e disponíveis em dois arquivos de Belém, Arquivo Público do

---

<sup>11</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-154

Estado do Pará e Centro de Memória da Amazônia. Estes documentos trouxeram variadas representações dos discursos que qualificavam as mulheres das camadas populares como propensas a criminalidade e ao desvio, em suas propostas pretendiam-se agentes normativos das práticas amorosas e sexuais consideradas irregulares. Autos da chefatura de polícia e processos crimes apresentaram-se como itens importantes para a nossa análise, pois continham em suas páginas corpos de delito e depoimentos de mulheres que permitiram localizar importantes observações sobre a vida, o cotidiano e as relações tecidas pelas mesmas a partir de fragmentos de suas narrativas.

A literatura científica, de Louis Agassis e Elizabeth Agassis, Raimundo Nina Rodrigues e José Veríssimo, trouxeram as perspectivas e representações sociais a respeito de mulheres pobres e mestiças nuançadas por uma ciência em construção no século XIX. Este recorte documental se mostrou essencial a nossa pesquisa, pois, apresentou as primeiras perspectivas atenuantes dos recortes de gênero, raça, classe e sexualidade, que não puderam deixar de ser abordados.

Os discursos embutidos nas fontes utilizadas para esta pesquisa formaram representações sociais sobre as mulheres das classes populares e suas práticas amorosas que foram largamente disseminadas nos últimos anos republicanos. Muitas representações sociais dispostas em documentos, tidos como oficiais, possuem uma vasta gama de intenções que ficam localizadas a partir da subjetividade de quem os forjou, esta subjetividade por sua vez é impregnada de desejos, política, concepções de mundo, signos e símbolos que os transformam em impressões instáveis de um momento histórico específico.<sup>12</sup> O texto possui uma história, um contexto e uma linguagem que determinam discursos específicos, portanto, as representações sociais contidas neles não podem ser abstraídas sem a compreensão do contexto em que eles foram escritos, dos poderes que o estabeleceram como importantes e necessários, e sobre tudo sem compreendermos que eles também são símbolos de poder.<sup>13</sup>

Consideramos que, em diversas sociedades e momentos históricos, grupos diferentes e indivíduos dão suas próprias significações ao feminino e ao masculino, elegem ou renunciam leis causais e gerais para a explicação das diferenças sexuais, tratando os pares homem-mulher ou feminino-masculino não como categorias fixas, mas constantemente

---

<sup>12</sup> CARDOSO JR., Hélio Rebelo. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicol. Reflex. Crit.* 2005, vol.18, n.3, p. 343-349. Para melhor compreender os conceitos de subjetividade conferir; FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: os usos dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2011; DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Portugal: DIFEL, 2002. p. 61-63.

mutáveis.<sup>14</sup> A partir desta perspectiva, localizamos através das fontes impressas representações variadas sobre as mulheres, construídas e disseminadas por um grupo determinado em relação a outro em um dado momento histórico, apontando a historicidade documental e (re)construindo a partir de olhares de gênero as diversas percepções sobre as mulheres, seus amasiamentos e suas práticas amorosas e sexuais na trama social. Mais do que descrever e buscar a causalidade dos fenômenos, buscamos analisar e compreender as construções de gênero, que implicaram na configuração social, nas relações de dominação, em símbolos e normas que construíram os papéis sociais, as identidades subjetivas e refletiram nas práticas amorosas.

A análise documental se faz necessária ao trabalho do pesquisador, apresenta-se como registro indelével de um tempo, marcado pela sociedade que o presidiu, forjou e estabeleceu. Segundo Le Goff, as relações embutidas nas entrelinhas dos documentos se consolidam em suas representações a partir das relações de poder estabelecidas “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”<sup>15</sup> Uma análise documental profunda entrecruzando fontes e bibliografia específica foi necessária para alcançarmos maior embasamento teórico e seriedade empírica e para que pudéssemos construir argumentos sólidos que possibilitaram o aprofundamento no tema proposto e uma contribuição significativa para os estudos de gênero.

Os documentos propostos, para essa investigação histórica e interdisciplinar, encerram em suas linhas as representações circunscritas das práticas amorosas femininas e os seus possíveis significados. Estas documentações apresentaram em vários momentos os interesses elitistas sobre a normatização do comportamento, sexualidade, amor e do corpo feminino, assim como revelaram experiências e o cotidiano das mulheres das classes populares de Belém e as relações de poder estabelecidas através das relações de gênero. Dessa forma, o referido procedimento metodológico dialogou com contextos mais amplos, possibilitando um melhor esclarecimento do problema proposto e melhor compreensão do objeto.

Nas construções do conhecimento, todas as formas de saber sobre a opressão das mulheres têm sido validas a seu tempo e dentro de suas tramas teóricas, metodológicas e epistemológicas, os estudos feministas contribuem para estender nossa breve existência como mulheres a outros campos e a outros paradigmas. A análise histórica, a construção do

---

<sup>14</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990. p. 86-87

<sup>15</sup> LE GOFF, Jacques. “Documento / monumento”. In: *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996. p. 545.

conhecimento sobre mulheres e seus papéis sociais só foi possível a partir de questionamentos exaustivos de teóricas(os) que não se limitaram em entender a opressão das mulheres como mero capricho da natureza de machos e fêmeas. Enveredando pelas rochosas construções da ciência, androcêntrica em seu papel, estudiosas(os) em todos os campos do conhecimento não se intimidaram e aventuraram consideravelmente pela construção de um saber diferente, novo e marginal, possibilitando-nos compreensões múltiplas sobre o elemento mulher/mulheres na sociedade.

A história auxiliou na construção de discursos que localizaram as mulheres como seres frágeis, desprovidas das qualidades necessárias para promover sua afirmatividade e oposição. Segundo Beauvoir, as mulheres não teriam um passado, uma história, ou sequer uma religião própria; não teriam, “como os proletários, uma solidariedade de trabalho e interesses”.<sup>16</sup> O relato de Beauvoir representa um exemplo da vertente que afirma que o discurso da História foi construído dentro de lógicas excludentes que rechaçaram a presença feminina de seus textos, definindo como prioridades de pesquisa a política e a economia, o proletariado e a religião, excluindo destes contextos a mulher e sua interferência nos intercursos destes objetos de investigação, deixando apenas a ilusória compreensão de que, nós não possuíamos uma história, direito de existência, nem tão pouco o reconhecimento enquanto sujeitas capazes de pensar, agir, produzir e interferir no mundo sem a tutela masculina.

Para Harding, a História vem sendo escrita “do ponto de vista dos homens” de “raças e classes dominantes”, por isso, alternativas diferenciadas de investigação e construção científica devem ser propostas para legitimar o conhecimento feminino e as mulheres como objeto importante de investigação.<sup>17</sup> Vale ressaltar que o discurso histórico que negou visibilidade, promoveu e perpetuou de certa forma, a imagem subordinada das mulheres de passivas em relação aos movimentos históricos. A história, segundo Scott, seguiu estas interpretações como parte de uma política do sistema de gênero, portanto escrever a história das mulheres também consiste em assumir uma estratégia política.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970. p. 13.

<sup>17</sup> HARDING, Sandra. “Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (Org.), *Debates em torno a uma metodologia feminista*, México, D.F.: UNAM, 1998, p. 09-34. p. 14.

<sup>18</sup> SCOTT, Joan Wallach. El problema de La invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) *Género e História*. México: Instituto Mora/UAM, 1992. p. 38- 65.

## Recortes conceituais e teórico-metodológicos

O enfoque teórico-metodológico da pesquisa fundamentou-se nos estudos de gênero, na historiografia e nas teorias feministas, desenvolvidas no âmbito de várias disciplinas, bem como em análises históricas sobre o contexto nacional que contribuíram para refletir sobre o objeto escolhido. Compreendemos que, sem as propostas iniciadas por pesquisadoras(es) como Sandra Harding, Margareth Rago, Raquel Soihet, Joan Scott, Michel Foucault, Monica Sphun, Cristina Cancela, Ipojucan Dias Campos, Ronaldo Trindade, Conceição Almeida, Kate Millett, Shulamit Firestone, Juliet Mitchell, Ann MacClintock, Verena Stolck entre outras(os) não seriam possíveis as argumentações teóricas que foram apresentadas. Podemos considerar que os trabalhos das(os) pesquisadoras(es), acima destacadas(os), representam um importante ponto de referência, para que através deles pudéssemos trilhar uma perspectiva relevante para a historiografia e para os estudos de gênero.

As teorias feministas adquirem uma importância em nossa argumentação, pois representam um instrumental diferenciado que questiona a presença das mulheres nos debates historiográficos mais tradicionais. Estas teorias proporcionam estender e reinterpretar as “categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais”.<sup>19</sup> As teorias feministas marxistas serviram de apoio para a pesquisa, pois, dilataram-se, elaboraram outras reflexões e enveredaram por novos caminhos. Autoras como Juliet Mitchell, Kate Millett e Shulamit Firestone foram importantes para a elaboração de novos confrontos a partir de reflexões sobre as relações do sexo e do gênero e da constituição destes no tecido sócio-cultural e na sua utilização como condicionantes da opressão das mulheres.

Também contribuem para a construção desse enquadramento teórico as perspectivas sobre as relações de poder desenvolvidas por Michel Foucault e sobre representações sociais desenvolvidas por Roger Chartier, entre outros(as) conforme será visto mais adiante. As interseccionalidades de gênero, raça, classe e sexualidade são alcançadas trazendo para o centro da discussão autoras como Verena Stolck, Anne MacClintock, Guacira Louro, Jeffrey Weeks entre outros(as). Em seguida, refiro-me a estudos realizados no Brasil, dentro de um enfoque feminista, de gênero e sobre mulheres feitos por Raquel Soihet, Marta

---

<sup>19</sup> HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, v.1, n.1, p.07-32. Rio de Janeiro: 1993. p. 07

de Abreu Esteves, Margareth Rago, Mary Del Priore, Ângela D'incao, entre outros(as). No âmbito da historiografia regional, destaco os trabalhos de José Trindade, Ipojuca Campos e Cristina Cancela como mais atuais e relevantes para os debates aqui propostos.

Harding ao discutir os desafios que se colocam ao processo de construção de teorias, observou que um dos maiores desafios da Teoria Feminista e dos processos de investigação que incluem categorias como gênero e mulheres consiste em tentar elaborar a possibilidade de relacionar “o uso ativo da teoria para nossa própria transformação e a das relações sociais”, observando sempre “que nós, como agentes, e nossas teorias, como concepções de reconstrução social, estamos em transformação”.<sup>20</sup> O mero uso do termo gênero, sem uma mudança de perspectiva teórica, faz com que as pesquisas continuem a estudar as “coisas relativas às mulheres”, de forma descritiva, sem que se questione porque as relações entre homens e mulheres estão construídas como estão, como funcionam e como se transformam.<sup>21</sup>

A história pode ser pensada “como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o “diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder”, o que nos admite pensar através de novos questionamentos sobre as nossas próprias proposições de “poder e das relações que se estabelecem entre poder e saber”. O poder invisível, positivo, molecular que escapa das instâncias do poder jurídico, atingem a todos no campo social “constituindo redes de relações das quais ninguém escapa”, tecendo enunciados de verdades e questões falseadas que acabam por invisibilizar e/ou naturalizar na construção do conhecimento histórico os discursos sobre determinados objetos.<sup>22</sup>

Durante longo período observado historicamente estudiosas feministas desenvolveram vários métodos de análise para elaborar importantes reflexões que dessem conta das origens, localizações e permanências da opressão das mulheres nas sociedades ocidentais. Estes estudos dilataram-se e se alastraram através de disciplinas como a Antropologia, História, Sociologia, enfim das Ciências Humanas em geral para explicar a singular situação das mulheres como sujeitadas às dominações patriarcais das sociedades balizadas por suas lógicas androcêntricas e sexistas.

As teorias feministas difundiram-se mundialmente e desaguaram em uma embrincada trama de possibilidades que (re)instituíram as mulheres socialmente como objetos de investigação e como agentes relevantes para o difuso entendimento histórico das

<sup>20</sup> *Idem.* p. 9

<sup>21</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990. p. 76

<sup>22</sup> RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*, USP, S. Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out. 1995. p. 77

conjunções e formações do tecido social. Antes compreendidas como fantasmas insipientes e relegadas à domesticidade e ao agendamento de um mundo privado, através das teorias feministas e dos estudos de gênero elas, nós, acabamos por saltar dos calabouços de uma privacidade construída para as circularidades do mundo público, traçadas a partir de novas tecnologias de análise intelectual, como produtoras e como detentoras de um saber variado, produzidas e reproduzidas pelo, e através de nossos saberes.

Para auxiliar na longa jornada de visibilidade das mulheres e na compreensão sobre nossa condição de subordinação e opressão muitas estudiosas feministas e não feministas debruçaram-se sobre variados temas para auxiliar a esclarecer os limites que historicamente foram traçados para a construção do sujeito mulher. Esta investigação, no entanto, não se deu sem limitações, avanços, desordens e muitos debates, a apropriação de novas metodologias e de novos aportes teóricos resultou em um considerável número de obras, manuscritos, artigos e reflexões.<sup>23</sup>

Dentro das efervescências dos debates feministas as teorias marxistas foram tomadas como apoio importante para se observar a partir de outras lentes a opressão das mulheres dentro da sociedade de classes e do sistema econômico capitalista. Nas confluências de obras de Marx e Engels, revistos e tomados para a análise das teóricas feministas, entendeu-se que as bases materiais para a existência da família e da opressão das mulheres estariam moldadas a partir de outros marcos delimitativos como, a divisão sexual do trabalho, a domesticidade do trabalho das mulheres e a imposição de uma sociedade de classes. O capitalismo e sua organização passaram a ser definidos como os fatores responsáveis pela opressão das mulheres, pois, o uso da instituição família a serviço do capital seria o regulador da reprodução do trabalhador a fim de garantir a sobrevivência da produção do mesmo. Teóricas feministas sustentando-se no método histórico dialético de Marx e nas concepções marxistas de produção e reprodução construíram análises que colaboraram para apontar as lógicas da opressão das mulheres em um mundo determinado pelo capital. Nessas novas reflexões as mulheres surgiram como costuradas a formação da família e a divisão sexual do trabalho, limitadas ao estritíssimo espaço do trabalho doméstico, porém, não mais invisíveis sujeitadas ou silenciadas.

O marxismo esteve presente nos estudos sobre as mulheres desde a década de 60, constituindo um arcabouço metodológico diferenciado para se pensar as formas de opressão que se estabeleceram. No marxismo como no feminismo as reflexões se delinearam para

---

<sup>23</sup> Cf.: HITA, Maria Gabriela. Igualdade, Identidade e Diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de, et all (Orgs.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista-SP: Coleção Estudos CDAPH. 2002.

denunciar as formas de opressão, por vezes entre classes, ou entre os sexos, o entrelaçamento de ambos influenciou fortemente nos estudos feministas. Para as teorias marxistas, a opressão de classe se iniciou no interior da constituição familiar com a dominação e a apropriação do trabalho da mulher pelo homem dando início a propriedade privada. Diante disso as questões de gênero mergulharam profundamente nas lutas de classe e nas relações de trabalho, considerando que homens e mulheres ocupavam lugares específicos nos processos produtivos determinando-se que as relações de desigualdades estariam relacionadas às estruturas do capital.<sup>24</sup>

Juliet Mitchell em, “Mulheres: a revolução mais longa”, obra publicada em 1967, afirmou que a “situação das mulheres” seria diferente dos outros grupos sociais por não se constituir “em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana.” Em sua análise Mitchell partiu da elaboração de uma mulher “essencial” e “insubstituível” para a condição humana e marginal em seus papéis econômicos, sociais e políticos, delimitando que estes campos combinados teriam sido determinantes para a opressão das mulheres.<sup>25</sup>

De acordo com Mitchell seria através das relações de trabalho que o homem modificaria as condições naturais do meio e assim transformaria a sociedade, somente por uma revolução nos meios de produção é que a condição das mulheres mudaria dentro do “mundo dos homens”. Esta revolução nos meios de produção, no entanto, estaria também fadada a impossibilidades, já que para as mulheres outro campo teria sido delimitado, a partir da constituição cultural, como definidor de sua produção e reprodução: a família. Para a autora, as mulheres assim como a família seriam objetos naturalizados em nossa sociedade, escapando de nossa compreensão os profundos arcaísmos culturais que teriam definido e conciliado, mulher e família, quase como elementos indissociáveis a partir de seus papéis, assim a família seria o espaço fixo e imutável das mulheres, e as mulheres neste espaço deveriam desempenhar o papel de boas mães, submissas, disponíveis para o marido.<sup>26</sup>

O problema da opressão das mulheres e a necessidade de sua emancipação teriam sido reconhecidos por diversos pensadores socialistas, mas tornou-se invisível e subsidiário quando se naturalizou a família como espaço definido das/e para as mulheres, lugar de sua produção e reprodução mesmo que nos debates utópicos das teorias socialistas. De acordo com Mitchell, refletindo sobre pensadores socialistas como Auguste Bebel e Fourier, os

<sup>24</sup> Cf.: ENGEL, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

<sup>25</sup> MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, n. 14, ano 3, jul. 1967. p. 05-06

<sup>26</sup> *Idem*. p. 06-08

debates socialistas não avançaram em relação à opressão das mulheres, pois, caíram em observações profundamente essencialistas que elencaram a dependência da mulher em relação ao homem comparada à dependência do operário com relação ao capitalista, trazendo limitações para outras abordagens, por exemplo, dos elementos estruturais que subordinavam as mulheres.<sup>27</sup>

Marx em sua breve análise da condição das mulheres e dos motivos de sua opressão avançou consideravelmente das concepções de Fourier, porém, de acordo com Mitchell, mesmo transformando as mulheres em unidades antropológicas e mesmo ontológicas manteve a concepção mais abrangente de que as mulheres seriam parte de um “índice do avanço social geral”, esta permanência manteve as mulheres como símbolo universal despido de suas concepções mais específicas, impossibilitando as reflexões contingenciais das lógicas opressoras. A partir de tais especificidades, Mitchell tece sua crítica comentando que, as relações entre homens e mulheres ficaram mergulhadas em um caráter essencialista da natureza humana, determinando que a relação de uma mulher para com um homem, ou vice versa, seria “natural”, ou seja, relacionados aos dados da natureza, assim como seria natural a inserção feminina nas fronteiras da família.<sup>28</sup>

Para Juliet Mitchell, Engels auxiliou a sistematizar a família e a lógica da reprodução da espécie, dando ao sexo um papel novo, declarando que as desigualdades dos sexos seriam os primeiros antagonismos da “espécie humana” nascidos a partir do casamento, logo representariam a primeira “opressão de classes” devido as diferenças perpetradas pela concepção da herança, da monogamia instituída pela fidelidade feminina, do aumento e da manutenção da riqueza formando as famílias burguesas. De servidora pública a mulher constituída como esposa tornar-se-ia uma servidora particular, reduzindo assim o problema da opressão das mulheres a sua estrita capacidade de trabalho, remetendo a uma “natureza” psicológica inferior da mulher como causa primária de sua opressão.<sup>29</sup>

Avançando na perspectiva feminista, Shulamith Firestone em “A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista”, publicado na década de 70, dialogou constantemente com as ideias marxistas, delineando aportes teóricos inovadores para as análises sobre a opressão das mulheres. A autora deflagrou que a reprodução, usada no sentido do ato de gerar a vida, estaria profundamente relacionada com a opressão sendo um dos principais fatores de hierarquização entre os sexos e de dominação dos homens sobre as

---

<sup>27</sup> MITCHELL, Juliet. 1967. *Op. Cit.*

<sup>28</sup> *Idem.* p. 07-09

<sup>29</sup> MITCHELL, Juliet. 1967. *Op. Cit.* p. 10-12

mulheres. Para a autora, a cessação da procriação, diferença fundamental entre os sexos, eliminaria a opressão das mulheres.<sup>30</sup>

Para Firestone uma das principais questões das teorias feministas deveria ser não apenas a cultura ocidental, mas a organização da própria cultura e ainda a organização da própria natureza, citando Marx e Engels, delimitou que suas opiniões mais gerais sobre a opressão das mulheres não deveria ser considerada, porém, seu método analítico poderia dar consideráveis direcionamentos para a abordagem do problema a partir da perspectiva da dialética. Ao criar este tipo de análise, Firestone considera que podemos aprender muito com Marx e Engels e o método dialético e assim criar reflexões sobre a condição das mulheres como uma “classe oprimida” trazendo novas dinâmicas de entendimento e não mais reconhecendo a opressão apenas quando se sobrepõe as questões da economia.<sup>31</sup>

Analisando os princípios do pensamento socialista, em obras de Fourier, Owen, e Bebel, Shulamith Firestone observou que, estes autores postularam não só uma moralização sobre as desigualdades sociais, mas elaboraram teoricamente um mundo ideal pautado na não existência de privilégios de classe e exploração aproximando-se consideravelmente das lógicas feministas que denunciavam o privilégio masculino e a exploração das mulheres. Os primeiros pensadores, de acordo com a autora, não entendendo como a injustiça social evoluiu, manteve-se e poderia ser eliminada, tiveram suas ideias subsumidas e expressas em um vácuo cultural, porém pensadores como Marx e Engels, através de sua abordagem histórica, conseguiram rastrear o conflito de classe até as suas origens econômicas, delimitando as noções fundamentais de uma sociedade sem classes em que os meios de produção estariam sob o comando de todos.<sup>32</sup> Apesar dos avanços do marxismo a autora afirma que:

[...] a doutrina do materialismo histórico, por mais que tenha representado um avanço significativo em relação a análise histórica anterior, não foi a resposta completa, como os fatos posteriores o confirmaram. Porque, apesar de Marx e Engels fundamentarem sua teoria na realidade, era ela apenas uma realidade parcial.<sup>33</sup>

Para Firestone as explicações marxistas mais ortodoxas sobre a opressão das mulheres por uma vertente estritamente econômica seriam um erro, não desprezando como

---

<sup>30</sup> FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*. New York: Bantam, 1970. p. 233-238.

<sup>31</sup> *Idem.* p. 12 - 14

<sup>32</sup> *Idem.*

<sup>33</sup> *Idem.* p. 14

um todo a abordagem, delimitou que mesmo sendo “correta em um sentido linear” não teria descido a fundo até as reais contingências da sujeição das mulheres, produzindo assim apenas um conhecimento de uma realidade parcial. A partir desta hipótese, a autora percebeu no método de análise dialético a emergência da raiz de uma sexualidade nos escritos de Engels, mesmo que diluída e reduzida pelos filtros da economia ela foi percebida como elemento novo, pouco conhecido e revelador de outros pressupostos.<sup>34</sup>

Firestone observou que no trabalho de Engels existiria “um substrato todo sexual da dialética histórica”, delimitado em uma divisão original do trabalho entre homens e mulheres para fins de reprodução, ou seja, da procriação; marcando a constituição da família, do marido e dos filhos como agentes perpetuadores do sistema econômico. O marido como proprietário de sua mulher e filhos teria a esposa como os meios de produção, e as crianças seriam o capital do trabalho, transformando a reprodução humana em um elemento componente do sistema econômico.<sup>35</sup>

O que Firestone clarifica e critica é que as primeiras teorias feministas marxistas fizeram uma análise materialista da história e do sexo assim como a teoria socialista fez uma abordagem materialista da sociedade de classes, este tipo de uso teórico identificou apenas a opressão das mulheres a partir de sua superficialidade impossibilitando abordagens outras que esclarecessem as origens de uma opressão mais profunda. Assim como Juliet Mitchell, Shulamith Firestone compreende a necessidade de aprofundar as investigações sobre a opressão das mulheres, elencando como elementos de primeira necessidade a dilatação dos componentes metodológicos marxistas para a adequação dos mesmos às necessidades das teorias feministas. Ambas localizam a necessidade iminente de se compreender a opressão das mulheres a partir de suas origens delimitando nos campos da história uma gênese não mais estruturada somente nos laços econômicos, mas reconstituindo o papel da família na sociedade do capital, da divisão sexual do trabalho e das lógicas dinâmicas do sexo como fundamento reprodutivo.

Sobre esta busca incessante das origens da opressão das mulheres pautadas nas análises da economia Patricia Connelly em “On Marxism and Feminism” esclarece que, não obstante seus propósitos importantes, a elaboração de tais explicações não tentou encontrar as causas históricas das desigualdades entre os gêneros, antes teria tentado revelar as bases estruturais do trabalho doméstico e ao fazê-lo descobrir alguns mecanismos pelos quais as mulheres foram subordinadas ao capitalismo. No que diz respeito ao uso do termo

---

<sup>34</sup> FIRESTONE. Shulamit. 1970. *Op. Cit.* p. 14

<sup>35</sup> *Idem.* p. 15-16

patriarcado, Connelly argumenta que algumas autoras podem ter exagerado em suas construções dicotômicas de natureza versus cultura, de biologia versus capital social e na primazia dada ao patriarcado sobre o modo de produção capitalista, assim como na construção trans-histórica da categoria “macho” e “fêmea” baseada na lógica da dominação por razões da reprodução biológica como tratado por Kate Millett e Shulamith Firestone.<sup>36</sup>

Kate Millett como aponta Connelly, procurou as origens do patriarcado tentando desconstruir as noções de dominação natural do homem por sua natureza biológica e sua força física argumentando que as teorias feministas deveriam investigar o “caráter primordial das origens do patriarcado”, pois:

Como instituição, o patriarcado deve, efetivamente, como outras instituições humanas, ter as suas origens, e deve ter nascido de circunstâncias que podem ser deduzidas ou reconstituídas. Donde se pode concluir que existiram, sem dúvida, condições sociais diferentes, anteriores a ele.<sup>37</sup>

Indo para além de observações anteriores, Millett concentra no patriarcado uma boa parcela de suas análises considerando que a partir das reflexões de Engels pode se avançar sobre o entendimento da família, do casamento e da condição de opressão das mulheres. Para a autora, a revolução sexual se daria, como já referido por Engels, através da desconstrução da família como base mantenedora do capitalismo, algo que só seria possível através da implementação de um novo conceito de economia, igualitária e comunal.<sup>38</sup>

Porém Millett traz uma concepção bastante inovadora para se pensar os princípios de uma política sexual, discorrendo que as relações sexuais entre os gêneros não se perderam em um vácuo, pois possuem noções de ascendência e poder. Dentro de aspectos ideológicos a autora afirma que, o governo se assentaria sobre as lógicas de poder que estariam impostos por consenso ou violência, não obstante os aspectos biológicos elencariam uma força física masculina em detrimento de uma fragilidade feminina e a descoberta do poder da paternidade, estes elementos trariam novos sentidos ao sexo e a cultura definindo os papéis sexuais e as dimensões do sexo (dado biológico) colado as dimensões de gênero (dado social).<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> CONNELLY, Patricia. On Marxism and Feminism. *Studies and political economy*. Disponível em: <<http://spe.library.utoronto.ca/index.php/spe/article/view/13316/10200>>. Acesso em: 12 jan. 2012. p. 241-248. Cf.: MILLETT, Kate. Teoria de la política sexual. In: \_\_\_\_\_ *Política Sexual*. México, DF, 1975. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007/03//374952.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2012.

<sup>37</sup> MILLETT, Kate. 1975. *Op. Cit.* p. 76

<sup>38</sup> *Idem.* p. 97-100

<sup>39</sup> Para Millett os papéis sexuais das mulheres estariam condicionados a reprodução. MILLETT, Kate. 1975. *Op Cit.*

Ainda que Kate Millett tenha ampliado consideravelmente o debate, outras questões foram guardadas, para Connelly, as digressões de teóricas feministas marxistas apresentaram argumentos muito gerais e simplistas, pois centraram-se em uma perspectiva da análise das relações de produção sem distinguir, porém, dentro destas relações o campo das experiências obtidas por homens e mulheres sobre o capitalismo. Uma análise feminista mais radical concentrou-se nas relações de gênero sem considerar os específicos contextos históricos e econômicos destas relações, localizando sua crítica no desenvolvimento de análises das relações de gênero e as destacando como desiguais, Connelly explica que, as mesmas análises mais radicais partiram dos pressupostos de que toda a desigualdade estaria condicionada as relações capitalistas de produção, de dominação de classe e de luta de classes.<sup>40</sup>

Connelly também exemplifica que até então, dentro das análises propostas por teóricas marxistas, uma distinção entre sexo e gênero não foi construída de maneira significativa, estes foram, por sua vez, colocados como biológico e sociológico conectados, interdependentes e dicotômicos e a divisão sexual do trabalho o exemplo usado para determiná-los mediante a consolidação de uma opressão das mulheres.<sup>41</sup>

Ao mesmo tempo em que existiram aspectos da opressão das mulheres que não puderam ser entendidos a partir dos termos das categorias marxistas, devemos não tentar espremer a realidade das mulheres em si para dentro de uma lógica do estreitamento do capital. Para Connelly, precisaríamos desenvolver novos conceitos e manter a primazia analítica do modo de produção, a análise em si, no entanto, deve proceder ao nível do desenvolvimento histórico de uma formação social específica.

Ainda que Connelly apresente uma crítica sólida em relação aos trabalhos de Juliet Mitchell, Kate Millett e Shulamit Firestone consideramos que estes não podem ser descartados ou simplesmente subsumidos por teorias ditas mais modernas. Estes trabalhos foram os primeiros que apontaram uma possibilidade para pensarmos gênero e classe como categorias importantes a serem investigadas pelas teorias feministas, considerando a família, mesmo como adendo do capitalismo, uma instituição reguladora e mantenedora das opressões das mulheres em seus interstícios. A partir destas constatações retomamos estes trabalhos como eixos balizadores para nosso diálogo, considerando que muito de suas reflexões nos são válidas para avançar na pesquisa aqui apresentada.

---

<sup>40</sup> CONNELLY, Patricia. *Op. Cit.* p. 241 - 248

<sup>41</sup> *Idem.*

Juliet Mitchell nos apresenta a ideia de que a reprodução biológica transformou a maternidade em um dos sub-produtos da modernidade e do capitalismo, o estabelecimento de uma igualdade conjugal formal, entenda-se monogâmica, subsumiu a poligamia compreendida enquanto advento da opressão a ser vencida pelo modelo de família nuclear burguesa, contraditória em sua construção enquanto produtora da igualdade entre os sexos.<sup>42</sup> Esse eixo do pensamento da autora nos remete à profunda preocupação do Estado republicano no século XIX em relação ao controle da sexualidade feminina e para uma adequação das famílias nas fronteiras do permitido, através de uma institucionalização reguladora do campo jurídico. A apropriação da família pelo Estado proporcionou longos debates e reflexões que transformaram o pensamento oitocentista em relação ao que se configurava como família higiênica e salubre. Estes debates passaram pelas tentativas de reordenamento da instituição familiar onde um dos produtos da família higiênica era sua produtividade para a nação que nascia sobre moldes europeus do republicanismo e ainda o seu reconhecimento institucionalizado pela legitimação do casamento e dos filhos.

Kate Millett aponta os “costumes sexuais”, meios pelo qual homens e mulheres exercem o sexo, como uma importante ferramenta para pensarmos a sexualidade como elementos das relações de poder e de dominação em nossa sociedade. Para a autora, um exame objetivo dos nossos “costumes sexuais”, pode manifestar as representações que estes costumes ganham historicamente e como se coadunam para auxiliar as práticas de dominação e subordinação das mulheres. Mesmo que o domínio sexual nos pareça imperceptível em um primeiro olhar as ideologias emergentes dele encontram-se profundamente arraigadas em nossa cultura, pois, cristalizam conceitos primários de poder. Além disso, é importante assinalar que para Millett a “conduta sexual”, ou seja a tendência sexual de cada ser humano, vem sendo definida pela aprendizagem que começa com a socialização dos indivíduos desde seu nascimento e é reforçado na fase adulta pela eleição do objeto sexual ditados pelo meio social em que estamos inseridos.<sup>43</sup> O que Kate Millett aponta como “costumes sexuais” ou ainda, “condutas sexuais”, reordenamos a partir das novas concepções de sexualidade trazidos por Gayle Rubin e chamamos de práticas sexuais, pois para Rubin o sexo, a reprodução e o gênero, possuíam um objetivo e se traçamos estes elementos pelas linhas de uma

---

<sup>42</sup> MITCHELL, Juliet. 1967. *Op. Cit.* p. 21-25

<sup>43</sup> MILLETT, Kate. Teoria de la politica sexual. In: Política sexual. México, DF, 1975. (Publicado originalmente por Avon em Nova York – 1971). p 32 -33; 42 – 43. Obs.: Neste trabalho foram consultadas duas versões do texto de Kate Millett.

historicização possível, depreenderemos que eles foram impiedosamente modificados pela intensa atividade social humana durante os séculos.<sup>44</sup>

Shulamit Firestone em toda sua radicalidade aponta-nos a importância da desconstrução do modelo de família nuclear, monogâmica e heterossexual, como sendo a única possível de ser sustentada em uma sociedade moderna. Limpando o campo das ideias utópicas da autora podemos perceber que um questionamento sobre a família, enquanto instituição historicamente construída e validada, deve ser feito pelas teorias feministas a fim de pensarmos mais amplamente no seio desta instituição os princípios que se perpetuam e fazem com que as mulheres possuam duplas jornadas de trabalho, sejam intrinsecamente ligadas pelo campo cultural à maternidade, sejam subordinadas por seus papéis, pela construção do sentimento amoroso e tenham sua sexualidade reprimida a bem da manutenção da ordem estrutural da família. Estes recortes opressivos são atravessados por princípios solidamente construídos, não como estanques, como elementos em constante transformação que atravessados por conceitos da religião, do Estado, do casamento, da maternidade, da ideia de amor, reformulam a instituição família e sua utilidade social.<sup>45</sup>

Importante destacarmos que mesmo superficialmente ou ainda tenuamente Kate Millett, Juliet Mitchel e Shulamit Firestone, traçaram brevíssimos panoramas sobre as questões do amor na realidade social das mulheres, essas luzes lançadas ao amor enquanto sentimento, sentimentalidade ou sentimentalização entre os sexos, ou entre mãe e filhos e pais e filhos, apontam-nos um paradigmático objeto de análise lançado sob a luz da ótica da opressão das mulheres. A sugestão de que as relações entre homens e mulheres deveriam ser privilegiadas como objeto de investigação foi mais amplamente sugerida por Shulamit Firestone em um capítulo da obra a “A dialética do sexo”.<sup>46</sup> Um dos principais questionamentos da autora foi a construção do amor como sentimento genrerado, estabelecido pelas hierarquias dos sexos, afirmando que o amor alienado e alienante seria uma das bases do patriarcado moderno. A observação de Firestone não foi amplamente evidenciada, ou investigada, subsumida por outras questões do feminismo radical marxista, como a divisão sexual do trabalho, legou aos estudos da sexualidade as formas de violência sexual como

---

<sup>44</sup> RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução: Christiane Rufino Dabat, Edileusa da Rocha, Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993. Obra original em inglês também consultada. Cf.: RUBIN, Gayle. *The Traffic in Women: Notes on the “political economy” of sex*. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review, 1975, p.157-210.

<sup>45</sup> FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*. New York: Bantam, 1970. p. 252-275

<sup>46</sup> *Idem*. p. 252-275

mantenedores da opressão, esquecendo-se que a construção dos sentimentos e suas representações no substrato social podem ser tão violentos quanto.<sup>47</sup>

Kate Millett observou que o amor perpassou por diversas construções literárias, desde o amor cortês ao amor romântico, foi traduzido e pautado em uma natureza desejosa dos instintos femininos. Fazendo análises consistentes, para retomarmos apenas um pequeno ponto observado, Millett aponta que outros contingentes psicológicos da opressão das mulheres precisariam ser observados, que não necessariamente perpassariam pela economia para se consolidar, dentre eles o amor estaria condicionado a uma ótica romanesca, cavalheiresca ou maternal nascida de uma forte hierarquização entre os sexos, sendo impossível a ideia de “amor real” constituído na família e entre seus membros tendo em vista que esta reproduziria a profunda desigualdade entre homens e mulheres. Fazendo uma crítica ao pensamento de Engels, a autora clarifica que o amor sexual concebido pelo autor estaria condicionado a uma verdadeira representatividade nas classes operárias, sendo pouco observado ou apropriado para as classes abastadas, assim sendo Millett desconstrói este pensamento observando que estas considerações se balizam nas ideias de amor romântico e cortês, e que, porém, no plano psicológico e sentimental, ambas as classes, operários e burgueses, determinariam as mulheres enquanto objetos sexuais.<sup>48</sup>

Para Juliet Mitchell, existiria um movimento dialético “em que a “expressão sexual” foi sacrificada em uma época de repressão mais ou menos puritana” que haveria produzido de certa forma uma “maior paridade dos papéis sexuais, que, por sua vez, cria a pré-condição para uma libertação sexual genuína, no sentido duplo de igualdade e liberdade”. Para a autora, uma “história dos sentidos” mostraria estes movimentos de liberdade e repressão sexual, o culto do amor estaria relacionado a estes fluxos históricos, emergido de uma oposição as formas legais de associação entre homens e mulheres, com uma exaltação as mulheres, através do amor galanteador, difundido em largas escalas, assimilado ao casamento, metamorfoseado em uma forma burguesa através do amor romântico, acabou por se tornar uma escolha para toda a vida.<sup>49</sup> Para Mitchell:

O que é chocante aqui é que a monogamia como uma instituição no Ocidente antecipou-se à ideia de amor em muitos séculos. Os dois têm sido posteriormente harmonizados de forma oficial, mas a tensão entre eles jamais foi abolida. Há uma contradição formal entre o caráter contratual

---

<sup>47</sup> *Idem.* p. 252-275

<sup>48</sup> MILLETT, Kate. 1975. *Op. Cit.* p. 94

<sup>49</sup> MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, Ano 3., n. 14, jul. 1967. p. 24

voluntário do “casamento” e o caráter espontâneo incontrolável do “amor” – a paixão que é celebrada precisamente pela sua força involuntária. A noção de que ela ocorre somente uma vez em cada vida, e pode, por esta razão, ser integrada em um contrato voluntário, torna-se cada vez menos plausível à luz da experiência diária – uma vez que a repressão sexual como um sistema psicoideológico torna-se em tudo distendida.<sup>50</sup>

A partir das perspectivas das autoras Firestone, Mitchell e Millett, percebemos noções do amor como constructo histórico-social, determinados pela cultura, não estagnado, mas como um agente catalizador da opressão das mulheres. Estas abordagens mesmo que dicotomizadas pelas percepções das autoras, de cultura versus natureza, desconstróem o amor como sentimento natural para tentar percebê-lo como construído culturalmente, nos apontando um significativo caminho a ser investigado, em que o amor não é mais, e nem pode, ser percebido como sentimento natural, que liga pessoas umas as outras como força motriz da própria existência humana. Contradizendo a crença de que o amor seria sentimento natural, perceptível na família, nas relações entre os sexos, entre mães, pais e filhos, as teóricas feministas deram os primeiros passos para se desvincular o sexo do biológico, as relações sexuais como produto dos sentimentos amorosos entre homens e mulheres e o amor como sentimento intrínseco entre mães, pais e filhos.

Em “The Traffic in Women: Notes on the ‘political economy’ of sex”<sup>51</sup>, Gayle Rubin trouxe elementos importantes para os avanços dos estudos de gênero, mesmo ainda relacionando a atividade sexual humana e a centralidade da sexualidade ligada a reprodução, tal qual as feministas marxistas, também trouxe o debate da naturalização da heterossexualidade “presente em abordagens antropológicas e psicanalíticas” como eixos importantes a serem desconstruídos nos estudos de gênero, revelando as íntimas conexões entre gênero e sexualidade.<sup>52</sup>

Dentro da análise marxista, de acordo com Rubin, tentou-se por longo período determinar a subordinação das mulheres a partir das lógicas da produção e da reprodução do capital, delimitando como espaços fundantes da opressão das mulheres à reprodução do trabalho doméstico como um dos sustentáculos do capital, da reprodução e da mais valia. Para Rubin, estes esforços foram amplamente validos para compreendermos determinados campos sociais em que as mulheres encontravam-se subsumidas. Porém, como explicar a subordinação de mulheres que se encontram em sociedades reconhecidamente não

---

<sup>50</sup> *Idem.* p. 24

<sup>51</sup> RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “political economy” of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review, 1975, p.157-210.

<sup>52</sup> PISCITELLI, Adriana. Comentário. *Cadernos Pagu*, 2003, n.21, p. 211-218. p. 216

capitalistas? Como localizar historicamente as práticas sexistas já existentes no Ocidente antes mesmo que a lógica do capital o dominasse? Estes questionamentos abordados por Rubin deram novo fôlego as reflexões sobre a dominação da mulher e propiciaram novos arranjos para pensarmos as relações de gênero a partir de aspectos outros, não e/ou pouco considerados nos estudos sobre as mulheres.

Através de Gayle Rubin e de suas análises sobre as obras de Marx Engels, Freud e Levi Strauss, podemos refletir mais amplamente as relações das mulheres com a sociedade e a cultura, estas relações produziram na esfera da natureza a fêmea enquanto matéria-prima a ser modelada através dos processos culturais até se transformar em mulher domesticada, ou seja, o produto destas relações. O sistema sexo/gênero proposto pela autora rompe com a percepção marxista que naturalizou a opressão das mulheres nas instâncias do capitalismo e da produção e reprodução do trabalho, este sistema propõe mais amplamente pensarmos que a opressão das mulheres seria o “produto das relações sociais específicas que a organizam”. Porém ao entender o sexo como uma matéria-prima, Rubin isenta-o de questionamentos a respeito do seu caráter de construído sócio e culturalmente, deixando-o salvaguardado na sua própria natureza, fixo e quase que inquestionável, enquanto gênero, pelo contrário, ficou aberto a mudanças históricas e, conseqüentemente, a agendas de lutas feministas.<sup>53</sup>

Joan Scott avançou, permeando pelos caminhos de Rubin desmontando um embrincado quebra-cabeças, desconstruindo o termo gênero como definidor de sexos polarizados para construí-lo como uma categoria analítica poderosa. Para Joan Scott, o próprio uso da palavra gênero, em seu senso gramatical variável, já denotaria determinadas importâncias dos usos da linguagem como definidores dos campos de investigação. O Gênero utilizado pelas teóricas feministas perpassaria por um sentido literal mais amplo, como uma maneira de se referir a organização social da relação entre os sexos, com o intuito de enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo refutando a indicação do determinismo biológico implícitos em termos como “diferença sexual”. A autora propôs uma discussão de gênero a partir de seu uso como categoria analítica para que pudéssemos responder a questões importantes como, o funcionamento do gênero nas relações sociais humanas e em como o gênero da sentido a organização e a percepção do conhecimento histórico.<sup>54</sup>

Para além destas observações, Scott seguiu reiterando a importância emergencial em se construir não apenas uma “nova” história das mulheres, recolocando-nos como agentes

---

<sup>53</sup> RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução: Christiane Rufino Dabat, Edileusa da Rocha, Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993. p. 06

<sup>54</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez.,1990. p. 75-76

históricos dentro de uma linearidade descritiva, mas reconstruir uma história mais ampla dentro de moldes inovadores onde as análises de gênero compusessem seus meandros como importante metodologia a ser utilizada, categoria de análise a ser desenvolvida no processo investigativo, reordenando as complexas relações de poder existentes entre os sexos. Para reordenar e, sobretudo, entender as complexas relações entre os sexos categorias como classe e raça tiveram que ser recompostas para que novos compromissos pudessem ser assumidos com uma história que trouxesse outras personagens assinalando sem perder de vista o sentido e a natureza da opressão das mulheres.

Scott salientou que, para os avanços acontecerem no campo das análises sobre uma pretensa “História das Mulheres” seria necessário se desconectar o uso do termo gênero de sua viciante utilização em substituição do termo mulheres, usado deste modo, sobre tudo a partir da década de 80, o gênero se tornou “uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.” Assim os estudos desenvolvidos tornaram-se uma maneira de se “referir às origens, exclusivamente, sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”, por esta definição o “gênero” transformou-se em “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.<sup>55</sup>

Mesmo que a partir destes usos o termo gênero conseguisse afirmar que as relações entre os sexos são sociais, ele não conseguiu, no entanto, revelar nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas desta forma, não conseguiu revelar como as mesmas funcionam ou como mudam. Para Scott, “no seu uso descritivo, o termo “gênero” é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres”, poderia ser considerado um novo tema, um “novo domínio de pesquisas históricas, mas não tem poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.”<sup>56</sup>

Joan Scott nos auxiliou a pensar o lugar marginal que as mulheres ocuparam na historiografia que privilegiou, dentro de uma construção androcêntrica e sexista, análises do mundo político e econômico. A autora aponta a possibilidade de usos da categoria gênero para uma análise histórica mais ampla questionando nossas próprias limitações enquanto pesquisadoras das mulheres, considerando que mulher e gênero são categorias que não podem ser dissociadas, antes se coadunam para melhor compreender as práticas e a opressão feminina. Portanto, analisar as mulheres de forma estanque eterniza o mito de que a experiência de um sexo não se relaciona com a do outro sexo, nesse ponto, Joan Scott nos

---

<sup>55</sup> *Idem.* p. 76

<sup>56</sup> *Idem.* p. 76

auxilia a pensar o gênero com ênfase sobre todo o sistema de relações, o que implica afirmar que gênero não é determinação do sexo e que ele também não determina a sexualidade de modo direto.<sup>57</sup>

Quanto aos usos do marxismo nos debates sobre gênero, Scott salienta que estes se impuseram a tarefa de encontrar uma “explicação “material” para as análises de gênero” limitando-se ou atrasando-se no desenvolvimento de novas direções investigativas. Sobre os estudos da subjetividade e da teoria de relações de objeto, Scott evidenciou o literalismo da proposta e suas confluências baseadas na produção da identidade de gênero, articulação limitada que represou o conceito de gênero à esfera da família e da domesticidade não deixando meios para ligar o conceito “a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder.”<sup>58</sup>

Para Scott, os estudos de gênero não devem buscar uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado, identificando as atividades das mulheres através da interação social e decodificando que significados são dados a elas. Assim, a autora crítica as teorias que buscaram explicações gerais para o gênero e, pautando-se no paradigma pós-moderno, propõe a busca constante pela historicização e desconstrução dos termos que procuram denominar a diferença sexual. Inspirada pelas reflexões de Foucault e Derrida, a autora propõe mais do que uma mudança de perspectiva teórica no uso da categoria gênero, propõe uma mudança radical na forma de fazer história, que deveria apresentar novas questões, hipóteses e métodos.

Conceituando gênero como categoria analítica, Scott o colocou como um importante elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, refletindo o gênero como uma forma primária de relações significantes de poder. Desta maneira ainda que, o gênero, não seja o único campo de articulação do poder, pode ser considerado como a primeira instância dentro da qual, ou por meio da qual, o poder pode se articular.<sup>59</sup>

Joan Scott, quando sugeriu o uso do gênero como categoria de análise, trouxe novas perspectivas para o debate, possibilitando o abandono da busca pelas origens dos fenômenos de opressão das mulheres, fazendo-nos reconhecer a complexidade dos processos históricos, cujos elementos encontram-se tão inter-relacionados a ponto de não poderem ser estudados isoladamente. Os usos do gênero como categoria de análise abriu novas fronteiras para discutirmos como os fenômenos de opressão se interconectam com os campos da

<sup>57</sup> SCOTT, Joan Wallach. 1990. *Op. Cit.*

<sup>58</sup> *Idem.* p. 81

<sup>59</sup> SCOTT, Joan Wallach. *Op. Cit.* 1990. p. 88-91.

sexualidade, proporcionando a verificação das ligações mais estreitas entre o sujeito e a organização social na busca dos significados, colocando as instâncias de poder em balizes não unificadas, observando que este não estaria centralizado no seio das organizações sociais, mas diluído nelas.<sup>60</sup>

Através das dimensões constitutivas do conceito de gênero e utilizando gênero como categoria de análise podemos pensar os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e frequentemente contraditórias. Os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados destes símbolos e que limitam suas possibilidades metafóricas permitem pensar, também, as noções de fixidez que configuram uma aparência de permanência na representação binária do gênero, esta possibilidade teórica acaba dilatando a noção de identidade subjetiva pautada na construção das identidades de gênero a partir da formação de conceitos e preconceitos, imaginários e simbólicos.<sup>61</sup>

Atualmente, os estudos de gênero entraram nas dimensões mais profundas da sexualidade, articulam as relações de poder e os sistemas estruturais formadores de conceitos como raça, classe, geração e suas complexas tramas para questionar construções que nos condicionam como grupo oprimido. Michel Foucault, auxiliando-nos a pensar as relações de poder e as relações de gênero, faz-nos considerar que o poder nestes dois lugares se propaga por meio de um sistema “disciplinar disperso”, que se estabelece a partir de um controle incessante e anônimo, que utiliza práticas discursivas para aplicar-se sobre os sujeitos. O caráter produtivo do poder, para o autor, se dá em contraposição a hipótese repressiva, advinda do direito, através da repressão e da lei vinculados ao Estado. Criticando essa noção de poder jurídico, Foucault problematiza o conceito de poder repressivo existente na sociedade ocidental, delineando um poder disciplinar, disperso e cotidiano, que está em toda parte e provém de todos os lugares.<sup>62</sup> Para Foucault:

Lá onde há poder, há resistência. [...] Não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa - alma de revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistência, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício. [...] E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução,

<sup>60</sup> SCOTT. *Op.Cit.* 1990. p. 86 - 88. Cf.: ROSALDO, Michelle, O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre feminismo e entendimento intercultural. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, n. 01, 1995.

<sup>61</sup> *Idem.*

<sup>62</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011. p. 105

um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder.<sup>63</sup>

Entendendo as relações de gênero como situadas no campo das relações de poder podemos considerar que muitas resistências podem ser possíveis às mulheres no contexto social, assim a sexualidade feminina se constituiu em elemento significativo para o discurso de controle sobre os comportamentos. Em ruptura com as tradições da *ars erotica*, nossa sociedade constituiu uma *scientia sexualis*, com a tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, tentando ajustar o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico. Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se do funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas, pelo contrário, trata-se de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer pode então ser observado.<sup>64</sup>

Jefrey Weeks, em seu artigo “O corpo e a sexualidade”, sugere que as diferenças entre as classes nos processos de regulação sexual “não são específicos do mundo moderno”, utilizando Foucault em sua análise, o autor observa que, a ideia de sexualidade definiu-se a partir do pensamento burguesa como domínio unificado e essencial, “desenvolvida como parte da auto-affirmação de uma classe ansiosa para diferenciar a si mesma da imoralidade da aristocracia e da promiscuidade supostamente irrestrita das classes inferiores”. Este projeto, burguês e modelador, pretendeu readequar o comportamento sexual e a política à sua imagem, os valores vitorianos da vida familiar respeitável e a crescente definição dos papéis masculinos e femininos apresentou uma nova ênfase, a de melhorar a vida privada e seus padrões, assim como, estreitar seus interesses sobre o agenciamento da vida pública, da sexualidade “não conjugal, não heterossexual” tornando-se crescente os domínios da norma pela qual todo comportamento deveria ser julgado.<sup>65</sup>

A partir das considerações de Weeks podemos pensar mais amplamente sobre os distintos padrões da sexualidade ligados as classes que se estabeleceram historicamente, o controle da natalidade apontado pelo autor demonstra variações em épocas determinadas,

---

<sup>63</sup> *Idem.* p. 105-106

<sup>64</sup> *Idem.* p. 80-83

<sup>65</sup> WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 55

como exemplo, as famílias de classe operária possuíam mais filhos enquanto que as famílias de trabalhadores têxteis possuíam menor número de filhos. Sinalizando sobre as famílias de países economicamente menos desenvolvidos, o autor aponta que estas possuíam mais filhos, e isto estaria interligado a diversos fatores específicos que perpassam por concepções diversas do exercício religioso, cultural, econômico e da própria escolha sexual. Com tudo, a classe não seria por si só definidora das escolhas sexuais mais nela estariam contidas escolhas específicas do exercício da sexualidade.<sup>66</sup>

O corpo do homem e da mulher foi construído através de diversos discursos e representações científicas e sociais, que de acordo com Thomas Laquer modificou-se a partir de atributos da cientificidade. A mulher, o homem não desenvolvido, ganhou através do estatuto de seu corpo dimensões hierarquizadas delimitadas por sua suposta biologia e natureza, no século XIX o status das mulheres como biologicamente subdesenvolvidas ganhou uma nova lógica, passando a ser definido por seu modelo reprodutivo marcadamente diferente. Este momento histórico reformulou as compreensões das relações de gênero, pois, sugeriu que homens e mulheres eram diferentes em seu *status quo*, singulares e dispares, masculino e feminino.<sup>67</sup>

As questões de gênero estão profundamente arraigadas nas concepções da sexualidade, a divisão social do mundo entre homens e mulheres como sujeitos distintos marcou através dos corpos especificidades ímpares que delimitaram nos campos do poder os lugares possíveis para ambos os sexos. Refletindo esta possibilidade podemos entender que “padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável — um poder historicamente enraizado”.<sup>68</sup>

De acordo com Guacira Louro, muitos de nós tendemos a ver a sexualidade como algo natural de homens e mulheres, descartando as dimensões de sua construção social e política, igualando as vivências do corpo e acreditando que todos os corpos vivenciam o sexo da mesma maneira, porém a sexualidade envolve rituais, representações, símbolos e convenções, pluralizados através de inúmeras apreensões culturais, desta forma nela nada haveria de natural. Para Louro:

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da

<sup>66</sup> *Idem.* p. 56

<sup>67</sup> LAQUER, Tomas. *Inventando o sexo: corpos e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 13- 34

<sup>68</sup> WEEKS, Jeffrey. *Op. Cit.* 2001. p. 56

sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.<sup>69</sup>

Assim como a sexualidade é construída de maneiras diferentes, em épocas e em sociedade diferentes, para homens e mulheres, e modelada pelas relações de poder de uma sociedade; o amor também se redefine historicamente como sentimento pluralizado, ordenado a partir das relações de gênero, moldado para homens e mulheres de formas variadas e diferenciadas, inscrevendo em seus corpos e suas vivências experiências, práticas amorosas e sexuais diversificadas.

A vivência da sexualidade também se inscreveu nas diferenças da raça, afinal corpos seriam distintos não somente em seu dado biológico primário de macho e fêmea, mas também o seriam em sua variação racial. De acordo com Verena Stolke, o corpo sexuado tornou-se fundamental nas estruturas da sociedade colonial, o controle da sexualidade das mulheres apresentou-se como recurso imprescindível para o Estado, Igreja e domínio dos homens em seu empreendimento de colonização. A franca miscigenação brasileira nos séculos subsequentes a chegada dos primeiros europeus demonstra que os abusos sexuais do colonizador colocaram as mulheres da colônia, sobretudo indígenas e posteriormente negras escravizadas, em diferentes condições de sexualidade em relação às mulheres brancas.<sup>70</sup>

De acordo com Stolke, a manutenção da pureza do sangue marcava as sociedades coloniais, infinitamente plurais em suas etnias, para garantir à chamada honra social as elites coloniais procuravam manter os casamentos dentro de seus extratos sociais condicionando a legitimidade da prole. Complementa a autora que as:

Relações sexuais entre parceiros de status sociais distintos não raro aconteciam fora do casamento. Os filhos ilegítimos eram excluídos das honrarias sociais do ascendente mais bem colocado, normalmente o pai, e então eram criados em casas comandadas pelas mães, de status mais baixo.<sup>71</sup>

Desta maneira, as elites coloniais asseguravam a reprodução dos códigos de honra metropolitanos que perpassavam pela noção de castidade das mulheres, atrelando pureza social e virtude sexual feminina, o que dava aos homens a responsabilidade e o direito sobre

<sup>69</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Op Cit.* 2001. p. 11

<sup>70</sup> STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Rev. Estud. Fem.*, v.14, n.1, p. 15-42, 2006. p. 17-19

<sup>71</sup> *Idem.* p. 30

os corpos das mulheres atribuindo valor social aos antecedentes genealógicos, atestando uma pureza de sangue que deveria ser resguardada.

Cynthia Hamlin e Jonatas Ferreira pautados na construção do dualismo barbárie versus natureza investigaram as dimensões científicas que construíram as diferenças raciais nas quais corpos foram definidos como monstruosos. Os autores apontaram o papel científico legitimado que possibilitou a circulação dos corpos monstruosos como mercadorias e descortinaram uma hierarquização objetiva relacionando raça e gênero. Para Hamlin e Ferreira, o emblemático caso de Sara Baartman, a “Vênus Hotentote”, negociado cientificamente e politicamente durante o século XIX e XX, representaria os esforços para estabelecer fronteiras definidas entre civilização e incivilização, corpos civilizados e corpos incivilizados. Negros, mulheres e monstros representam historicamente, culturalmente e socialmente, o “outro”, aquilo que não deveria circular, mas que, porém circula para fomentar o discurso civilizador da oposição que o fundamenta, através da desproporção destes corpos, de sua feiura e desordem.<sup>72</sup>

Anne MacClintock apresenta o corpo das mulheres coloniais como algo a ser conquistado, aproximando as representações sociais de natureza coloca em contraste o mito das terras selvagens a serem penetradas e submetidas aos desejos do colonizador. Para a autora, contudo os eixos que se chocaram no embate colonial produziram sujeitos que atuaram intimamente sobre as relações de poder, deslocando o mesmo, reformulando-o, e condicionando-o a outros lugares. Quando analisa o caso da empregada Hanna Cullwick, questiona a tendência feminista de vitimização das mulheres, tendência esta que de acordo com a autora “íguala atuação e contexto, corpo e situação, anulando assim a possibilidade de recusa estratégica”. Se por outro lado Hanna Culwick não foi apresentada pela autora como vítima, representação da degradação feminina, também não foi apresentada como heroína, representação da revolta feminina, em outros termos MacClintock, apresentou esta personagem histórica como constante negociadora do poder e de sua sexualidade “pondo em questão as verdades binárias de dominação e resistência, vítima e opressor”.<sup>73</sup>

De acordo com Roger Chartier, precisamos questionar e entender mais profundamente a história cultural, para que possamos identificar como as realidades sociais são construídas e lidas em diferentes lugares, por diferentes sujeitos, considerando sempre que as classes sociais e os meios intelectuais partilham de construções variáveis e apreensões do

<sup>72</sup> FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Rev. Estud. Fem.*, v.18, n.3, p. 811-836, 2010.

<sup>73</sup> MACCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp. 2010. p. 43-270.

mundo social, delimitando a percepção do real, forjando interesses múltiplos e relacionando os discursos com a posição de quem o utiliza. Para o autor, as representações sociais configuram-se em maneiras de construir uma dada realidade social através de classificações, divisões e delimitações, esquemas estes que criam personagens dotados de significado.<sup>74</sup>

Os códigos, padrões e sentidos que estruturam as nossas mais variadas representações de mundo são compartilhados, podem ser naturalizados, contudo são mutáveis, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder, pelos conflitos de interesses dos grupos sociais que as forjam. Para Chartier, as representações precisam se expressar, para isso o discurso se apresenta, e em contato com os indivíduos produz formas variadas de interpretação e apreensão, assim muitas interpretações são possíveis sobre o mesmo discurso e muitos usos podem ser atribuídos ao mesmo discurso.<sup>75</sup>

A teoria das representações sociais e as teorias de gênero se usadas como parceiras nas investigações científicas, de certo, poderão fortalecer as pesquisas feministas, pois possuem de acordo com Arruda, grandes afinidades nos campos do saber, conceitual-metodológico e epistemológico. A utilização da teoria das representações sociais apresentou-se útil para entendimento do nosso objeto de pesquisa, pois aproximadas as dimensões das teorias de gênero possibilitam tecer uma crítica aos binarismos, (natureza versus cultura, razão versus emoção, objetivo versus subjetivo), reafirmando a importância das dimensões subjetivas, afetivas e culturais na construção dos saberes; possibilita-nos também pensar gênero enquanto relação, prismado pelas confluências do poder, da experiência, não separando sujeito de objeto dentro de seus respectivos contextos, mantendo os vínculos entre sujeito social, subjetividade e a construção do saber.<sup>76</sup>

Roger Chartier nos auxilia a pensar as relações de poder elaboradas a partir de diversos mecanismos com seus respectivos limites de ação, estratégias ímpares, e metamorfoses. A História das Mulheres narrou as relações de poder estabelecidas a partir de conceitos limitados que deram as heroínas, vítimas ou rebeldes, um privilégio de poucas, em relação de oposição as mulheres passivas, ou consentidoras de sua condição de oprimidas. Para o autor, o consentimento é parte atuante das relações de poder estabelecidas socialmente, complementa um sistema de poder, seja ele social e/ou sexual.<sup>77</sup> Para o autor:

<sup>74</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Portugal: DIFEL, 2002. p. 15 -18

<sup>75</sup> CHARTIER, Roger. 2002. *Op. Cit. Cf.: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados*, 1991, p. 173-191, vol.5, n.11. p. 177 – 179

<sup>76</sup> ARRUDA. Ângela. Teorias das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. n 117, p. 127-147, 2002. p. 131-133

<sup>77</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995. p. 41-42

Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência.<sup>78</sup>

Ao analisar a criminalidade feminina no Rio de Janeiro, Raquel Soihet, por exemplo, nos possibilita compreender como as mulheres pobres no meio urbano forjaram sua sobrevivência, muitas vezes, a revelia dos poderes estabelecidos, conflitando diretamente com a polícia e com os médicos higienistas. Para Marta de Abreu Esteves, estes conflitos se davam a partir do encontro entre as práticas populares cotidianas estabelecidas e as novas práticas que se desejava impor como higiênicas e modernas.<sup>79</sup>

A reflexão sobre os dois trabalhos nos permite outro olhar sobre as práticas amorosas das mulheres populares, que sobre a égide secular dos amasiamentos passa a ser alvo dos discursos políticos e científicos que pretenderam a bem de uma ordem social representá-las como práticas ilícitas, imorais e não higiênicas, colocando o casamento institucionalizado como modelo saneador da moralidade familiar. Marta Esteves nos apresenta um dado importante a ser considerado, na cidade do Rio de Janeiro, os amasiamentos eram comuns nas camadas populares até o início do século XX, apontando que os mesmos entre as camadas populares devem ser problematizados e investigados não somente como imposições de poucas condições materiais de sobrevivência mas também como possíveis opções dentro de uma determinada lógica cultural e específica.<sup>80</sup>

A prostituição como pauta dos debates científicos, prática insalubre e delituosa vem a ser construída dentro dos debates propostos por Magali Engel e Margareth Rago, uma investigando a cidade do Rio de Janeiro e outra a cidade de São Paulo conseguiram delimitar especificidades da prostituição em cada região. Engel apresenta uma prostituição definida pelos médicos higienistas como patológica, representada por uma sexualidade desregrada e anormal, Rago apresenta-nos uma perspectiva diferenciada de prostituição e sexualidade, que parte das necessidades de “moralização” da cidade que se desejava salubre, interligando o mundo dos prazeres ilícitos ao mundo do crime.<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup> *Idem.* p. 42

<sup>79</sup> SOIHET, Rachel. 1989. *Op. Cit.* Cf.: ESTEVES, Marta de Abreu. 1989. *Op. Cit.*

<sup>80</sup> ESTEVES, Marta de Abreu. 1989. *Op. Cit.* p. 180 - 183.

<sup>81</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense. 2004; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 56-58

Estas autoras nos auxiliam a pensar como as mulheres populares, mesmo não vinculadas ao campo da prostituição efetivamente são aproximadas a ele por suas práticas amorosas e sexuais não estruturadas pelo casamento institucionalizado, práticas estas que podem ser encontradas entre os amasiamentos, namoros licenciosos, divórcio e defloramentos.

Muitas intrigas amorosas poderiam ter como agravantes sentimentos considerados perigosos como o ciúme, apontado como um dos principais causadores de conflitos, segundo Mary Del Priore. Podemos compreender que o ciúme era visto como sentimento inoportuno e provocador de conflitos e sua demonstração excessiva representava a externalização de um sentimento exagerado e extremo combatido pela sociedade. A partir de Priore percebemos as práticas amorosa, conflituosas, envolvendo as mulheres das camadas populares e seus pares, criminalizadas(os) por fugirem do padrão estabelecido de casamento (civil ou religioso) harmonioso, por este fato estariam repletos de paixões instintivas, licenciosas e de uma sexualidade lasciva.<sup>82</sup>

Michel Foucault nos propicia uma reflexão importante sobre a moralidade e sua construção social, debatendo conceitos relevantes para nosso estudo, fazendo-nos atentar para a complexidade das relações sociais que estabelecem a construção da moralidade sexual, a partir do comportamento real do indivíduo em relação às regras propostas e a sociedade que ele esta inserido. Segundo o autor os valores morais passam por uma clivagem do indivíduo ou do grupo a que ele se insere, recebendo uma resignificação de seus códigos, para a partir destas clivagens condutas morais específicas serem aceitas ou rejeitadas, delimitando os comportamentos que serão produzidos.<sup>83</sup>

José Ronaldo Trindade a partir de uma interessante perspectiva debateu que, no final do século XIX, havia uma preocupação eminente dos órgãos de governo da cidade de Belém com a disciplinarização do comportamento. Trindade aponta situações através das quais mulheres das camadas populares de Belém tiveram seu padrão de vida e suas práticas cotidianas, como por exemplo o trabalho e seus embates amorosos, postos em detrimento diante de um modelo feminino ideal equiparado aos modelos comportamentais endereçados as mulheres das camadas dominantes.<sup>84</sup>

Cristina Cancela, ao analisar as relações amorosa das mulheres das camadas populares de Belém, no final do século XIX e início do XX, investigou processos de

---

<sup>82</sup> DEL PRYORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 53

<sup>83</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2012. p. 33-35.

<sup>84</sup> TRINDADE, José Ronaldo. *Errantes da Campina: Belém, 1890-1900*. [285f.] Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 1999.

defloramento e sedução nos permitindo captar não só o cotidiano de mulheres populares, mas também um fio condutor que nos levou a pensar questões relacionadas as práticas amorosas e a sexualidade a partir de seus conflitos, representados como comportamentos passíveis de criminalização. Muitos casos de sedução e defloramento eram julgados a revelia das supostas vítimas, porém o ato de deflorar e/ou ser deflorada, seduzir e/ou ser seduzida eram compreendidos como comportamentos perigosos, capazes de promover a desagregação da família e a prostituição.<sup>85</sup> Esta análise coaduna-se com a de Magali Engel que observou entre as fontes processuais utilizadas em sua pesquisa conflitos significativos entre os casais amasiados, em sua investigação sobre crimes passionais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.<sup>86</sup>

Ipojucan Dias Campos nos auxiliou a entender as relações sobre divórcio, casamento e prostituição em Belém no final do século XIX, essencialmente colaborando para a compreensão de como se forjavam os arranjos sociais tecidos sobre os relacionamentos ditos higiênicos, constituídos através do casamento. Os processos de ruptura com as normas sociais estabelecidas também ficam evidentes no trabalho do autor quando o mesmo debate o divórcio, segundo o pensamento oitocentista, como ato estritamente ligado a prostituição feminina.<sup>87</sup>

Estes autores, assim como outros aqui não mencionados nos possibilitaram a percorrer as possíveis representações sociais tecidas sobre as práticas amorosas de mulheres das camadas populares de Belém, fazendo-nos compreender que estas representações sociais não formaram de maneira nenhuma um discurso neutro, porém, produziram no século XIX estratégias de imposição de uma autoridade sobre as mulheres pobres que sobre os olhares da elite paraense necessitava de projetos legitimados que regulassem seus comportamentos de acordo com justificativas que as criminalizavam.

---

<sup>85</sup> CANCELA, *Adoráveis e dissimuladas: a relação amorosa das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. [172 f.] 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

<sup>86</sup> ENGEL, Magali. *Op. Cit.*

<sup>87</sup> CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*. [324 f.] 2004. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

## CAPITULO I

### 1. PRÁTICAS AMOROSAS E PRÁTICAS SEXUAIS: POSSIBILIDADES

Neste capítulo abordamos distanciamentos e proximidades entre as práticas amorosas e as práticas sexuais, analisando os discursos e representações sociais elaboradas em torno das vivências amorosas das mulheres. Para tecermos a análise sobre nosso objeto, discorreremos sobre as representações sociais do amor no século XIX e as representações sociais da ciência sobre as mulheres das classes populares. Analisando as estreitas relações entre classe, raça e gênero, apontamos especificidades e possibilidades relacionais confluentes dos jogos de poder que auxiliaram a condenar os amasiamentos e as mulheres que se encontravam amasiadas.

Problematizar as práticas amorosas não pode ser compreendido como uma tarefa simples ou condensada em fontes históricas específicas que só precisam ser lidas e interpretadas em suas entrelinhas, passíveis e resguardadas pelo tempo esperando as mãos, os olhos, o suor e a subjetividade de intelectuais.

Render-se a este desafio consiste na possibilidade de investigar muitos outros campos do conhecimento como conjugalidade, família, gênero, cultura e sexualidade. Implica na busca de suportes teóricos específicos que possam problematizar a abstração sociocultural do amor como sentimento, insólito, gendrado, construído por nós para balizar as relações humanas mais íntimas, doces e perversas.

O amor é vivenciado e tratado de formas distintas, dialogando com a cultura em que vivemos, com a religião, a política e a história, não sendo um sentimento “natural” dos seres humanos “sentido e experimentado da mesma maneira por todos em qualquer lugar e período”. As concepções de amor são sempre construídas, datadas e conseqüentemente, passíveis de serem mantidas, ordenadas, alteradas, ocorrendo em função “das expectativas e práticas amorosas e das necessidades dos indivíduos, bem como do imaginário, dos costumes, das crenças e dos valores sociais vigentes”.<sup>88</sup>

Para Zygmunt Bauman existem bases sólidas para o amor “quase que por sua própria natureza”, como sentimento de condição recorrente, transcendente que nos convida a

---

<sup>88</sup> CHAVES. Jacqueline Cavalcanti. Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da Belle-Époque. *Análise Social*, v.180, p. 827-846, 2006. p. 827

seguidas tentativas, que nos pressiona a paixões, que nos impulsiona a chamar de amor várias experiências ao longo de nossa vida, mas que, porém não dá nenhuma garantia à sua permanência ou solidez, possibilitando assim outras tantas (in)definitivas relações amorosas. Para o autor, o amor assim como a morte são correlatos ao ser humano, acontecimentos que não conseguiremos em momento algum nos livrar, porque tão certo quanto em uma ponta da vida existe a morte, na ponta da morte existe o amor, estreitamente ligado a ela (morte) e tão exato de seu acontecimento e existência quanto a mesma morte possui de si e nós possuímos dela.<sup>89</sup>

A ideia de “amor eterno” ou de “amor até que a morte os separe” perpassa pelas definições de amor romântico que, segundo Bauman, no mundo contemporâneo estaria perdendo espaço e vida útil a partir da fragilização dos laços relacionais da humanidade, das radicais alterações nas estruturas de parentesco, possibilitando testar experiências mais amplamente para, a partir das experimentações, nomear novamente o que compreendemos como amor. Para Bauman:

Como resultado, o conjunto de experiências às quais nos referimos com a palavra amor expandiu-se muito. Noites avulsas de sexo são referidas pelo codinome de “fazer amor”. A súbita abundância e a evidente disponibilidade das “experiências amorosas” podem alimentar (e de fato alimentam) a convicção de que amar (apaixonar-se, instigar o amor) é uma habilidade que se pode adquirir, e que o domínio dessa habilidade aumenta com a prática e a assiduidade do exercício. Pode-se até acreditar (e frequentemente se acredita) que as habilidades do fazer amor tendem a crescer com o acúmulo de experiências, que o próximo amor será uma experiência ainda mais estimulante do que a que estamos vivendo atualmente, embora não tão emocionante ou excitante quanto a que virá depois.<sup>90</sup>

As experiências que Bauman se refere podem ser agrupadas em um conjunto e definidas como práticas amorosas, ou seja, uma gama complexa e plural de experiências amplas que norteiam as relações e constroem nossas noções de conjugalidade, de relações amorosas, sexualidade e nossa própria ideia de amor, podem ser agrupadas como possibilidades marcadamente históricas e sociais compondo as mais variadas pluralidades de nossos conjuntos de práticas amorosas.

A noção de experiências amorosas cria uma falsa ilusão de conhecimento de si do outro e das relações estabelecidas, possibilita episódios que testam determinadas ações do

<sup>89</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 10

<sup>90</sup> *Idem*. p.11

campo do desejo, destinadas a um ou mais indivíduos como espelho a refletir as técnicas de conquista, manutenção e rechaço no campo amoroso. O que não pensamos é que estas experiências amorosas podem ser agrupadas, se as considerarmos como vivas nos jogos das relações de poder, poderemos também percebê-las reunindo-se para determinar práticas amorosas importantes para a sustentação de um arcabouço sociocultural corporificado chamado amor.

Podemos considerar que determinados grupos sociais reconhecem experiências amorosas como o olhar, a fala, o beijo, a sedução, o ato sexual e as infinitas possibilidades do flerte no campo da conquista como valores importantes para definir em escalas as gradações de quem teria mais ou menos experiências no campo amoroso. Estas experiências amorosas deflagradas por posturas de comportamento, configuradas e reconhecidas pelos grupos, estabelecem-se como práticas amorosas determinantes que irão auxiliar a construir para aquele grupo suas noções de conjugalidade, sexualidade, amor, etc.

As práticas amorosas auxiliam os grupos a identificarem, por exemplo, as relações de amor e desejo que se estabelece, se são sérias, passageiras, namoros, noivados, casamentos, ou seja, elas auxiliam na determinação e na localização dos(as) sujeitos(as) em suas relações de conjugalidade e extra-conjugalidade. Esta explicação demonstra como a naturalização das práticas amorosas nos passa despercebida, tendo em vista que estamos submersos em convenções de gênero que determinam as práticas amorosas das mulheres de acordo com o que é estabelecido pelos grupos sociais como, quais práticas seriam permitidas, quais estariam configuradas nos campos da norma que formata nosso comportamento e submete a nosso julgamento, apropriação e manutenção do lícito e do ilícito no campo social da conquista amorosa.

A partir destas observações poderíamos considerar que a problematização das práticas amorosas pode apontar importantes reflexões sobre a sexualidade feminina, tendo em vista que, a sexualidade também tem sua política interna, de acordo com Rubin produz desigualdades e modos de opressão específicos que passam pela determinação de tempo, espaço, lugar, e auxilia na construção das formas institucionais concretas da sexualidade humana.<sup>91</sup>

O comportamento esta composto de interesses e conflitos que operam as manobras políticas, se a sexualidade e o sexo são formas de comportamento logo são sempre

---

<sup>91</sup> RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the Politics of sexuality. In: VANCE, Carole. *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. New York: Pandora, 1984. p. 04

políticos.<sup>92</sup> No século XIX comportamentos específicos engendraram as práticas amorosas delineando aspectos fundamentais para a arte de cortejar, seduzir e apropriar-se dos jogos de poder relativos ao amor que demarcaram as relações de gênero. Mary Del Pryore identificou como alguns comportamentos foram determinantes nos jogos de conquista, o olhar seria utilizado para demarcar a sedução e empregado por homens e mulheres de maneiras diferentes, a beleza de determinadas partes do corpo como os pés, era quesito fundamental para a sedução observando como este se transformou em símbolo de beleza apreciado, apresentando-se como lugar de desejo.<sup>93</sup>

Códigos fluíam no século XIX e costumavam em desbotadas práticas amorosas belas novidades na arte de seduzir, principalmente importados do estrangeiro, os gestos fluidos, rubores, lágrimas, acenos e piscadelas, ganhavam força na hora da conquista, nascia assim “um novo código amoroso em que sonhos de pureza angelical se misturavam às práticas tradicionais rudes e autoritárias herdadas do império e da colônia.”<sup>94</sup> Porém estes códigos que desenhavam práticas amorosas específicas iam mais além das marcas apresentadas pelo corpo, como o enrubescimento das faces ou a beleza dos pés. De acordo com Leite e Massaini, no amor e na família existem especialidades individuais, formas e dinâmicas diferentes para a manutenção das relações amorosas, que diferenciam os mais ricos dos mais pobres “conservando, contudo, certa homogeneidade das nuances de aspirações e de representações, num momento histórico específico”.<sup>95</sup>

Alguns períodos históricos mostram as negociações da construção erótica, onde o sexo é, mais ou menos, politizado, dependendo da delimitação e dos interesses sociais nestes domínios. Gayle Rubin faz alguns recortes para explicar que o sexo é um agente político, enfocando a repressão da medicina, gênero e da própria construção dos discursos para comprovar que enquanto mais o tempo avança mais o sexo é institucionalizado.<sup>96</sup>

Para Rubin, gênero e sexualidade são políticos, pois estão organizados em sistemas de poder, recompensam e incentivam pessoas e atividades, enquanto punem e reprimem aqueles que não se enquadram nas regras existentes. Como a organização capitalista do trabalho e sua distribuição de recompensas e poderes, o moderno sistema sexual tem sido

---

<sup>92</sup> *Idem.*

<sup>93</sup> DEL PRYORE, Mary. 2006. *Op. Cit.* p. 120.

<sup>94</sup> *Idem.* p. 120

<sup>95</sup> LEITE, Miriam Moreira; MASSAINE, Márcia Ignez. Representações do amor e da família. In: D'INCAO, Angela. (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 73.

<sup>96</sup> RUBIN, Gayle. 1984. *Op. Cit.* p. 04 - 05

objeto de luta política, porém com uma diferença entre ambos, pois as disputas entre trabalho e capital são mistificados, os conflitos sexuais são completamente camuflados.<sup>97</sup>

A hierarquia do sexo, de acordo com Rubin, produz dois grupos com práticas sexuais específicas, um primeiro tipo mais aceitável de sexo, inclusive procriativo, entre casados, heterossexuais; e um segundo grupo anormal e condenado, praticante de sexo não procriativo, não casados, por exemplo, homossexuais, travestis, fetichistas, profissionais do sexo, lésbicas, sadomasoquistas etc. Desta forma, a autora aproxima uma certa moralidade sexual com ideologias de racismo em que a virtude de grupos dominantes, atribuídos de uma moralidade democrática pode e deve julgar atos sexuais pela maneira como os parceiros se relacionam, o nível de consideração mútua, a presença ou ausência do desejo e a quantidade e qualidade do prazer que eles proporcionam um ao outro.<sup>98</sup>

A lei do sexo é provavelmente a maior contribuinte para a estratificação e a perseguição erótica, as leis existem, quando o ato ocorre entre duas pessoas que o consentem. A lei criminaliza o comportamento sexual quando este foge da legalidade da regra, assim aquele que é ou deveria ser livre em suas escolhas está politicamente circunscrito em uma série de fatores determinantes para a estigmatização de determinadas práticas. Em outras palavras, o que é considerado desviante é o produto do poder político que premia alguns e pune outros através do exercício de sua sexualidade.

Entrecruzando obras de autoras como Gayle Rubin e Monica Schpun, podemos considerar que as ideologias sexuais, propostas por Rubin e a ideologia do amor proposta por Schup, se afastam e se aproximam no tecido social e construídas sócio-culturalmente trouxeram consequências, pois complexibilizaram a compreensão do ato sexual, do amor e da moralização embutidas neles, dando ao Estado e a sociedade poderes amplos sobre os corpos a partir de uma medicalização e de uma judicialização que estigmatizou determinados comportamentos e determinadas práticas.<sup>99</sup>

O amor colado às dimensões da sexualidade no século XIX serviria como artifício político para delimitação de fronteiras sociais entre práticas amorosas e práticas sexuais permitidas e não permitidas. Essa política promoveu a exclusão e a opressão de determinados grupos específicos, como as mulheres amasiadas, os homossexuais, as lésbicas, travestis entre outros. Esse jogo político do sexo pode ser pensado como um jogo de poder determinado a partir de uma hierarquia de dominação do Estado e da sociedade, permitindo pensar sobre as

---

<sup>97</sup> *Idem.*

<sup>98</sup> *Idem.* p. 11-12

<sup>99</sup> RUBIN, 1984. *Op. Cit.* p. 13-15 *Cf.:* SCHPUN, Mônica Raissa. *Les années folles à São Paulo: Hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*. Paris : l'Harmattan, 1997.

relações de gênero/poder e sexualidade articuladas entre os agentes desta sexualidade, ou seja, entre pessoas e, especificamente, entre grupos.

Jeffrey Weeks debate que, no final do século XIX, os corpos e o comportamento sexual passaram a ter maior relevância nos debates de especialistas no campo científico, deixando de ser apenas preocupação das instituições religiosas, filosóficas ou morais, possuindo tanta relevância que ganhou sua própria disciplina, a sexologia, que tomou como bases importantes o conhecimento científico da psicologia, antropologia e biologia.<sup>100</sup>

De acordo com Weeks a mudança na forma como se construiu o conhecimento sobre o comportamento sexual humano modificou-se a partir de então e a sexualidade começou a ser compreendida como uma preocupação individual, mas também crítica e política merecendo atenção e investigação, a sexologia como instrumento de condensação dos saberes sobre o sexo passou a ser elemento importante na construção do nosso pensamento.<sup>101</sup>

Richard Von Krafft-Ebing, pioneiro sexólogo do final do século XIX, em seu estudo intitulado “Psychopathia sexualis”, constrói o sexo como um “instinto natural”, dando ênfase a pré-supostos biologizantes como fenômenos importantes e quantificáveis do comportamento sexual humano. Essa “natureza sexual” foi construída historicamente, modelada “em situações sociais concretas”, o que nos trouxe profundas raízes em nossas elaborações sobre a sexualidade e o corpo.<sup>102</sup>

A ideia de que o sexo seria uma “força absolutamente avassaladora” e supostamente masculina, permitiu-nos construir nosso conhecimento sobre a sexualidade, percebendo-a como uma força inquestionável, pressionadora de nossas vidas sociais e de nossas relações pessoais, força esta que nos impossibilitaria de lutar contra ela, de termos consciência dela e sobre ela, agente determinante que constituiria nossa personalidade e identidade.<sup>103</sup>

A partir dos primeiros debates dos sexólogos foram construídos discursos sobre a sexualidade humana que foi elaborada a partir de uma lógica masculina de experiências, supostamente universal. As mulheres nestes discursos ficaram cristalizadas como “o sexo”, detentoras de corpos “saturados de sexualidade”, por vezes passivas outras vezes reativas ao desejo dos homens.<sup>104</sup>

---

<sup>100</sup> WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 39

<sup>101</sup> *Idem.*

<sup>102</sup> WEEKS, Jeffrey. *Op. Cit.* p. 39

<sup>103</sup> *Idem.* p. 39

<sup>104</sup> *Idem.* p. 40-41

De acordo com Michel Foucault, a sexualidade representa em si mesma um dispositivo histórico:

[...] não a realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.<sup>105</sup>

Michel Foucault em sua obra “História da sexualidade: a vontade de saber”, discorre sobre a *scientia sexualis*, analisando as instâncias do poder a partir da construção do discurso e da emergência de uma ciência do sexo, que pretendia iluminar os conhecimentos sobre este campo das relações humanas. Foucault compreende que a partir dos séculos XVI e XVII a sociedade ocidental multiplicou os discursos sobre o sexo. Tais discursos, ao pretenderem-se reveladores e definidores sobre o assunto acabaram por ocultar, ainda mais, as concepções e os vários matizes da sexualidade humana.<sup>106</sup>

Para Foucault existiu nos estudos sobre a sexualidade uma concepção de que até o século XIX o sexo era assunto proibido, prática reprimida e ocultada, gerada através de um extremo silêncio social. Contudo, o autor compreende que luzes foram lançadas sobre todos os aspectos da sexualidade humana durante todos os séculos, culminando na criação e aperfeiçoamento de aparelhos reprodutores do discurso sobre o sexo que se multiplicaram no Ocidente e produziram verdades a seu respeito, que perpassam por profundos diálogos com as relações de poder.<sup>107</sup>

Os projetos científicos emergentes no século XIX se apropriaram de muitas crenças criadas sobre o sexo e elaboram novos entendimentos a partir de discursos médicos enraizados em uma neutralidade justificada na cientificidade, produzindo crescentes verdades sobre o sexo ligadas a higienização dos comportamentos, a biologia, a reprodução, a assepsia, a moralização, interconectando campos do “pecado”, do “sujo” e da “doença”. Ao longo de todo o século XIX, o sexo se compartimentaliza a partir de dois registros distintos de saber, uma biologia da reprodução e uma medicina do sexo, onde entre uma e outra nenhuma linha foi traçada mais reforçadamente nos campos da ciência, antes se instituiu entre ambas e a

<sup>105</sup> FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011. p. 116 - 117.

<sup>106</sup> *Idem*. p. 62

<sup>107</sup> *Idem*.

partir delas pode-se reescrever “num vocabulário de consonância científica” os medos tradicionais, as opções morais, as concepções políticas e econômicas.<sup>108</sup>

Opondo culturalmente conceitos de *scientia sexualis* e *ars erótica*, Foucault apresenta duas compreensões distintas sobre o sexo. *Ars erótica*, seria um conhecimento sobre o sexo atribuído a civilizações, sobre tudo orientais, que buscavam no conhecimento do prazer formas de ampliá-lo. Em contrapartida, a *scientia sexualis* utilizando o mecanismo da confissão produziu no Ocidente saberes sobre o sexo através da exposição dos prazeres humanos, para melhor controlá-lo.<sup>109</sup>

O ato de confissão impresso na *scientia sexualis* estabeleceria relações de poder entre aquele que confessa e seu confidente, levando para os campos do discurso o ato da confissão, interpretação, condenação e remissão da sexualidade. De acordo com Foucault “a confissão é um ritual de discurso”, coincidindo o sujeito que fala com o sujeito do enunciado “é, também um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro”. O papel do confessor não é de simples interlocutor, em si ele também representa a instância que exige a confissão, que a impõe, que a provoca, que a avalia assim como intervêm para julgá-la, puni-la, perdoá-la.<sup>110</sup>

A partir do século XIX, a importância da confissão ultrapassa os limites da penitência, transpassando os campos do domínio religioso, adentrando as instâncias da ciência, auxiliando na produção de uma sobrecarga de discursos, interferindo na produção da verdade e elaborando estratégias para extrair as possíveis verdades sobre o sexo. De acordo com Foucault, as relações de poder são circulares, só funcionam em cadeia, e os indivíduos sempre se encontram em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação “nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.”<sup>111</sup>

O século XIX articulou seu desenvolvimento através de estratégias específicas que se desdobraram na sexualização da criança, histerização da mulher, qualificação dos perversos, regulação das populações, estratégias estas que de acordo com Foucault perpassaram todas as famílias na modernidade, não para uma repressão ou interdição, mas como capital de sexualização, que passa pela produção do trabalho, reprodução da força de trabalho e dessublimação do corpo enquanto ferramenta de reprodução do trabalho. A partir

---

<sup>108</sup> *Idem.* p. 63

<sup>109</sup> *Idem.* p. 66

<sup>110</sup> *Idem.* p. 70-71

<sup>111</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 183.

disto a política do sexo não passa mais pela repressão de desejos e sim pela produção da sexualidade.<sup>112</sup>

Consequentemente não podemos localizar os fenômenos de normatização como campos de poder maciços e homogêneos, disposto de maneira hierárquica, de um grupo que detêm o poder sobre a norma sobreposto a outro definido com menos poder e a mercê da norma. Devemos considerar que os indivíduos através do exercício e da manutenção de suas práticas amorosas e práticas sexuais tencionavam as relações de poder entre os gêneros, entre as normas e entre as compreensões da conjugalidade, produzindo representações de si e de suas práticas que não necessariamente estariam localizadas a margem das relações de poder, mas que também representam relações de poder circunscritas e localizadas.

De acordo com Foucault, o indivíduo não seria inerte e submetido às instâncias de poder, pois “aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder”, ou seja, podemos considerar que “o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos”.<sup>113</sup>

Alguns temas no campo das ciências humanas se concentram estabelecidos em fronteiras delicadas, complexas e difíceis de serem analisados por vezes pela pouca importância que se dá a eles, por determinados estudos serem colocados de forma academicamente marginal ou pela abordagem superficial com que são elaborados. Dentre estes temas de estudo aqueles que envolvem debates sobre sexo e sexualidades encontram-se por vezes marginalizados, devido à complexidade do tema e da própria abordagem que tem sido dada a ele.

Por volta do século XVIII, com os avanços da ciência instalou-se no Ocidente uma necessidade em se falar de sexo, as pesquisas embrionárias, o desenvolvimento de técnicas de investigação, exigiram uma maior preocupação com o assunto e começou a colocá-lo no campo dos interesses institucionais, da medicina, do sistema jurídico e político, “[...] tornando-se caso de polícia no sentido de majoração ordenada das forças coletivas e individuais”. Técnicas elaboradas e diferenciadas de poder passaram a regulamentar o comportamento humano, relações econômicas, de trabalho, acúmulo de riquezas, passam a se configurar de forma diferenciada e com o sexo não foi diferente, pois, novos códigos se forjaram a partir de questionamentos sobre a natalidade, a função sexual do casamento e do celibato.<sup>114</sup>

<sup>112</sup> FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 2011. *Op. Cit.* p. 80-83

<sup>113</sup> FOUCAULT. 1990. *Op. Cit.* p. 183

<sup>114</sup> NASCIMENTO, Renan Custódio do. Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano. *Universitas Ciências da Saúde* - v.03, n.01; p. 65-72, 2005. Disponível em:

A partir da Era Vitoriana, no século XIX, alguns estudos antes improváveis ganharam novos contornos, isso não se deu sem causas, as profundas mudanças culturais, os abalos nas estruturas religiosas, o avanço da medicina, da ciência como verdade absoluta e da psicologia trouxeram ao centro das atenções assuntos antes encarados como tabus, obscuros e proibidos, dentre eles, o sexo.

O Vitorianismo se estabeleceu como um período de recrudescimento sobre as práticas sexuais, trazendo, de acordo com Foucault, novos dispositivos de repressão sobre o corpo e a sexualidade, em contraposição a um período clássico que se estendeu até o século XVII, que percebia a sexualidade como algo divino, no campo das práticas sagradas sem nenhuma ligação com o profano.<sup>115</sup>

As instituições científicas, educacionais e jurídicas, passaram a apropriar-se do sexo de forma a subordiná-lo, domá-lo, de definir sua existência a partir de seus discursos reguladores e dispositivos específicos de uma ordem discursiva, codificando práticas e disseminando uma espécie de “educação sexual” moralizadora de comportamentos “impróprios”. Pedagogias se encarregavam do sexo dirigido a infância, a medicina cuidava da reprodução das mulheres, a psiquiatria, de uma possível hysterização relacionada a prováveis distúrbios da sexualidade humana como perversões, procriação etc.<sup>116</sup>

Toda esta problematização do sexo e da sexualidade humana tiveram suas heranças amarradas em escritos gregos, como os preceitos aristotélicos que deram os primeiros enunciados sobre a sexologia no Ocidente, dentre eles um que postulava a irrelevante contribuição da mulher na procriação, identificando o sangue menstrual como a mera substância necessária para o desenvolvimento do embrião. Hipócrates, porém, postulou que as secreções vaginais teriam propriedades equivalentes ao sêmen masculino e que os fluídos femininos contribuiriam para a formação do embrião.<sup>117</sup> Estas ideias auxiliaram na problematização do sexo e da sexualidade humana, enraizando desde as primeiras formulações gregas papéis distintos da função sexual masculina e feminina, subordinando as mulheres ao papel de coadjuvantes.

Para Foucault o sexo como discurso já estaria implícito muito antes de sua explicitação, antes que se tratasse como expoente os comportamentos e práticas sexuais, uma penumbra sobre o assunto, um discurso que sussurrava já pairava sobre os corpos de homens

---

<<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/546/366>> Acesso: 20 ago. 2011. p. 67

<sup>115</sup> FOULCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit. 2011. p. 32-35

<sup>116</sup> *Idem*. p. 34-35

<sup>117</sup> GREGERSEN, Edgar. *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. São Paulo: Roca, 1983. p. 30.

e mulheres. A escola do século XVIII pode servir de exemplo, pois mascarou o sexo como discurso atuante, dando a impressão de que nestes espaços um silêncio profundo se imporia diante do tema, um segundo olhar mais minucioso, porém pode nos revelar vozes uníssonas falando sobre sexo nestes espaços, retirando máscaras, bastaria atentar para “os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo”.<sup>118</sup>

Os reguladores disciplinares das escolas do século XVIII foram forjados também a partir de possíveis sistemas de controle da sexualidade infantil existente, precoce, ativa, permanente. Salas, pátios recreativos, dormitórios enfim, todos os espaços físicos da escola falavam de uma sexualidade infantil que carecia de ordenamento e controle institucionalizado. Família, escola, poderes públicos deveriam agir de forma correlata afim de estabelecer um controle específico sobre os corpos de meninos e meninas em formação física e psíquica.<sup>119</sup>

Meninos e meninas, homens e mulheres, nascem, crescem, reproduzem-se (ou não) e morrem fadados e/ou aprisionados aos seus corpos, seus sexos e as relações que complexamente derivam destes elementos. O reconhecimento seja ele por si ou pelo outro, do ser macho ou ser fêmea acaba por construir sexualidades estabelecendo relações de poder que (re)significam constantemente o campo das relações humanas e sociais.

Reflexões pretéritas auxiliaram na construção e significação do corpo e do sexo, Diderot, D'Alembert, Roussel e Cabanis colocaram a maternidade como função e essência do sexo feminino; o corpo masculino como superior; os papéis sociais atribuídos a homem e mulher e as relações entre biologia foram bem articuladas por estes autores e seguiram sendo reformuladas ao longo dos séculos. Médicos e cientistas do século XIX auxiliaram na disseminação destas teorias, colocando a biologia como fornecedora de provas do estatuto biológico do sexo, colocando a sexualidade feminina intimamente ligada á função reprodutiva e toda e qualquer prática sexual feminina que não se conectasse a esta função era considerada desvio.

A partir destas considerações percebemos que a Ciência Moderna auxiliou na objetificação das mulheres, de seus corpos e de sua sexualidade, “desigualdades de gênero, incorporadas nas instituições da ciência, influenciaram o conhecimento saído destas instituições.” O conhecimento inadequado do corpo feminino foi traduzido após vários capítulos elaborados a partir de estudos que postularam uma suposta “ciência da mulher”, que pretensamente se debruçou no caráter físico, moral e intelectual do chamado “o sexo”. Uma

---

<sup>118</sup> FOULCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit. 2011. p. 34

<sup>119</sup> *Idem*.

formulação de “ciência sexual” que pretendia “o exame minucioso da diferença sexual” auxiliou para determinar papéis entre os sexos e resolver debates “acerca do papel adequado das mulheres na sociedade e nas profissões.”<sup>120</sup>

A sexualidade feminina começou a sofrer sanções de maneira mais complexa a partir do século XIX, quando os homens de ciência<sup>121</sup> começaram a ocupar determinadas funções antes femininas, tradicionais e passadas através de gerações, como a função de parteira. Os primeiros homens parteiros, ou obstetras, passaram a dominar as artes da reprodutividade, cientificizando um saber tradicional e milenar das mulheres, causando prejuízos ao controle da natalidade feminina, a compreensão e trato com o corpo, além de influenciar no exercício da sexualidade.

Segundo Schiebinger, na Europa moderna o desaparecimento das parteiras causou problemas para a saúde das mulheres, pois as mesmas acabaram por perder o controle de sua fertilidade. Aquelas mulheres tinham acesso a aproximadamente 200 métodos contraceptivos, entre tantos outros produtos abortivos de natureza mecânica ou vegetal, o desaparecimento das parteiras e de seus saberes tradicionais de contracepção passados “através da rede de relações entre as mulheres, de mãe para filha e de parteira para vizinha”, conseqüentemente deu mais filhos as mulheres europeias do século XIX.<sup>122</sup>

O declínio do acesso aos métodos contraceptivos, por conseguinte se problematizado adequadamente, pode revelar mudanças significativas no comportamento sexual feminino, mudanças significativas na compreensão e no trato com o corpo, assim como nas complexas relações de gênero que perpassam pela sexualidade feminina e pelo seu exercício.

Juliet Mitchel nos esclarece que o papel reprodutivo da mulher foi santificado a partir do avanço do capitalismo, o que auxiliou na delimitação de papéis sexuais entre homens e mulheres, excluindo as mulheres dos setores de produção, estes por sua vez designados aos homens invariavelmente. A sexualidade haveria sido colocada para as mulheres como exercício de prazer proibido, definido pelas instâncias do matrimônio formal capaz de

<sup>120</sup> SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001. p. 207.

<sup>121</sup> Homens de Ciência foram todos aqueles, esculápios, médicos, cientistas, pesquisadores etc. que no século XIX, dedicaram-se aos estudos da medicina, psicologia, sexualidade, entre outros saberes que no período estavam sendo institucionalizados pela emergência da ciência moderna. Cf.: ENGEL, Magali G. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>122</sup> SCHIENBINGER, Londa. *Op. Cit.* p. 207 Em relação ao trabalho das parteiras no Brasil ver pesquisas como os de: MOTT, Maria Lucia Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? *Revista Estudos Feministas*. v. 07, n. 01-2. Santa Catarina: UFSC, 1999.

espiritualizar o instinto sexual através da moralidade, da exclusividade conjugal dos vínculos emocionais e da maternidade.<sup>123</sup>

No vocabulário sexual contemporâneo podem-se localizar testemunhos eloquentes da apropriação e objetificação da mulher enquanto progenitoras e produtoras através da história, a relação sexual foi assimilada ao regime de posse bem mais fácil e completamente do que o relacionamento produtivo e reprodutivo. A problematização da sexualidade por teóricos comunistas, socialistas e liberais, ao longo de densos processos históricos, não resolveram as complexas tramas que envolvem o tema, e não aprofundaram a posição das mulheres no que tange estas relações. Para Mitchel, muitos debates sobre a sexualidade feminina não elegeram como foco importante a posição e a dignidade das mulheres em diferentes sociedades e recortes históricos.<sup>124</sup>

A rejeição ou inversão dos estudos sobre os papéis sexuais femininos como primordiais para se entender as relações de gênero construídas através da história perpassam pela escolha dos objetos de pesquisa, pela eleição, “do que?”, “de como?”, “para onde?”, “porque?”, estudar algo tão complexo e delicado, que mesmo em uma sociedade ocidental dita “liberal” e “moderna” ainda enfrenta preconceitos e silêncios que se estendem através do Ocidente. Desconstruir uma ciência pré-estabelecida, que auxiliou a forjar no corpo e no sexo da mulher, uma certeza universal e absoluta sobre nossa biologia reprodutiva, nosso papel sexual “passivo” e nossa “natureza inferior”, de certo não é tarefa simples, porém os estudos feministas vêm através dos anos demonstrando que é possível e, acima de tudo, deve ser feito.

De acordo com Sardenberg, os estudos e as teorias feministas auxiliaram e possibilitaram a dissolução de muitos impasses no campo do conhecimento, a partir de dois pontos distintos, porém, que se interligam, “o primeiro diz respeito aos avanços teórico-metodológicos no interior do próprio pensamento feminista com a construção e teorização em torno das relações de gênero”, o que propiciou às construções e reflexões sobre gênero, como um objeto teórico importante para investigações e reflexões a partir de uma epistemologia feminista. O segundo seria a crítica feminista à ciência, que trouxe novo fôlego e pistas importantes para novas abordagens “à epistemologia histórica e suas contribuições para a desmistificação da Ciência Moderna”.<sup>125</sup> Ainda segundo a autora:

<sup>123</sup> MITCHEL, Juliet. A Mais Longa Revolução. *Revista Civilização Brasileira*, Ano 3, n. 14, Jul. 1967. p. 20

<sup>124</sup> *Idem.* p. 22

<sup>125</sup> SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Coleção Bahianas, 2002. p. 89-120. p. 93

No particular, tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual, na medida em que gênero é também um elemento central na constituição do *self*, bem como um princípio classificatório de organização do universo (HEILBORN, 1991). Trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser re-avaliados e re- definidos, no sentido de possibilitarem “[...] análises dos efeitos do gênero *no e sobre* o conhecimento” (FLAX, 1990, p.26, grifo nosso).<sup>126</sup>

Se a teoria e a crítica feminista nos apresentam novas possibilidades assim como outros olhares sobre as relações entre os sexos, e nos possibilita através da utilização da categoria gênero reencontrar as mulheres e seus papéis no mundo, devemos então nos apropriar desta epistemologia para analisar “novos” e “velhos” objetos, construídos a partir de uma Ciência Moderna, “prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista”, estruturada por uma lógica binária de opostos (sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo), e impregnada de uma “estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero historicamente específicas, ainda hoje evidentes na cultura e nas práticas das ciências naturais”.<sup>127</sup>

Se em sua construção a sexualidade das mulheres teve auxílio de uma ciência dualista, androcêntrica, sexista, moldada em pré-supostos de lógicas binárias devemos nos apropriar das ferramentas possíveis para criticar este fato e tentar (re)construir novos caminhos que nos permitam enfrentar e problematizar o tema, de modo includente, visando reconfigurar o sexo, o corpo e o exercício da sexualidade feminina na história.

Os códigos que se postulavam em fins do XIX a bem de uma modernidade ordeira e de uma sociedade salubre foram agentes determinantes que elaboraram uma dupla moral sexual e pressionaram mulheres de todas as classes, sobre tudo das camadas populares para que se enquadrassem as regras comportamentais pré-estabelecidas pela ordem vigente e pelo modelo burguês emergente.

Todos estes debates nos permitem pensar que as práticas amorosas e as práticas sexuais estão relacionadas umas as outras, dialogando com o campo social em que os indivíduos encontram-se inseridos. As relações entre ambas, porém, não podem ser compreendidas como definitivas ou cristalizadas nos grupos sociais de forma natural e não mutável, práticas amorosas e sexuais mudam de acordo com cada grupo que as estabelece,

<sup>126</sup> SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. 2002. p. 93-94

<sup>127</sup> *Idem.* p. 95

define, redefine e organiza, mesmo relacionadas não precisam umas das outras para coexistir. As práticas sexuais podem existir sem a ideia de amor, pois se estabelecem nos campos do desejo, este por si não seria dependente de um ideário do amor para se configurar, em contrapartida, as práticas amorosas podem existir sem a consumação do ato sexual, porém ainda assim necessitam da ideia do amor para se fundamentarem e de uma dose da compreensão da sexualidade e do exercício da mesma para estabelecerem suas experiências e normas de conduta.

### **1.1 Práticas amorosas e sexuais de mulheres amasiadas e o discurso dos “homens da ciência”**

Em torno destas novas determinações, as práticas amorosas femininas despontaram como itens essenciais a serem conceituados, redefinidos e circunscritos a partir de novos paradigmas, excluindo as vivências pessoais e os processos culturais nela embutidos, para enquadrá-las a partir das perspectivas dos modernos códigos científicos que lançaram sobre o corpo e a sexualidade das mulheres rótulos emergidos de teorias biológicas, higienistas e jurídicas que as compreendiam sobre a perspectiva do desvio e da criminalidade.

Muitas mulheres das camadas populares das regiões amazônicas sobreviviam da extração da borracha, do óleo de copaíba, da castanha e da pesca, ou ainda desenvolviam seu sustento a partir de trabalhos domésticos ou nas ruas da cidade através da venda de produtos como doces, frutas ou pães. A mobilidade e o acesso aos espaços do lar e da rua colocavam diretamente estas mulheres ligadas a um cotidiano diferenciado das mulheres das camadas abastadas da cidade. Este cotidiano diferenciado estaria determinado por um conjunto subjetivo das múltiplas experiências e vivências estabelecidas no dia-a-dia pelas classes populares dialogando diretamente com as relações de poder e produzindo conflitos, tensões e relações capazes de transformar o indivíduo e a sociedade.<sup>128</sup>

Suas teias de sociabilidade e os diversos lugares públicos como praças, ruas e o ambiente doméstico eram utilizados no desenvolvimento de sua existência, logo, esses espaços se transformavam em palco das muitas desavenças e tumultos pertinentes as

---

<sup>128</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 46-50

contradições que emergiam do processo burguês de urbanização vivenciado não só pelos habitantes do centro da cidade mais também pelas camadas periféricas.<sup>129</sup>

As mulheres pobres, segundo o pensamento oitocentista, estavam intimamente ligadas ao cotidiano da vadiagem, das ligações licenciosas e da criminalidade como vítimas, espectadoras ou autoras de delitos sendo os caminhos percorridos para reprimi-las quase sempre os mesmos, davam-se através da vizinhança, da polícia, do subprefeito das chefaturas e, por fim, se as infrações fossem consideradas graves e as infratoras incorrigíveis os casos viravam longos processos e caíam no parecer de juízes que impunham penas como a prisão ou a assinatura de Termos de Bem Viver.<sup>130</sup>

A reverberação deste pensamento que recaía sobre as mulheres das camadas populares ecoava nos escritos dos homens de ciência que se debruçavam para explicar através de suas observações as práticas amorosas e o comportamento sexual do povo mestiço amazônico a partir de conceitos de raça, higiene e progresso. Teóricos como José Veríssimo retrataram a mulher amazônica pobre como fadada a falta de civilização, com tendências a vida nômade, a devassidão, aos vícios, as danças e a vida fácil.

José Veríssimo foi conhecedor dos hábitos e costumes amazônicos, nascido na cidade de Óbidos, na então província do Pará em 1857, filho de José Veríssimo de Matos e Ana Flora Dias de Matos, teve o privilégio dos bem nascidos, estudou as primeiras letras em Manaus e Belém. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1869, para continuar os estudos.

Em Belém, Veríssimo foi colaborador de diversos jornais, além de exercer o magistério, fez diversas viagens a Europa, proferindo palestras sobre a civilização marajoara e as riquezas da Amazônia. Em 1891 era diretor de instrução do Pará (cargo hoje equivalente a Secretário de Educação), estudioso do Naturalismo, foi um dos expoentes das críticas literárias e da historiografia das letras no Brasil.

Veríssimo em sua obra “Estudos Amazônicos” descreveu um pouco das práticas amorosas que seriam comuns a população da região norte pautando seu discurso no corpo da virgem tapuia ou mameluca desnuda, que mal se cobria a vista de um estranho.<sup>131</sup> Veríssimo

<sup>129</sup> ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *Imagens negras, espelhos brancos: um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará*. In: D’INCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luzia Miranda. *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995. p. 29.

<sup>130</sup> Os Termos de Bem Viver eram no século XIX uma documentação expedida pelas chefaturas de polícia para atender especificamente contendas de pequena monta. Os litígios que os Termos de Bem Viver tentavam solucionar através de um acordo entre infratores e poder judiciário configuravam-se em problemas especificados como vadiagem, desordens, alcoolismo, brigas de pouca gravidade, enfim qualquer ato que fosse compreendido como desagregador da paz pública. Os Termos de Bem Viver eram compromissos assinados perante os juízes e os delegados de polícia que deveriam garantir que as infrações cometidas cessassem, e se infringidos novamente ocorreria multas e pena de reclusão.

<sup>131</sup> VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 72-73.

relatou que o concubinato seria uma coisa natural, fácil, consentida e de regra geral, sendo o adultério vulgar e tolerado. Nas famílias amazônicas, de acordo com seu pensamento de “homem da ciência” faltaria “o sentimento delicado do pudor, como o respeito mútuo”. De acordo com o autor:

Não se afrontam os pais se as filhas se não casam, conquanto preferissem que casassem. Muitas vezes a única cerimônia das uniões entre os dois sexos é, como entre alguns selvagens, o mútuo consenso das duas partes, por isso, nos lugares onde vivem em grupos mais numerosos, a prostituição, disfarçada sob a forma do concubinato, é geral. As mulheres banham-se nuas em lugares públicos, nas praias das cidades do interior, como terão visto quantos hajam subido o Amazonas do Pará a Manaus, lavam roupa nas margens dos seus rios e lagos com uma saia por tanga e prostituem-se precocemente.<sup>132</sup>

O discurso de Veríssimo nos possibilita conhecer um pouco do cotidiano das mulheres das camadas populares na região amazônica e dos desdobramentos de conjugalidade, demonstrando uma ampla flexibilidade no que se instituía como práticas amorosas o que auxiliou na produção de discursos que invalidavam as mesmas práticas ou as aproximavam a prostituição e ao desvio.

A ausência do casamento não era motivo para que os pais intervissem diretamente nas práticas amorosas de suas filhas, condenando amores passageiros ou os prováveis amasiamentos, para os grupos mais pobres a existência de uma união baseava-se no consentimento dos envolvidos dispensando os trâmites emergentes do casamento legalmente constituído ou ainda a tradicionalidade das cerimônias religiosas. O pensamento cientificista do autor aproxima os concubinatos a prostituição e a degenerescência racial, em seu entendimento os amasiamentos seriam semelhantes as práticas indígenas, ou como convencionou chamar, selvagens.

As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da tutela masculina, as mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no bom comportamento.

Porém, dentro do discurso científico sobre o comportamento das populações amazônicas, os debates sobre raça, mestiçagem e embranquecimento apareciam como pauta importante para justificar as práticas e vivências, sempre utilizando uma linguagem de

---

<sup>132</sup> *Idem.* p. 72-73

depreciação dos elementos negros e indígenas e exaltando a colonização branca da região. José Veríssimo deixa claro suas impressões sobre a população pobre das regiões amazônicas declarando que:

É entre os mais humildes, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com índio, e do tapuio, dessa gente para quem a civilização foi madrasta e que, na profunda miséria do seu triste viver, parece ainda guardar as marcas indeléveis dos sofrimentos por que passaram seus avôs; dessa gente que vive da sua primitiva e mesquinha lavoura de maniva, pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infintos bosques da nossa terra firme, remando a canoa do audacioso regatão ou reunida nas épocas e lugares próprios da extração da seringa e da castanha [...]<sup>133</sup>

Os debates sobre raça e miscigenação permeavam os olhares dos homens de ciência sobre a população pobre da região, sobrecarregados de adjetivos preconceituosos davam ao discurso de Veríssimo um tom quase paternal de piedade que marcava seu entendimento a respeito da condição de pobreza e do modo de vida ribeirinha.

Sobre as mulheres amazônicas os discursos cientificistas de José Veríssimo afirmavam uma natureza pré-determinada a prostituição, concubinato e adultério, condições estabelecidas no século XIX como degenerativas da família, da natureza biológica da mulher assim como do bem estar da população. Estas inclinações da mulher impediam o progresso e a civilização, as ações higienizadoras e moralizadoras em torno do amor e da sexualidade feminina voltavam-se para o controle de determinados comportamentos que se encontravam enraizados na cultura local.

Veríssimo ao observar a obra dos naturalistas Louis e Elizabeth Agassiz definiu que as impressões de Madame Agassiz sobre a mulher amazônica teriam sido imprescindíveis para se esboçar o retrato de uma família “desmantelada”, em que a mulher estaria desprovida dos direitos existentes dentro da composição de uma família bem constituída, ou seja, legalmente constituída a partir dos modelos burgueses emergentes. Ainda de acordo com Veríssimo seria impossível perceber a opinião que as mulheres teriam de si mesmas, pois sempre resignadas aos serviços domésticos, de plantio e de cultivo, sem ação direta sobre a família ou sobre a instrução dos filhos, seriam tratadas pelos maridos como se servas fossem ou concubinas.<sup>134</sup> Deste modo:

<sup>133</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. *Op. Cit.* p. 70

<sup>134</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. *Op. Cit.* p. 73 - 74

Sem a noção positiva do pudor, sem o forte e insubstituível laço do casamento, a família mameluca, como a tapuia, está, por assim dizer, em plena decomposição, esfacela-se; concorrendo assim, pela sua influencia numérica, para a desmoralização dos costumes de ambas províncias. Aqui na capital do Pará ve-se a cada passo mulheres seminuas a lavarem roupa em algumas praças publicas, ou apenas de saia e decotadíssima camisa de mangas curtas, servindo em nossas casas, no seio das nossas famílias.<sup>135</sup>

O pensamento cientificista forjou variadas representações sociais sobre o comportamento feminino que por sua vez também refletiu nas medidas republicanas de ordenamento dos espaços públicos da cidade de Belém. Através dos jornais podemos perceber algumas das ações do governo para inibir hábitos comuns às mulheres das camadas populares, por exemplo, o jornal *Correio Paraense* em 13 de Agosto de 1892 em chamada específica intitulada “Mizeria e Oppressão”, publicou extensa nota na tentativa de denunciar determinadas sanções sofridas pelas mulheres lavadeiras do Bairro da Pratinha. O periódico insulta a República e questiona as diversas medidas arbitrárias tomadas contra as mulheres populares:

Cada dia que o tempo volve, volve-se uma pagina de nossa historia cheia de registro de violências dos agentes do poder ou de injustiças da autoridade. Nem as lavadeiras da Pratinha escapam a longa serie de vexames com que a ditadura republicana persegue o povo brasileiro. Deram nos uma republica caricata e redicula, que mente a cada um de seus compromissos.[...]  
 Ë isto que é Republica com certeza não!  
 A Republica virá com a liberdade, a justiça, a razão e a igualdade.  
 Falamos em lavadeiras da Pratinha.  
 Pobres mulheres que ganham o pão com o rude trabalho da lavagem de roupa, expostas a um sol ardente e as consequencias de perigosas constipações: a pneumonia e o pleurir.  
 Parece que há um instinto de perseguir.  
 A abundancia de dinheiro extorquido do povo permite ter uma multidão de desocupados fiscaes, que, não tendo trabalho em que gastem o tempo, já foram impedir o trabalho das infelizes mulheres!  
 Nem as mulheres são poupadas...  
 Prisões iníquas, persiguições inqualificáveis, uma multidão de termos de bem viver, cuja verdadeira causa a decência prohiibe dizer!...[...]<sup>136</sup>

O pensamento científico e político coadunavam-se nas representações sociais sobre as mulheres das camadas populares e podemos considerar que a cientificidade auxiliou a política republicana a forjar medidas de repressão justificadas no discurso higienista e

<sup>135</sup> *Idem.*

<sup>136</sup> *Correio Paraense*. Mizeria e Oppressão. [Belém], 13 ago. de 1892. p. 02

progressista. Os interesses comuns da comunidade política e científica brasileira se estreitaram no século XIX, o que contribuiu para o crescimento do controle do Estado sobre a vida pública e privada, neste momento “os médicos passaram progressivamente a definir os modernos códigos da conduta sexual a serem adotados por mulheres e homens, jovens, adultos, velhos ou crianças, ricos e pobres, numa escala nacional.”<sup>137</sup>

Ressaltamos que o *Correio Paraense* era um dos periódicos que criticava ferrenhamente a República e a todo o momento destacava em suas colunas a “república caricata” e “ridícula” que se fazia presente no país, nos permitindo diante da sua posição política perceber as variações nas representatividades sobre a figura feminina em Belém no final do século XIX. Se por um lado o periódico destacava a criminalidade em suas notas, também criticava a ação repressora feita, segundo o jornal, de forma arbitrária acentuando a possível inoperância política do republicanismo como agente ordenador.

O discurso do periódico nos mostra o que seria, segundo os seus redatores, o cotidiano de mulheres pobres do subúrbio da cidade, trabalhadoras empenhadas nos seus ganhos diários formadas por brancas, mestiças, negras e que eram alvo segundo o jornal dos desmandos das autoridades paraenses e de uma “ditadura republicana”. A postura do jornal nos reflete um pouco do cotidiano dessas mulheres das camadas populares que trabalhando como lavadeiras para garantir seu próprio sustento, burlavam mais uma vez com os ideais propostos para o bom comportamento feminino.

Não temos maiores detalhes sobre este embate que tem de um lado as lavadeiras e de outro as “injustiças das autoridades” sabemos, porém que um dos alvos da repressão foi Joanna Izidora Procopia, moradora da rua da Indústria entre as travessas da Princesa e Glória:

Segundo declarações feitas hontem por ella em presença de muitas pessoas, negou-se a satisfazer certas exigencias...  
Foi tocaiada a porta, preza, conduzida a Santo Antonio e depois levada a assignar termo de bem viver!  
Mizeria e oppressão!<sup>138</sup>

É pertinente pensarmos quais exigências teriam sido feitas a Joanna que a mesma negou-se a cumprir? As mulheres pobres de Belém enfrentavam as novas normatizações das políticas republicanas que de muitas maneiras atingiam seu cotidiano provocando enfrentamentos, muitas vezes, pouco pacíficos, que as levavam algumas vezes a adquirir os

<sup>137</sup> RAGO, Margareth. Amores lícitos e ilícitos na modernidade paulistana ou no bordel de Madame Pommery. *Teoria & Pesquisa*, n. 47. jul/dez. 2005. p. 96.

<sup>138</sup> *Correio Paraense*. Mizeria e Oppressão. [Belém], 13 ago. de 1892. p. 02

rótulos de perigosas por criarem seus próprios mecanismos de resistências às normas estabelecidas e por trabalharem e circularem livremente na cidade.

Às mulheres estava reservado o espaço doméstico, o casamento e a criação dos filhos e o trabalho fora do lar, nas condições específicas das ruas, significava uma ameaça à constituição familiar. Segundo Sidney Chalhoub, apesar de serem encontradas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias o serviço doméstico era o principal reduto ocupacional das mulheres pobres.<sup>139</sup>

Às mulheres, portanto, estava determinado o espaço doméstico para desenvolvimento de suas atividades e o trabalho remunerado da mulher pobre, portanto, deveria ser em geral uma extensão das suas funções domésticas, sendo realizadas dentro de sua própria casa ou na casa da família que a empregava. A partir desta perspectiva, as mulheres que circulavam nas ruas ou desenvolviam atividade fora do espaço privado de seus lares poderiam facilmente ser reprimidas e representadas em meados do século XIX como um problema de ordem social, ou associadas ao mundo do crime ou da prostituição.<sup>140</sup>

A descrição de José Veríssimo sobre as mulheres que lavavam suas roupas nas praças públicas, “seminuas ou apenas de saia e decotadíssima camisa de mangas curtas” é bem diferente da representação dada pelo periódico, enquanto o autor privilegia em sua representação a pouca beleza neste tipo de costume, enfatizando a nudez e um comportamento desregrado e lascivo, o periódico em contrapartida exalta o trabalho cotidiano das mulheres pobres que tinham, na maioria das vezes, como único sustento seu trabalho incorporado nas ocupações da domesticidade.

Elizabeth Agassiz mostrou-se muito impressionada com os costumes da região e assim como José Veríssimo, escreveu sobre os hábitos das mulheres relacionando os mesmos com a miscigenação e a permanência de costumes indígenas.

A obra “Viagem ao Brasil”, citada por José Veríssimo foi publicada em 1868 por Louis e Elizabeth Agassiz, este trabalho foi apresentado como resultado de longa expedição científica denominada, Expedição Tayer, que visitou, entre 1865 e 1866, o Rio de Janeiro, Minas Gerais, nordeste do Brasil, terminando na Amazônia. Esta expedição teve apoio de Dom Pedro II, porém na verdade é o diário de campo de Elizabeth Agassiz tendo seu marido, Louis Agassiz, apenas uma participação bem menos relevante em sua composição. A

<sup>139</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp. 2001. p 204.

<sup>140</sup> Cf.: RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar no Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Amazônia representou para o casal Agassiz um campo de observação vasto no que diz respeito a miscigenação e sua obra retrata as ideias racistas da ciência emergente.<sup>141</sup>

O que torna a obra mais interessante são as impressões de Elizabeth Agassiz sobre as populações amazônicas, ou seja, a representação de uma mulher branca, norte americana, sobre uma população inegavelmente mestiça e culturalmente diversa, que apresentava outras lógicas para a condição feminina e para a constituição da família. Elizabeth Agassiz, mulher de sua época, nascida em 1822 em Boston, Estados Unidos, teve o privilégio das classes abastadas no que tange a sua educação, mesmo sem frequentar escolas formais dedicou-se as letras e as atividades ligadas a educação feminina. Fundou a *School Agassiz for Girls* (1856-1865), em Boston, depois atuou como primeira presidente do *Radcliff College* (1894), destinado a formação de mulheres e ligada como instituição anexa a Universidade de Harvard.<sup>142</sup>

De acordo com Anne MacClintock, as vastas arquiteturas tecidas pelo Imperialismo estavam impregnadas de gênero, as leis do casamento, da propriedade, da concessão e posse de terras criadas pelo domínio masculino aprisionaram as mulheres colonizadas e as colocaram em posição de desvantagem em relação aos homens e em relação as próprias mulheres brancas presentes nas colônias, pois: “os privilégios da raça com frequência colocavam as mulheres brancas em posições de poder – ainda que emprestado – não só sobre as mulheres colonizadas, mas também sobre os homens colonizados”. Esta observação da autora nos possibilita perceber que, as mulheres brancas, com algum status de privilégio, também auxiliavam o empreendimento colonizador, pois como cúmplices ambíguas do Imperialismo ocupavam o lugar de colonizadas e colonizadoras, “privilegiadas ou restringidas, fossem passivas ou ativas”.<sup>143</sup>

Sobre as impressões relativas a sua estada no alto Amazonas, acolhida por família local<sup>144</sup>, Elizabeth Agassiz declarou, que estaria diante de “pessoas de boa condição, embora de sangue índio, muito longe de serem necessitadas, vivendo com certa facilidade e

<sup>141</sup> AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000. Cf.: SANTOS, Fabiane Vinente dos. Brincos de ouro, saias de chita: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-abr. 2005. p. 13

<sup>142</sup> SANTOS, Fabiane Vinente dos. 2005. *Op. Cit.* p. 16-17

<sup>143</sup> MACCLINTOCK, Anne. 2010. *Op. Cit.* p. 22.

<sup>144</sup> AGASSIZ, Jean L. R.; AGASSIZ, Elizabeth Cary, *Op. Cit.* p. 257.

Nota retirada da obra original que indica onde Elizabeth Agassiz estava hospedada durante sua passagem pela região Amazônica: “Recorreu-se, para formar um exército, ao voluntariado, depois às requisições, o serviço militar só devendo durar até o fim da guerra”. Improvisaram-se oficiais que receberam, por todo o prazo da campanha, uma *comissão*, cujos efeitos naturalmente cessarão com a volta aos lares. É na residência de um desses oficiais temporários que se encontra a Senhora Agassiz.

relativamente ao seu meio, quase ricas”.<sup>145</sup> Pessoas que de acordo com a autora se esperaria encontrar o conhecimento das leis morais, porém a partir de quais leis morais Elizabeth Agassiz estaria representando o que via sobre a condição da mulher amazônica? Importante considerarmos para responder esta questão que, o olhar e a leitura de Agassiz se determinariam a partir da compreensão burguesa e colonizadora que representava outras culturas como fadadas a assimilação e propensas ao não progresso por sua típica “primitividade” herdada da sua miscigenação indígena e negra. Agassiz observou:

[...] pessoas entre as quais, por conseguinte, se esperaria encontrar o conhecimento das leis mais rudimentares da moral. Pois bem: quando me apresentaram à moça, como eu lhe pedisse notícias de seu pai, pensando que fosse o capitão ausente, a mãe me respondeu sorrindo e com a maior simplicidade: “Não tem pai; é filha da fortuna.” Por sua vez a moça me mostra os seus dois filhinhos, duas criaturinhas um pouco menos escuras que a mãe, e, à minha pergunta se o pai estava também no exército, deu a mesma resposta ingênua: “Não tem pai.” É comum nas mulheres índias de sangue mestiço falarem a cada instante de seus filhos sem pai; isso num tom sem queixa nem tristeza, e, pelo menos na aparência, sem nenhuma consciência, da vergonha e de falta, como se o marido estivesse morto ou ausente.<sup>146</sup>

Em toda a região amazônica eram comuns os filhos naturais das relações de amasiamentos, estes conviviam entre as famílias que sem nenhuma distinção ou problemas mais específicos os tratavam como simples frutos de relacionamentos amorosos que não necessitavam de maiores justificativas. A não existência de um pai ou de um marido que compusesse uma família dita correta ou higiênica como alguns homens de ciência desejavam, por vezes, não representava vergonha ou falta de consciência sobre os aspectos da conjugalidade, antes apresentavam outros entendimentos sobre a constituição familiar que podemos considerar dentro de uma especificidade atribuída ao exercício mais livre da sexualidade das mulheres das classes populares.

Fragmentos de uma carta anexada em um processo corroído pelo tempo e praticamente impossibilitado de ser lido amplia nossa reflexão sobre os possíveis filhos naturais de relações amorosas estabelecidas fora do casamento legalmente constituído e as estratégias assumidas para escondê-los. Em 24 de maio de 1893, Rosa Pereira Amorim escreve carta a seu pai declarando o nascimento de um filho fruto de seu relacionamento com José Paulino. Segue a transcrição da carta:

---

<sup>145</sup> *Idem.* p. 258.

<sup>146</sup> AGASSIZ, L.; AGASSIZ, Elizabeth. *Op. Cit.* p. 257.

Meu pay

Perdoe-me pois não sabe o que fiz.

O malvado José Paulino desde muito tempo procurou seduzir-me para fins que eu ignorava.

Como inocente até que em uma noite quando meu pay dormia. Dahi então continuou a frequentar-me sem que meu pay e minha may soubesse, penetrando pelo portão do quintal, enfelizmente fiquei [fiquei] grávida d'esse malvado homem e que para fugir a responsabilidade o mesmo malvado aconselhou-me que cazasse logo que se desse o primeiro que quizesse isso comigo tratar, como aconteceu e que tendo ja tres mezes de grávida appareceu o viúvo Amorim tratando commigo cazamento ao que acedi sem que o mesmo de nada soubesse dando a luz ao filho de meu crime seis mezes depois de cazada foi a criança por meu marido repudiada sendo conduzido não sei para onde. Por isso perdoe o meu erro por minha ignorância.

Sua filha

Rosa Pereira Amorim<sup>147</sup>

O caso de Rosa Amorim revela-nos um pouco das estratégias possíveis para esconder uma gravidez fora do casamento, instruída pelo próprio homem que a teria engravidado aceitou o pedido de casamento de Amorim, senhor viúvo, para tentar dar solução a existência de um filho considerado ilegítimo. A criança ilegítima repudiada pelo marido de Rosa pode ter tido como destino a adoção por outra família ou ainda ter sido entregue a um dos orfanatos religiosos existentes no período. Os paradigmas que se desejavam impor a sociedade belenense “compreendidos como o da boa moralidade, disciplinarização, normatização, muitas das vezes não eram apreendidos por aquelas agentes sociais que, com suas vivências particulares, tencionaram relações” possibilitando a flexibilização e o rompimento de laços e fronteiras que procuravam estabelecer caminhos para fazer uma sociedade tranquila e moralizada.<sup>148</sup>

A legitimidade dos filhos era considerada fator importante para a manutenção da ordem social e familiar burguesa, porém a ilegitimidade pode ser considerada fato recorrente em Belém desde inícios do século XIX estendendo-se assim por todo o período. De acordo com Isabel Augusto uma quantidade significativa de nascimentos advinham de mulheres solteiras ou muitas vezes de mulheres que viviam relacionamentos não legitimados pela

<sup>147</sup> PARÁ. Arquivo Público do Estado do Pará. *Carta*. Belém: Chefatura de polícia, 1893. Carta encontrada misturada a processos diversos, porém o processo de origem onde possivelmente estaria anexada não foi encontrado. Carta – Arquivo Público do Estado do Pará – Área: Secretaria de Segurança Pública – Fundo: Chefatura de polícia – Série: Autos – Ano: 1893

<sup>148</sup> CAMPOS, Ipojucan Dias. 2004. *Op. Cit.* p. 67.

igreja, isso representa uma determinada condição de independência e mostra padrões de família diferentes dos que se propagava.<sup>149</sup>

As representações sociais sobre a sexualidade desviante das mulheres amazônicas no século XIX pode ser traduzida a partir de suas relações nômades e de concubinato, localizadas através de linguagens e imagens que vislumbraram seus corpos sexuados e suas relações de gênero. Estas representações e seu desnudamento permite um debate que inverte as polaridades do sistema sexo/gênero. Trabalhar as representações do corpo da mulher permite-nos perceber o sexo biológico não mais como “significante” que abriga o binário sexual, mas como um “signo produzido no próprio seio do agenciamento social”.<sup>150</sup>

De acordo com Tânia Swain, as redes constitutivas das relações sociais funcionam como atenuantes na elaboração dos discursos, que por sua vez funcionam em nível de processos de sujeição ininterruptos que escravizam os corpos, localizam e (re)situam os gestos e regem os comportamentos.<sup>151</sup> Desta maneira, localizamos o discurso de Veríssimo, como homem de letras, em um importante cenário a ser considerado no debate científico e histórico do século XIX, que se configura em um campo de forças importante que problematizou o comportamento das mulheres na região amazônica.

Os amasiamentos ou concubinatos, considerados arranjos indignos pela sociedade dominante, foram recursos utilizados em Belém revelando práticas amorosas que caminhavam em sentido contrário das desejadas como corretas. Os jornais noticiavam com frequência desordens, que julgava-se, advindas de tais relações:

Hontem na Rua d'Agua das Flôres, jogaram as cristas Romualda Amelia da Vera cruz e seu amasio Agostinho Pena, sobressaltando a vizinhança. O Sr. Tenente Mattos, com o fim de pôr ponto final n'essas verdadeiras provas de amor, obrigou os dois inimigos da ordem publica a assignarem termo de bem viver.<sup>152</sup>

Romualda e Agostinho são personagens que representam um pouco das configurações de amasiamento na cidade de Belém, inimigos da ordem pública, seus conflitos

<sup>149</sup> AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000. p. 156

<sup>150</sup> NAVARRO-SWAIN, Tânia. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*, Brasília: Universidade de Brasília, v. 8, n.1-2, p. 47-84, 2002. p. 69

<sup>151</sup> NAVARRO-SWAIN, Tânia. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, corpo e sexualidade. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000. p. 138-158.

<sup>152</sup> *Diário de Notícias*. [Belém], 05 jan. 1892. p 02

e a instauração de termo de Bem Viver remetem para uma possível normatização de práticas amorosas de sujeitos que não enquadraram suas noções de relacionamento conjugal dentro dos tramites normativos que se pretendia estabelecer. As fontes demonstram práticas amorosas diferentes para muitas mulheres, sobre tudo das camadas populares, que a revelia do discurso normativo instituído desenvolvia em seu cotidiano arranjos relacionais que conflitavam com os desejos de moralização da mulher e da família oitocentista.

Em muitas sociedades e em períodos históricos específicos, as mulheres foram ou ainda são encaradas como supérfluo, desnecessárias e contraditoriamente vitais para os homens, no desempenho de funções tais como irmãs, esposas, mães, ou seja, “procriadoras que produzem trabalhadores e herdeiros para os grupos”.<sup>153</sup> Estes papéis solidamente estabelecidos e historicamente construídos ajudam a compreender que determinados arranjos sociais podem localizar as mulheres dentro de uma perspectiva de poder, principalmente quando as mesmas exercem sobre seus corpos ou a partir deles suas relações de amor e sexualidade. Para Michele Rosaldo:

Seu status pode ser derivado de suas relações com os homens, embora elas sobrevivam a seus maridos e pais. E na medida em que a presença das mulheres introduz tais contradições, elas serão vistas como anômalas e definidas como perigosas, sujas e profanas, como algo a ser colocado de lado.<sup>154</sup>

Para Rosaldo muitas sociedades podem apresentar, mesmo que contraditoriamente, as mulheres como sujeitos necessários a manutenção dos papéis de mãe, esposas, irmãs, porém esta importância estaria condicionada a um poder específico. Este poder específico, ao mesmo tempo em que institui papéis necessários e importantes, estabelece em contraposição outros papéis como perigosos e profanos, criando a ilusão de que toda norma para existir possui um desvio, todas as mulheres que se apresentam dentro dos padrões estabelecidos possuem como espelho outras que se apresentariam como exemplos de comportamentos desviantes.

Comportamentos múltiplos chocaram-se, inúmeras vezes, com o desejado pela sociedade burguesa oitocentista, efetivando conflitos e propiciando tensões. Estas representações sociais sobre as práticas amorosas e sexuais tecidas pelas mulheres das camadas populares, não formaram de maneira nenhuma um discurso neutro, mais produziram

---

<sup>153</sup> ROSALDO, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 48.

<sup>154</sup> *Idem.* p. 48.

no século XIX estratégias e práticas de imposição de uma autoridade sobre uma população pobre que sobre os olhares da elite oitocentista paraense necessitava de projetos legitimados que regulassem suas condutas de acordo com justificativas que, muitas vezes, as criminalizavam.

## CAPÍTULO II

### 2. IDEIA DE AMOR E FAMÍLIA NO SÉCULO XIX

Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, de acordo com Leite e Massaini os gestos e expressões do amor foram considerados, entre as camadas altas e médias, como “questões íntimas” que não deveriam ser testemunhadas ou divulgadas, um silêncio tênue pairava sobre o amor entre homens e mulheres, ainda que fosse difundido nas construções literárias e nas canções, foi contido em sua expressão entre os sexos. Porém outros amores também eram contidos, por exemplo, o amor as crianças não era considerado habitual, a maneira correta de se educar os filhos beirava uma crueldade considerada eficiente.<sup>155</sup>

Em uma análise profunda da obra Machadiana<sup>156</sup> em sua primeira fase, Leite e Massaini, demonstram como as obras literárias auxiliam a entender as configurações da família e as construções do amor romântico no século XIX. De acordo com as autoras os romances analisados marcam os espaços de configuração do desejo e de sua manifestação, complementando no cenário histórico e social as contradições da sociedade burguesa capitalista em franca solidificação. O amor nesta perspectiva se desenha no tecido social familiar estratificado, em uma idealização e repressão dos sentimentos que restringem o amor à supressão do corpo, “a paixão vem descrita em função do caráter e o corpo estará sempre escondido na severidade dos vestidos fechados, de cores neutras.”<sup>157</sup>

Em uma segunda fase da obra Machadiana<sup>158</sup>, após 1882, Leite e Massaini, identificam mudanças no cenário familiar burguês do século XIX, os padrões de comportamento tornam-se mais elásticos, uma ampliação do círculo social favoreceria o contato entre os pares amorosos, as mulheres não estariam mais limitadas aos espaços do lar e uma certa voluptuosidade dos trajes auxiliaria na exacerbação dos desejos. Neste momento, o

<sup>155</sup> LEITE, Miriam Moreira; MASSAINE, Márcia Ignez. 1989. *Op. Cit.* p. 74.

<sup>156</sup> *Idem.* A primeira fase da obra Machadiana considerada pelas autoras delimita-se no recorte cronológico que vai de 1872 a 1878, quando foram publicadas as seguintes obras, utilizadas como fonte histórica: Ressurreição, A mão e a luva, Helena e Iaiá Garcia.. p. 74

<sup>157</sup> LEITE, Miriam Moreira; MASSAINE, Márcia Ignez. 1989. *Op. Cit.* p. 76

<sup>158</sup> *Idem.* p. 76. A segunda fase da obra Machadiana consideradas pelas autoras delimita-se no recorte cronológico que vai de 1880 a 1908, quando foram publicadas as seguintes obras, utilizadas como fonte histórica: Memórias póstumas de Brás Cubas, Quincas Borba, Dom Casmurro, Esaú e Jacó, e Memorial de Aires. Esta divisão foi tomado por considerarem as autoras que facilitou explicitar com clareza diferenças que aparecem no retrato da família oitocentista e de suas relações como o amor e o casamento.

amor deixa de ser um sentimento sufocado para transformar-se em adendo do casamento, este por sua vez não deixa de ser instituição onde se forjam os interesses de uma classe, porém passa a admitir o amor em suas tessituras como agente facilitador dos enlaces.<sup>159</sup>

Leite e Massaini possibilitam uma ampla visão das transformações sociais que aconteceram no século XIX concernentes a configuração familiar das elites, demonstram que a família rural repleta de sinhás e sinhôs, escravos e escravas, filhos, filhas, bastardos, familiares com diversos graus de consanguinidade e agregados é paulatinamente substituída por uma outra ideia de família, a família urbana, nuclear e burguesa, onde as relação amorosas deveriam se restringir a um casal, homem e mulher, tendo o casamento um papel de destaque, lugar da convivência sentimental e sexual, produtor de filhos legítimos. A ideia de família nuclear florescente nos últimos anos do século XIX, não descartou o amor como sentimento profícuo para o estabelecimento das relações heterossexuais, o amor passou a ser engendrado em torno dos casais, namorados, noivos, amantes, dando as ligações outros significados que não somente os laços de sangue, mas também os laços advindos das ligações do substrato sentimental. O amor que antes deveria ser sufocado passa a ganhar um espaço social possível, com seus múltiplos desdobramento, apresentando uma anatomia da família burguesa corporificada em ciúme, paixão e desejos.<sup>160</sup>

Esta ideia de família nuclear burguesa ultrapassa as fronteiras da classe, passando a engendrar-se em todo um corpo social, entre ricos e pobres, configurando a família como célula moralizadora e higienizadora da sexualidade flutuante. De acordo com Ipojuca Campos, a família e suas configurações foram entrecortadas por ideais moralizadores, instâncias de poder como Igreja e Estado confrontaram-se em longas disputas para a gerência desta célula nevrálgica, debatendo as propriedades do divórcio, as benesses da legitimidade dos filhos e a manutenção dos enlaces pela concepção religiosa e civil. Este debate apontado pelo autor apresentam similitudes nos desejos destas duas instâncias de poder, religioso e civil, unânimes em afirmar que o lar deveria ser moralizado, defendido em sua unidade familiar e doméstica, monogâmico e salubre.<sup>161</sup>

Os discursos e escalas de poder entre República e Igreja Católica auxiliaram a delinear as configurações de família, deflagrando ideias específicas sobre o assunto e delimitando as fronteiras possíveis para o casamento. A partir de 1890 o Estado toma para si

<sup>159</sup> LEITE, Miriam Moreira; MASSAINE, Márcia Ignez. 1989. *Op. Cit.* p. 76 à 78.

<sup>160</sup> *Idem.*

<sup>161</sup> CAMPOS, Ipojuca Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)*. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 49.

as responsabilidades sobre as uniões entre homens e mulheres, subtraindo da Igreja Católica as exclusividades sobre a célula familiar.<sup>162</sup>



10. Grupo de senhoras paraenses, representantes das classes abastadas da sociedade da borracha

**IMAGEM 1:** Grupo de senhoras paraenses, representantes das classes abastadas da sociedade da borracha.

**FONTE:** Álbum do Estado do Pará. 1908

Os debates acirrados marcaram qual dos dois poderes seria o responsável pela manutenção e ordem da família brasileira que deveria ser monogâmica, indissolúvel e constituída legalmente.<sup>163</sup>

O jurista Clóvis Bevilacqua em fins do século XIX e início do século XX defendia a apropriação da instituição familiar pelo Estado afirmando que somente através da proteção

<sup>162</sup> BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. A Separação conjugal e a secularização do casamento foi promulgada pelo decreto 181 de 24 de janeiro de 1890 e reafirmada pelo primeiro Código Civil Brasileiro de 1916. Cf.: *Decreto do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Primeiro fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Nacional, 1890.

<sup>163</sup> CAMPOS, Ipojucan Dias. 2009. *Op. Cit.*

legal a sobrevivência e manutenção dos papéis sociais da família estaria assegurado. Defendeu o legislador que:

Sob o ponto de vista social, da organização da vida humana sob a direção da ethica, é, realmente, este o objectivo que tem a lei, regulando a união dos sexos, depurando os sentimentos, reprimindo as paixões, providenciando sobre o futuro da prole, cercado de respeito a família, sobre a qual repousa a sociedade civil. É a intervenção do direito, na sua função organica e santificadora, que diferencia a família legitima, da família natural, e de quaesquer agrupamentos inconsistentes ou ephemos, que as mesmas necessidades physiologicas reuñem e dissolvem.<sup>164</sup>

Este discurso sobre a intervenção do direito na tutela da família coloca o Estado como agente que se desejava impor como ordenador da conduta social. Para Bevilacqua, a lei deveria ser utilizada como organizadora da vida humana em todos os seus desdobramentos, inclusive, no que tangenciaria a legalização do casamento ou a regulamentação das uniões entre homens e mulheres. Para este jurista, o direito seria um agente profícuo na identificação, julgamento e prevenção do que deveria ser a família legítima e a família natural, fazendo uma separação destas duas instituições e apontando qual delas seria considerada a ideal. A família legítima para o direito brasileiro em fins do século XIX e início do século XX, seria a composta por homem, mulher e filhos, reconhecida institucionalmente pelo Estado e/ou pela Igreja Católica, livre das paixões efêmeras e das necessidades fisiológicas que reuniriam e dissolveriam as relações entre os indivíduos, traduza-se este último como o campo da sexualidade.<sup>165</sup>

Em contrapartida as ideias de família difundidas pelos discursos religiosos, na perspectiva abordada a religiosidade católica, coadunava-se extensamente com os promovidos pela jurisprudência brasileira. A Igreja Católica retificava a indissolubilidade do matrimônio, condenava o adultério e a ilegitimidade da prole, considerando a família como espaço da formação do cidadão saudável, base moral da sociedade oitocentista e espaço possível da convivência entre os sexos e da execução da sexualidade. Execução da sexualidade? Sim, execução da sexualidade para fins procriativos e não para obtenção de prazer através dos desejos como sugere o exercício da sexualidade. No século XIX, a visão religiosa sobre a sexualidade humana ainda se concentrava dentro de parâmetros estabelecidos pela

<sup>164</sup> BEVILAGUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. v.2, p. 103.

<sup>165</sup> *Idem*.

necessidade da procriação sendo proibido pela mentalidade religiosa do pecado qualquer prazer obtido através do sexo ainda que homem e mulher estivessem ligados pela sacralização dos laços do casamento.<sup>166</sup>

De acordo com Le Goff, o cristianismo é tributário das heranças e influências no campo da sexualidade, pois auxiliou a determinar as primeiras ligações entre carne e pecado.<sup>167</sup> Kate Millett aponta que as interdições aplicadas às mulheres vindas dos mais variados campos sociais possuem aparatos refinados que difundem noções de poder e opressão, estas noções se fazem presentes nos diferentes arranjos sócio-culturais em que estamos mergulhadas, em aspectos de nosso mundo ideológico, biológico, sociológico, econômico, educacional, religioso e psicológico. A disseminação da culpa do exercício da sexualidade esteve sempre pendente para o lado das mulheres possibilitando a clara coisificação dos corpos femininos em objetos obscuros, portadores de uma sexualidade desconhecida e perigosa. A religiosidade cristã e os mitos difundidos por ela emanam do temor de um Deus supremo e masculino, que determinou a natureza da mulher e definiu as bases de sua origem assentadas na ideia do pecado original.<sup>168</sup>

Estes discursos que auxiliavam a formar uma ideia de amor e de família no século XIX estreitavam-se com as constatações dos homens de ciência que exaustivamente se debruçavam na observação dos arranjos familiares existentes na população brasileira. José Veríssimo revela um interessante dado sobre a formação das famílias pobres na região Amazônica, o autor discorre:

[...] a imigração dos primeiros tempos foi exclusivamente de homens, e as raras mulheres que da metrópole vinham, acompanhavam seus maridos, despachados funcionários civis ou militares da colônia. Ainda depois da independência do país (1822) e da abertura do Amazonas ao comércio estrangeiro (1867), estas províncias, em consequência das suas desfavoráveis condições climatéricas, exageradas lá fora, forma sempre muito pouco procuradas por imigrantes europeus, principalmente do sexo feminino, de sorte que grande maioria de sua população é filha de pai europeu e mãe indígena. O amoroso português, ao invés do inglês do Norte, e muito

<sup>166</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2012. p. 22-23

<sup>167</sup> GOFF, Jaques. A rejeição do prazer. In: DUBY, Georges (org.). *Amor e sexualidade no ocidente*. Lisboa-Portugal: Terramar. p. 191-207.

<sup>168</sup> MILLETT, Kate. Teoria de la política sexual. *Política Sexual*. México, DF, 1975. p. 67-69. O mito do pecado original disseminado pela religiosidade cristã consiste na queda de Eva no jardim do Éden e na persuasão da mesma sobre Adão para que comesse junto com ela do fruto da árvore da sabedoria, após a ingestão do fruto ambos descobriram que estavam nus e fabricaram as primeiras roupas para se cobrirem. Este mito pauta a sexualidade como fator determinante da decadência das mulheres, prescrevendo o lugar das mulheres no mundo religioso como sendo o do sofrimento, tendo em vista que o castigo de Deus para Eva teria sido o das dores do parto e para Adão as duras jornadas de trabalho, nesta perspectiva temos um complexo jogo de representações dos gêneros determinando masculino como provedor e feminino como maternal.

felizmente para o Brasil, não repugnou enlaçar-se, legitimamente ou não, com a selvagem filha do país. [...] o primitivo colono foi polígamo, as escravas índias faziam um harém aos voluptuosos soldados da conquista, como depois – e ainda hoje mesmo – as escravas negras formaram o serralho dos fazendeiros e senhores de engenho, do Sul. Primeiramente o branco cruzou-se como índio, depois o negro com este, com aquêle, e com os diversos resultados destes sucessivos cruzamentos, donde resultou a grande mistura de sangues que produziu o curiboca (branco e índio), o mameluco (curiboca e branco) o mulato (branco e prêto) e o cafuz, cafuzo ou carafuzo (prêto e índio) e ainda outros do entrelaçamento destes [...].<sup>169</sup>

Veríssimo observa que as primeiras uniões se deram desde a colonização a idos do século XIX, entre os naturais da terra e os portugueses, índios, posteriormente negros e assim sucessivamente, ressalta um interessante aspecto que aponta para a escassez de mulheres brancas na Amazônia o que teria auxiliado nos enlaces entre brancos(as), índias(os) e negras(os), dando início a construção de uma família miscigenada produto de uniões legítimas e não legítimas. Importante destacar que Veríssimo entendia que a legitimidade da família deveria também passar pelo reconhecimento oficial desta através dos mecanismos do casamento sacramentado pela Igreja e/ou institucionalizado pelo Estado e que muitas das uniões que se estabeleceram na região só serviram para produzir seres humanos inferiores, ao que o autor atribuía o atraso da região. O olhar colonizador do autor sobre a população mestiça revela uma ideia de família solidificada pelos princípios morais burgueses que nesse momento se reproduziam através de muitos autores oitocentistas, sobre tudo dos naturalistas, cientistas e etnógrafos.

Verena Stolke observou que durante a colonização das Américas questões sobre raça, classe e gênero estavam profundamente atreladas a “limpieza de sangre” que, imposta nas colônias ibéricas, constituiu-se como prática normatizadora que garantiria à elite imperial a pureza sexual das mulheres e a legitimidade dos filhos.<sup>170</sup> Quando Veríssimo aponta os laços raciais, entre homens e mulheres da região amazônica, está também evocando princípios imperiais que já viam nestas ligações um problema social e político. Para o autor, a miscigenação, cientificamente compreendida a partir do século XIX, representaria um profundo eixo desagregador da sociedade que diluiria as potencialidades dos indivíduos, potencialidades estas que só poderiam ser fomentadas a partir da raça branca, tendo em vista que todas as outras raças eram compreendidas como inferiores.

<sup>169</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. *Op. Cit.* p. 12

<sup>170</sup> STOLKE, Verena. O Enigma das interseções: classe, ‘raça’, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XIV ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, p. 15-24, jan.-abr., 2006. p. 18

Na América espanhola do século XIX, os casamentos inter-raciais constituíram-se em um problema político e social, sendo implementadas várias interdições e proibições pela Igreja e pelo Estado como aponta Stolke. No Brasil, sanções mais radicais para a proibição de casamentos inter-raciais não foram observados em larga escala, nos jogos do poder, casamentos inter-raciais poderiam até ser negociados com o Estado ou a Igreja, porém não podemos afirmar que estas sanções não existiram no contexto nacional, tendo em vista que as próprias representações da ciência sobre as mulheres indígenas, negras e mestiças e os infundáveis discursos de estudiosos como Nina Rodrigues sobre a população brasileira “degenerescente” por sua mistura racial apontam um importante fator de interdição social.<sup>171</sup>

Podemos considerar que as mulheres das classes populares, em grande número produtos das misturas raciais promovidas desde o século XVII, se tomamos como marco a fundação de Belém em 1616, já se encontravam sobre o interdito das ligações inter-raciais, pois consideradas como inferiores biologicamente não seriam elas as mais aptas ao casamento com homens brancos da elite, excetuando um único fator, não existirem mulheres brancas em número suficiente para suprir a demanda. Esta interdição social, deflagrada pelas representações da ciência de certo modo auxiliaram a manter como legítimas as famílias burguesas que se formavam a partir dos casamentos entre homens e mulheres brancas, excluindo, por exemplo, a possibilidade de filhos ilegítimos e mestiçados.

Para Veríssimo, a ideia de família ideal encontrava-se concatenada a constituição da família burguesa nuclear, ao descrever as habitações ribeirinhas de famílias das classes populares o autor descreveu também a constituição das mesmas:

A casa revela a constituição da família que a habita. No exterior, como no recinto desta, despida de qualquer conforto, sem os objetos mais indispensáveis à gente civilizada, faltam os aconchegos da vida da família regularmente organizada. No seu acanhado âmbito vivem, numa mistura repugnante, homens e mulheres, moços e velhos, filhos e pais. Se chega um forasteiro e lhes pede agasalho, isto é, lugar para atar a sua rede, dão-lho ali mesmo, com uma hospitalidade fácil, sem cuidarem da mulher ou das filhas.<sup>172</sup>

Esta descrição faz-nos perceber que mesmo sobre os olhares impertinentes da República e dos ditames sociais que idealizavam um modelo de família branco, eurocêntrico e burguês, a constituição da família das classes populares se configurava a partir de outros

<sup>171</sup> SKOLTE, Verena. *Op. Cit.* p. 35 Cf.: RODRIGUES, Nina. *Métissage, dégénérescence et crime*. Archives d'anthropologie criminelle. Lyon, 1899. Esta obra foi traduzida por Mariza Corrêa. Cf.: RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online]. 2008, vol.15, n.4, p. 1151-1180.

<sup>172</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. *Op. Cit.* p. 72

modelos, que de acordo com o autor mantinham usos e costumes que permaneciam sólidos pela hegemonia de raças inferiores, índias e negras, que se pautavam na conservação comunitária da família extensa composta por vários membros consanguíneos e agregados. Para Veríssimo, o espaço da casa refletia o caráter desviante da população mais pobre, mestiçada e nuançada por costumes e práticas diferenciadas dos objetivados pela emergente burguesia.

A partir desta perspectiva, o autor ressalta o papel inferiorizado da mulher na constituição da “desmantelada” família mestiça, família esta onde a mulher não desempenhava os papéis que lhes eram de direito dentro de uma família “bem constituída.” O autor ressalta que as mulheres destas famílias não possuíam nenhum prestígio social, posição ou influência e como entre os tupi-guaranis seriam herdeiras do trabalho sedentário cabendo-lhes o cultivo da mandioca, o fabrico da farinha, e das peças em argila utilizadas como utensílios domésticos, segue o autor, considerando que as relações domésticas possuíam “a mesma nota de indiferença que caracteriza as demais relações sociais dos indivíduos destas raças”, não sendo dividido entre marido e mulher nenhum tipo de prazer, nem dores, nem negócios. [...] E tais como as dos cônjuges são as outras relações da família.”<sup>173</sup>

Na visão de Veríssimo, o papel das mulheres nas famílias de classe popular estaria ligado aos costumes herdados da ancestralidade indígena, logo inferiores e decadentes, porém os papéis desempenhados no cultivo da mandioca e na produção da farinha representavam, neste contexto, trabalhos centrais para a sobrevivência dos indivíduos, estes papéis considerados sem nenhuma importância foram os mesmos que, construídos socialmente, contribuíram para a subordinação feminina no bojo da família. Para Rubin, anteriormente a sociedade capitalista já existiriam estruturas de dominação que tomadas e reelaboradas pela lógica do capital fomentaram as estruturas sociais sexistas, ou seja, um elemento importante e determinante para a opressão das mulheres antecede o capitalismo, o “elemento histórico e moral”, este também determinaria a opressão das mulheres. “É a este “elemento histórico e moral” que todo o domínio do sexo, sexualidade e opressão sexual encontra-se subsumido.”<sup>174</sup>

Veríssimo detalha os papéis de gênero definidos para homens e mulheres dentro das famílias mestiças, considerando:

<sup>173</sup> *Idem.* Sequência do texto em que Veríssimo fala da criação dos filhos.

<sup>174</sup> RUBIN, Gayle. 1975. *Op. Cit* p. 157-210.

Nestas famílias assim constituídas, as indústrias e profissões, e os diferentes misteres domésticos estão divididos; há os exclusivos da mulher, os comuns a ambos, embora mais próprios ao homem e os exclusivos a este. Além do governo da casa e dos trabalhos que já foram sucintamente apontados, a mulher ocupa-se do fabrico das vasilhas de argila, no que jamais se emprega o homem; fina e garrida pintada, conhecida no Pará pelo nome de louça-de-breves. Todos estes produtos da indústria feminina, entretanto estão hoje em profunda decadência, não sofrendo comparação com seus similares antigos [...]. A fabricação da farinha é também trabalho exclusivamente delas, como o preparo da comida, a tecelagem das redes, a fiação do algodão, a costura, as rendas, a lavagem e quejandos labores. Demais auxiliam o homem no amanho das roças, na colheita das safras, na pequena pesca, na preparação do pescado, na extração da seringa ou óleo de copaíba, na recolta da castanha e da salsa, no remar a canoa, no cultivo e apresto do tabaco, na confecção de cestos e balaio, no arranjo da palha para a edificação da casa, e ainda em outros pequenos afazeres [...]<sup>175</sup>

No contexto aqui abordado, os papéis de gênero das mulheres das classes populares podem ser determinados como de fundamental importância para a construção social da ideia de família no século XIX, pois, diferentemente dos papéis de gênero desempenhados pelas mulheres das classes abastadas, as mulheres populares produziam seu próprio sustento no que tange a segurança alimentícia de suas famílias sendo responsabilidade delas o cultivo das roças, a coleta de frutos e ainda o fabrico da farinha produto essencial na base alimentar das populações mais pobres na Amazônia. Vicente Salles e Conceição Almeida apontam em suas análises sobre o século XIX que mulheres negras, libertas ou escravas desenvolviam no bojo da sociedade paraense seu sustento como ganhadeiras, vendedoras de rua, lavadeiras, etc. complementando a renda familiar ou sendo elas mesmas as únicas a contribuir com o sustento da família, estes exemplos colocam as mulheres em outro campo de compreensão, subtraídas do lugar de não produtoras da sobrevivência ou ocupantes de postos de trabalho, e realocando-as para o campo da subsistência, produzindo e reproduzindo nas esferas econômicas e domésticas bens considerados essenciais a sua sobrevivência e de seus familiares.<sup>176</sup>

Vale salientar que refletindo sobre a obra de Marx Engels, “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Gayle Rubin esclarece que um poderoso *insight* a respeito da história da família e do casamento foi elaborado na obra. Atravessando estas duas instituições, casamento e família, com pré-supostos pouco definidos e embrionários de

<sup>175</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. *Op. Cit.* p. 76

<sup>176</sup> SALLES, Vicente. *O Negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004. p. 143 - 158; Cf.: ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *Imagens negras, espelhos brancos: um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará*. In: D’INCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luzia Miranda. *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero da Amazônia*. Belém: GEPEN, 1995. p. 30-32.

elementos do sexo e da sexualidade. Engels deu um salto qualitativo, quando mesmo timidamente, começou a entrelaçar a ideia de que as relações de sexualidade são distintas das relações de produção. Para Rubin a obra de Engels demarcou um reconhecimento importante, em que os grupos humanos produzem mais do que as tarefas necessárias para a sua reprodução material, do alimentar-se, vestir-se e aquecer-se, assim sendo as atividades da “economia” humana, portanto, não exauririam nossas necessidades outras. Com isso, as necessidades sexuais e de procriação seriam satisfeitas tanto quanto as necessidades embutidas na materialidade através dos artífices da cultura e não através de uma necessidade da “natureza” humana. O que entendemos como produto de consumo perpassa pelas instâncias de como compreendemos e determinamos o que é a “comida”, esta para saciar a fome, e o que é o “sexo” este para saciar os desejos e as necessidades da manutenção da espécie, “sexo é sexo, mas o que é tido como sexo é igualmente determinado e obtido culturalmente”.<sup>177</sup> De acordo com a autora:

Todas as sociedades possuem um sistema de sexo/gênero - um grupo de arranjos pelo qual a matéria prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção social humana e satisfeita de maneira convencional, não importando quão bizarras possam ser essas convenções. O objetivo do sexo, gênero e reprodução humanos esteve sujeito à impiedosa atividade social e foi por ela mudado, durante milênios. Sexo, da maneira que o conhecemos - identidade de gênero, desejo sexual e fantasia, conceitos de infância - é um produto social em si.<sup>178</sup>

Para Rubin, faz-se necessário compreender as relações que produzem a “matéria prima”, ou seja, a partir de suas críticas ao marxismo e sua revisão das obras de Freud e Levi Strauss, ela propõe a separação entre a esfera da natureza, a fêmea (matéria prima), e a esfera da cultura, a mulher domesticada (produto). A partir destas considerações Rubin começa a determinar que as noções do sistema sexo/gênero rompem com as amarras que o atrelou a termos como patriarcado e modo de reprodução, considerando que este sistema não pode ser reduzido as simples análises de produção e reprodução, emprestados do marxismo, pois, no sistema sexo/gênero estaria contido prismas multifacetados que ligariam a reprodução social ao sistema sexual.

Portanto, os papéis de gênero desempenhados pelas mulheres no seio da constituição familiar e largamente difundidos pela sociedade são produtos que emanam da construção sócio-cultural, a divisão sexual do trabalho no interior das famílias das classes

---

<sup>177</sup> RUBIN, Gayle. 1975. *Op. Cit.* p. 04

<sup>178</sup> *Idem.* p. 03

populares também pode ser considerado como uma operacionalização dos sistemas de sexo/gênero que hierarquiza as relações de poder, principalmente, a medida que difunde representações sociais que desqualificam o trabalho feminino em qualquer substrato da sociedade amazônica.

Podemos também nos apropriar de outro conjunto de análises de Gayle Rubin que nos auxilia a pensar a família oitocentista. Abordando a obra de Levi Strauss, “As estruturas elementares do parentesco”, Rubin desenvolve uma análise complexa entre as formas de parentesco, o casamento e suas associações de gênero, explicitando as imposições de lógicas culturais sobre estas organizações e seus diálogos possíveis com dispositivos da sexualidade como a troca de mulheres e os tabus de incesto. Rubin revela que nas construções de Strauss, Marcel Mauss e Malinowski estão embutidos as amarras da opressão sexual a partir de um sutil delinear dos papéis sexuais localizados no tabu do incesto, nas trocas simbólicas e na dádiva ambas estruturadas a partir do parentesco e de diferenciadas relações sociais em que as mulheres são inseridas, usadas e ordenadas a partir de uma carga valorativa de que não se beneficiam, onde os beneficiados são os agentes destas trocas, os homens.<sup>179</sup>

Ao problematizar os sistemas de parentesco e a circulação de mulheres, Rubin define a importância da análise e sua problemática, pois se, por um lado estes revelam a opressão das mulheres no bojo do sistema social e não mais na biologia, separando assim o sexo como dado biológico das relações de gênero que se estruturam nas conjunções do social, também remetem a cultura uma suposta derrota das mulheres. Para Rubin a circulação de mulheres dentro das variáveis do sistema de parentesco não produzem a cultura e não definem um sistema em si mesmo e por si mesmo “o conceito é uma apreensão acurada, porém condensada, de certos aspectos das relações sociais de sexo/gênero”. Se por um lado é correto perceber o sistema de troca das mulheres como fundantes no princípio de parentesco, articulando-se desde as sociedades primitivas as mais contemporâneas (costume pelo qual o pai entrega a noiva), para Rubin por outro lado pode-se entender que “a subordinação das mulheres pode ser vista como um produto das relações através das quais sexo e gênero são organizados e produzidos.”<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> *Idem.* p. 05-08

<sup>180</sup> *Idem.* p. 08

## 2.1 – Amasiamentos: possíveis tramas de conjugalidade

Como podemos perceber a ideia de amor e família foi ao longo da história sendo construída e debatida a partir de interesses múltiplos, atravessadas pelas representações sociais e pelas intersecções de gênero, raça e classe que auxiliaram a delimitar marcos decisivos para a estruturação dos conceitos sobre família no século XIX. As abordagens de Veríssimo mostram que as famílias das classes populares possuíam uma configuração bem diversificada daquela que se pretendia, pautada na concepção de família nuclear burguesa. Estas concepções múltiplas de família observadas no século XIX coexistiram através de muitas tensões e debates sociais que tentavam a partir de um discurso de recrudescimento dos papéis da família na tessitura social invalidar famílias constituídas através do consenso entre homens e mulheres que não estariam estabelecidas por determinancias jurídicas ou religiosas cristãs.

A organização das famílias populares desmantelava muitos dos ideais de família nuclear desenhado a partir dos modelos burgueses em fins do século XIX. Não queremos aqui afirmar que homens e mulheres das classes populares não estavam também atrelados aos códigos normatizadores do casamento ou que os mesmos não casavam. Pelo contrário, sabemos que as classes populares também ressignificaram estes códigos normativos e davam sentidos múltiplos ao casamento. Como afirma Cancela:

Mesmo que boa parcela da população vivesse em meio a uniões ilegítimas, o matrimônio era uma referência importante na representação social, e a busca pela legitimidade circulava entre os casais dos segmentos populares, embora, para estes últimos, as dificuldades materiais, a ausência de patrimônio e o costume, além de outros fatores enunciados anteriormente, tornassem menos corriqueiros os consórcios institucionalizados. Contudo, nem por isso, o casamento deixava de ser um valor, conferindo-lhes um *status* diferenciado e tornando-se, para muitos, um ideal a ser alcançado, mesmo após longo tempo de convivência estável com filhos crescidos.<sup>181</sup>

A partir desta observação de Cancela podemos perceber que os ideais de casamento colocados pela elite burguesa chegavam aos casais das classes populares que em casos específicos buscavam uma legitimidade para suas uniões por vezes com famílias estabelecidas já por longo período, com filhos crescidos etc. Por hora, reservaremos-nos ao

---

<sup>181</sup> CANCELA, Cristina Donza. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). *Cadernos Pagu*, n.30, p. 301-328, 2008. p. 15

delineamento da conjugalidade das classes populares e daqueles casais que se furtavam a institucionalização de suas relações amorosas utilizando estratégias diversas para tal, como as fugas e negar possíveis defloramentos.

Em 20 de fevereiro de 1896, o jornal *Diário de Notícias* apresentou em seu número 40 uma carta em caráter de denúncia contra o professor Herminio Pauxis, a carta chama atenção pelas denúncias apresentadas contra o dito professor colocando seu caráter e idoneidade como mestre da instrução pública a prova.

Secção do Interior

Abaeté pela mocidade

Hoje voltamos, constante da nossa promessa, á santa causa da instrucção de nossos filhos.

A *A província do Pará*, de 29 do passado, traz a decantada defesa do professor desta cidade Herminio Pauxis, assignada pela maioria dos *chefes de família*, mas, digamos ao sr. Dr. Governador, que essa local provocou-nos o fino riso, por isso que a assignatura da maioria não passa de ser feita por dous sujeitos que vivem ahi, n'essa capital, no intuito de iludir ao chefe do Estado um dos quaes nem filhos tem, além de ambos nada terem a ganhar ou perder quanto a instrucção dos filhos de Abaeté.

E para provarmos a moralidade do decantado professor, basta disermos que o nomeado não cõra ante a acção que pratica dando as aulas de sua escola na casa onde tem sua amazia.

Santa moral!

Causa risota e galhofa o articulista da pyramidal defesa, quando ao terminar o seu accumulo de apodos injuriosos diz...

- <<de um moço moralizado e cujas aptidões para o magistério publico não podem ser postas em duvida.>> [rasurado]

E se o s.exc. o sr. Dr. Lauro Sodré tem filhos a instruir-se e quiser certificar-se da capacidade intelectual e aptidões para o magistério publico do pyramidal professor, mande-os á sua escola e verificará assim os seus falados préstimos, mande-os tambem o sr. Director Geral, e veremos qual sera o desmentido. [...]

Muitos paes de familia<sup>182</sup>

A carta que delata o professor de Abaeté coloca a prova a idoneidade do mesmo como profissional, para isso os que escreveram a carta não tardaram em apontar uma possível amasia do mesmo, que de acordo com as denúncias morava na mesma casa onde as aulas seriam ministradas, fato este inconcebível pelas famílias que o denunciavam. As práticas amorosas do professor Herminio o colocaram face á sociedade moralizadora que percebia nas relações de amasiamento um desvio moral, quesito que o apontava como incapaz da administração da instrução infantil naquela localidade. Mediante o apresentado os autores da carta pediam providências ao governo do Estado e para o diretor geral da instrução pública em

<sup>182</sup> *Diário de Noticias*. Secção do Interior. [Belém], 20 de fev. 1896. p. 02.

Belém. Estes apelos não indicavam apenas a denúncia de um professor incapacitado de cumprir seus deveres como educador mais de um homem cuja moral duvidosa o qualificaria como um mal a sociedade paraense por não estar casado institucionalmente e por manter uma amasia as vistas da sociedade.

Os amasiamentos eram considerados pela elite oitocentista como modelo de relação indecente e amoral, provocador de distúrbios sociais e da desagregação da família legítima. Estas relações eram condensadas no oitocentos no submundo das perversões e das práticas sexuais ilícitas, pois representavam códigos de conduta e práticas amorosas consideradas desviantes estabelecidas fora dos códigos prescritos pelo casamento religioso e pela tutela civil. Silvia Arend, ao pesquisar a família popular em fins do século XIX no Rio Grande do Sul, concluiu que as elites procuravam normatizar as “práticas sexuais da população segundo os seus padrões de conduta”, as atuações do judiciário, os discursos médicos e higienistas veiculados pela imprensa difundiam muitas das concepções e normas burguesas, normas estas de: sexo dentro da instituição matrimonial, heterossexualidade e monogamia.<sup>183</sup> De certa forma, o que incomodaria a sociedade elitista nas práticas amorosas do professor Herminio e de sua amasia estaria também prescrito no campo da sexualidade e da conjugalidade, sendo reconhecido e tolerado o sexo como agente da reprodução e a conjugalidade como agenciadora do casamento, onde as práticas estabelecidas para o campo amoroso e sexual seriam as práticas heterossexuais, monogâmicas nas fronteiras do casamento legitimado e em tempo algum fora deste.

Marta de Abreu Esteves sinaliza para a realidade da cidade do Rio de Janeiro no século XIX pontos similares aos observados por Arend, exemplificando que no período o sexo transformou-se em “negócio do Estado”, o pensamento jurídico não ficou indiferente na formação do indivíduo em seu sentido moral e sexual. A autora complementa que os estudos sobre os processos patológicos sexuais passaram a ser os orientadores necessários para a garantia de gerações futuras saudáveis, livres de aspectos da degenerescência, perversão e possíveis distúrbios da hereditariedade. Podemos observar estes olhares, da ciência médica e do poder do Estado através de seu aparato jurídico, sobre as classes populares de Belém e especificamente sobre as mulheres deste conjunto social, pois a hegemonia burguesa que pretendia-se moralizadora e saneadora dos costumes amorosos e sexuais construiu uma ideia

---

<sup>183</sup> AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001. p 42

de mulher cujos comportamentos, feições e corpos seriam o exemplo da mulher branca burguesa.<sup>184</sup>

Em 22 de fevereiro de 1896 vem a público uma carta assinada por Simplicio de Vilhena Alamar defendendo-se das denúncias feitas contra ele por Salustiano de Oliveira Pantoja:

Tendo Salustiano E. de Oliveira Pantoja queixado-se ao ex. sr. Dr. Chefe de segurança, que eu no dia 5 de dezembro findo, de acordo com o capitão Bernardo Porto Madeira, armado tentava contra sua existencia, cabe me o dever de vir pela imprensa desmentir essa falsidade e restabelecer a verdade dos factos.

Não fora isso e o dever que tenho de justificar-me perante o publico e os meus amigos da capital, aos quaes naturalmente terá chegado a noticia da celebre queixa, pois que o ex. sr. Dr. Chefe de segurança mandou proceder a rigoroso inquérito, não vinha eu em publico ocupar-me desse indivíduo, indigno por todas as formas de uma resposta escripta.

Eu nunca agredi a Salustiano Pantoja nem nunca tentei contra sua existência. Para isso seria necessário que eu fosse um perverso ou um assassino.

O que eu fiz foi dizer-lhe, porém, sem alarme, em ocasião que entrava em casa de uma mulher casada com quem vive tendo e mantendo – que fosse mais moralizado, pois que tornava-se feio elle como homem casado que é viver sem respeito, publicamente e entre famílias, amasiado com uma mulher casada; que fosse levar essa mulher em Joannes de onde elle a raptou de seu marido no segundo dia de suas núpcias; que deixasse de commetter esses escândalos aos olhos de sua própria mulher e filhos que certamente se desgostam [corroído] eram actos reprovados que a sociedade condemnava. Eis a pura verdade do que se passou.

Ora isso não é agredir nem atentar contra a vida de ninguém: é antes um conselho.

Exasperado, porém, Salustiano com este conselho, ao em vez de me agradecer, e acostumado a fazer queixas falsas contra os que [corroído] com as suas bandalheiras, não trepidou em forgicar uma contra mim ao dr. Chefe de segurança, dizendo entre outras coisas – que eu o agredira de terçado em punho e elle teria sido victima se não fosse a sua prudência feixando-se na casa de uma moça onde se achava [...].<sup>185</sup>

As querelas noticiadas nas páginas dos jornais quebravam fronteiras, pois passadas em cidades próximas á Belém vinham ligeiramente estampar os periódicos que circulavam na capital. A retratação pública, o pedido de intervenção do Estado, as brigas e queixumes entre conhecidos eram alardeadas pelos periódicos que se colocavam como baluartes da opinião pública a serviço da sociedade, da moralidade e das observações políticas. De acordo com o exposto, Simplicio de Alamar e Salustiano Pantoja haviam entrado

<sup>184</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p 27-28

<sup>185</sup> *Diário de Noticias*. Solicitado. [Belém] 22 de fev. 1896. p. 02

em conflito por conta de “uns tais” conselhos do primeiro dados ao segundo a respeito deste manter práticas amorosas com mulher casada com quem andava amasiado. Salustiano Pantoja sentindo-se ofendido com os ditos conselhos dados por Simplicio Alamar teria dado queixa contra o dito acusando-o de agressão e ameaças.

De acordo com as citações de Simplicio Alamar, Salustiano Pantoja teria raptado de uma cidade chamada Joanes uma dita mulher casada com quem viveria “tendo e mantendo” relações. Dentro da concepção da elite oitocentista “ter e manter” uma mulher fora das fronteiras estabelecidas pelo casamento consistiria em falta gravíssima, ainda sendo mais escandaloso ainda se um dos amasios fosse ou houvesse sido casado(a). No caso publicado pelo periódico ambos os amasios seriam casados, ela recém casada a apenas dois dias do momento do seu rapto por Salustiano, este com filhos frutos de seu matrimônio. Simplicio Alamar intitulado-se cidadão honesto com a intenção de alertar um conhecido de suas possíveis práticas reprováveis acabou por lograr uma querela séria submetida a rigoroso inquérito, em sua carta de defesa contestou todas as acusações de Salustiano colocando este como indivíduo perigoso, indigno e falso, sendo reprováveis suas condutas imorais que eram vistas pela sociedade, sua mulher e filhos.

Ambos os envolvidos nas querelas das duas fontes apresentadas tiveram suas práticas amorosas e sexuais colocadas em detrimento de uma prática normalizadora que se disseminava cada vez mais em fins do século XIX. A moralidade foi apontada nos dois documentos como fator de relevância para a solidificação e manutenção da família, auxiliando a delinear em torno das famílias oitocentistas uma aura de perfeição, onde por esta e através desta todos os problemas sociais seriam resolvidos, eliminando-se a sexualidade desregrada que provia filhos ilegítimos, fomentava a sexualidade ilícita e era símbolo do atraso de uma nação miscigenada, pobre e doente.

## **2.2 – Entre o “desvio” e o “permitido”: representações sociais da conjugalidade fora do casamento legitimado**

As ações higienizadoras e moralizadoras implementadas no final do século XIX em torno do amor e da sexualidade das mulheres estavam voltadas para o controle feminino e para a repressão daquelas que fugiam dos padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade republicana. Segundo Ipojuca Dias Campos, os paradigmas que se desejavam

impor a sociedade belenense “compreendidos como o da boa moralidade, disciplinarização, normatização, muitas das vezes, não eram apreendidos por aquelas agentes sociais que com suas vivências particulares tencionaram relações” possibilitando a flexibilização e o rompimento de laços e fronteiras que procuravam estabelecer caminhos para fazer uma sociedade tranquila e moralizada.<sup>186</sup> Margareth Rago afirma que os interesses comuns da comunidade política e científica brasileira se estreitavam a partir de meados do século XIX; o que contribuía para o crescimento do controle do Estado sobre a vida pública e privada, onde “os médicos passaram progressivamente a definir os modernos códigos da conduta sexual a serem adotados por mulheres e homens, jovens, adultos, velhos ou crianças, ricos e pobres, numa escala nacional.”<sup>187</sup>

Apesar das possíveis repressões aplicadas sobre as mulheres das camadas populares para evitar que seus comportamentos fugissem do controle das instituições republicanas elas conseguiam através de mecanismos próprios infringir as normas estabelecidas, tecendo entre a sociedade e seu cotidiano suas próprias representações sobre o comportamento ideal, fazendo-nos perceber que muitas vezes não se sentiam obrigadas a submissão as normas vigentes, possivelmente não compreendendo a si mesmas como sujeitos provocadores de desordens sociais.

Durante longo período na história, as mulheres por sua condição social, pelas relações tecidas em seu cotidiano, pela falta de melhores oportunidades, pela pressão provocada pela mentalidade sustentada acerca do papel feminino, ou quem sabe por escolhas próprias acabavam enveredando por caminhos considerados criminosos pela sociedade e conseqüentemente com tais atitudes saíram da condição de passivas espectadoras históricas da dominação masculina e social que lhes foi imposta, tramando em seu universo tensões, respondendo por suas atitudes e conduzindo suas vidas de maneira independente.<sup>188</sup>

As próprias representações sociais das mulheres delituosas nos periódicos belenenses, sendo elas fortemente combatidas pelo aparato policial ou por vezes esquecidas por ele, demonstram a significativa participação feminina como agentes de sua própria

---

<sup>186</sup> CAMPOS, Ipojucan Dias. 2004. *Op. Cit.* p. 67. Cf: CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX.* [173 f.] 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997. Cf: ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle-Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

<sup>187</sup> RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pommery. *Teoria e Pesquisa*, n. 47. jul/dez., 2005. p. 96.

<sup>188</sup> CAMPOS, Ipojucan Dias. . 2004. *Op. Cit.* Ao analisar as relações de Casamento, Divórcio e Meretrício em Belém no final do século XIX o autor percebe que as mulheres tinham participação ativa nestas relações, e nem sempre eram subordinadas a dominação masculina e teciam em seu cotidiano tramas que as possibilitaram negociar, escolher, e responder por suas atitudes de maneira mais independente.

história. Quase todos os dias os periódicos pesquisados apresentavam alguma pequena nota mostrando mulheres entrando ou saindo da prisão, respondendo processos, envolvidas nas mais diferentes questões que as lançavam os rótulos de meretrizes, vagabundas, desordeiras, e criminosas potenciais, acionando a sociedade e flexibilizando as relações sociais. Mesmo sendo o século XIX, segundo Michelle Perrot, divisor das tarefas e responsável por uma forte segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto definindo estritamente o lugar das mulheres no tecido social como sendo “a maternidade e a casa”, devemos, contudo, esclarece a autora em sua análise, perceber que é possível e que devemos “reencontrar as mulheres em ação, inovando em suas práticas, dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”.<sup>189</sup>

Exemplo dos conturbados enlaces amorosos que, muitas vezes, tiveram suas tensões publicadas nos jornais do período é caso apresentado pelo jornal Diário de Notícias em 1892:

Hontem na Rua d'Agua das Flôres, jogaram as *cristas* Romualda Amelia da Vera cruz e seu amasio Agostinho Pena, sobressaltando a vizinhança. O Sr. Tenente Mattos, com o *fim de pôr ponto final* n'essas verdadeiras *provas de amor*, obrigou os dois *inimigos* da ordem publica a assignarem termo de bem viver.<sup>190</sup>

No caso acima descrito, percebemos que as brigas de Agostinho e Romualda foram parar na subprefeitura por sobressaltarem a vizinhança e o Termo de Bem Viver instaurado para que ambos não mais ameaçassem a ordem pública, as provas de amor segundo o periódico deveriam ter um ponto final. A nota traz a natureza do compromisso do casal, amasios, demonstrando a complexidade das relações amorosas, no caso de nossos agentes os laços afetivos e de compromisso impetrados fugiam dos padrões desejados, o do casamento legalmente constituído pela Igreja ou pelo Estado.

Em 1892, na Rua Aristides Lobo, ocorreu o que o periódico convencionou chamar de “Um drama de mor” onde, “Mariquinha Ceará, [...] lançava-se toda chorosa em completo estado de desespero nos braços de seu amante, ou ex, que não estando mais pelos autos repellio-a com tanta grosseria que a deixou por alguns momentos por terra”.<sup>191</sup> Mariquinha, segundo o periódico, possuía um amante, ou ex, demonstrando que as ligações amorosas que se teciam estavam a quem dos laços matrimoniais. As duas tramas se confrontam, e as

<sup>189</sup> PERROT, Michelle. *Op. Cit.* p. 186.

<sup>190</sup> *Diário de Notícias*. [Belém], 05 jan. 1892. p 02.

<sup>191</sup> *Correio Paraense*. [Belém], 08 jul. 1892. p. 02

relações de Romualda e Mariquinha demonstram os embates amorosos travados na cidade, deixando transparecer em suas sutilezas que as práticas amorosas das mulheres das camadas populares se estabeleciam a revelia das cerimônias religiosas ou seculares, em que vestidas de branco, pudicas, recatadas e virgens recebiam os maridos nos altares das igrejas entregues pelos braços dos patriarcas das famílias, passando a uma nova tutela masculina, a do marido.

Entre as camadas populares era comum o regime de concubinato devido o alto custo das despesas matrimoniais, as mulheres dos segmentos populares desenvolviam as suas relações e seus conflitos dentro de outro padrão de moralidade que relacionados ao fator financeiro e, muitas vezes, racial contrapunha-se ao modelo burguês de casamento, castidade, e vida familiar privada.<sup>192</sup>

As fontes demonstram que as mulheres também exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais, escolhiam e eram escolhidas, recusavam e eram recusadas por pretendentes, mantinham amantes, brigavam com suas rivais se necessário em praça pública, fugiam com pretendentes e eram alvos de disputas entre os homens, contrariando o que deveria se configurar no bom comportamento feminino desejado pela burguesia emergente de Belém. A observação das fontes aqui elencadas demonstra que as mulheres das classes populares possuíam determinada autonomia sobre suas práticas amorosas e sexuais. Mesmo que as práticas amorosas e sexuais fossem consideradas marginais e assim representadas socialmente pelos discursos elitistas os amasiamentos, para além de uma condição considerada espúria, também representavam uma conjugalidade autônoma, possível e legítima entre as mulheres das camadas populares de Belém.

As intrigas de amor que circulavam nos periódicos de Belém no século XIX nos revelam muito do cotidiano íntimo dos envolvidos, sobre tudo das camadas populares tendo em vista que estes eram retratados com certa frequência nos jornais e sua intimidade exposta através de suas tensões e práticas amorosas, sendo representados muitas vezes como indivíduos perigosos ou como criminosos por apresentarem padrões comportamentais que fugiam dos forjados pela emergente República. Amores produzidos no “apetite e na desordem”, amores feitos de paixão, onde segundo Del Pryore amar também seria ser cioso, duvidar e desafiar como podemos perceber em algumas situações do passado.<sup>193</sup>

Desafiar a ordem poderia vir da simples demonstração pública de sentimentos que deveriam ser se não reprimidos, ao menos guardados, escondidos, camuflados a bem de um comportamento moral dito saudável e correto, a bem da manutenção e da preservação da

<sup>192</sup> SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 367-368

<sup>193</sup> DEL PRYORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2006. p. 53

família legalmente instituída, moralizada e higiênica, formada pelo casamento e não pelas ligações consensuais ou licenciosas. Contudo, “no largo de São José, Maria da Conceição e Josepha também da Conceição brigaram por ciuadas de um João qualquer”,<sup>194</sup> quebrando as regras do aceitável, negando-se a camuflar sua intimidade. Ambas demonstrando publicamente seus sentimentos e disputas amorosas, o amor por um João qualquer, estariam a causar uma ferida na moral e no padrão de comportamento desejado para o sexo feminino, o ciúme, por sua vez, estaria configurado como sentimento desagregador possibilitado pelas práticas amorosas condenáveis. Debaterem-se em público com possíveis rivais transformavam as mulheres das camadas populares em desordeiras potenciais passíveis de criminalização, dando novo significado ao tão cultuado amor, que deveria somente se manifestar através das relações de casamento institucionalizado, repudiando os zelos extremados e as demonstrações públicas, sendo o lar, o âmbito privado o local do desvelo amoroso.

O ciúme figurava constantemente nas descrições dos jornais como sendo pivô das brigas e dos folhetins entre amantes, namorados, noivos etc. Entre as camadas populares eram comuns relações amorosas que fugiam do modelo tradicional do casamento, existiam muitos casos de amasiamento e namoros ditos licenciosos, além de muitos homens e mulheres manterem mais de um amante provocando muitas brigas e disputas entre rivais. A nota que fala de Manoel e Joanna que promoveram grande “senzilha por ciuadas” de uma “pretinha moradora do Umarizal”<sup>195</sup> demonstra que os casos amorosos da população estavam acontecendo a revelia do que apregoava a moral e os bons costumes bellepoqueanos, comprovando que existiam relações que envolviam homens, mulheres e rivais na disputa pelo amor escolhido, dando abertura para que os jornais noticiassem brigas promovidas pelos ciúmes, como nos casos de Manoel, Joanna e a “pretinha do Umarizal”, e ainda Maria da Conceição e Josefa da Conceição quando brigam por um João qualquer.

Representado nos periódicos como zelo extremado ou manifestações desmedidas, o ciúme era considerado em fins de século XIX como uma coisa contristadora devendo ser evitado porque estaria fortemente relacionado ao indesejado, seria um sentimento desagregador e se manifestado em formas desmedidas poderia culminar em um possível crime. No caso de Joaquim da Motta e Martinha que em uma “manifestação desmedida de ciúme foram ambos juntinhos dar com os costados no calabouço de Santo Antonio”<sup>196</sup> temos um bom exemplo de como estas manifestações de ciúme poderiam ser reprimidos com o uso da força legitimada do Estado, ambos foram detidos de acordo com o periódico e seguiram

<sup>194</sup> *Correio Paraense*. [Belém], 20 jul. 1892. p. 03

<sup>195</sup> *Correio Paraense*. [Belém], 22 jul. 1892. p. 02

<sup>196</sup> *Correio Paraense*. [Belém], 28 ago. 1892. p. 02

para a cadeia pública a fim de normatizar seus comportamentos desviantes. Já, Agostinho e Rosalia ambos moradores na rua Santo Antonio também tem expostos nos periódicos a natureza de seus sentimentos amorosos em que “de dia para dia aumentava-se mais n’esse pedaço de carne que se chama – coração, o amor, o amor só, não,mas essa partícula que leva muitas vezes o apaixonado sincero a cadêa – o ciúme.”<sup>197</sup>

Contudo, o ciúme poderia não só criminalizar os comportamentos, segundo os periódicos, traições reais ou imaginadas levaram João Reis e Maria Escolástica ligados pelos elos matrimoniais ao possível desquite, demonstrando que as sólidas bases desejadas pelos laços do casamento, seja civil ou religioso, poderiam ter suas estruturas facilmente abaladas se fossem colocados em xeque a reputação da mulher e sua conduta moral, o amor ideal, e sua sexualidade, comprovando que mesmo as ditas relações desejadas e higiênicas poderiam se desmantelar diante do ciúme. Para que os elos matrimoniais não fossem abalados pelo “phantasma do ciúme” o Correio Paraense lançou uma nota reflexiva a respeito do comportamento do homem diante das desconfianças possíveis, e deste sentimento que deterioraria as relações amorosas:

#### O Ciúme

Não desconfies nunca de tua mulher; é a tolice mais fatal, é o absurdo mais perigoso que pode conceber o cérebro humano para encher de amargura os melhores dias da vida. Sê lógico, e raciocina.

Com a primeira suspeita feriste-lhe o pudor, degradaste-a, aviltaste-a incontestavelmente, porque embora Ella não seja a prova adquirida do adultério, implica todavia uma duvida. Ouve agora: se chegaste a duvidar de tua esposa, se não estas longe de crer que ella possa entregar-se aos carinhos de outro homem, sabes o que resulta? Imprimiste na sua frente o estigma da vergonha e da infâmia; o aroma de castidade e pureza que antes exhalava converteu-se em certo perfume a cortesã (...)

Se realmente a esposa faltou os seus deveres, e por engenhosos artifícios conserva as apparencias da virtude, embora infame de facto, deve contudo parecer dignas aos olhos do marido .

Se, porem o adultério é surpreendido ou não admite defeza, n’esse caso nada de preambulos, nada de injurias, nada de vinganças, nada de raivas, nem ameaças, e muito menos pancadas: provocar a discussão e prova de fraqueza. O homem, n’essa emergência deve mostrar-se grande pelo sangue frio; dous meios apenas lhe restam revestir-se de toda a sua magnanimidade para perdoar o adultério, o que é nobre e generoso quando se esta convencido de que a mulher é capaz de comprehender a grandeza do perdão e expiar a falta, ou então abandona-la immediatamente, sem estrondo (...) Acontece com o ciúme o mesmo que aos phantasmas que se apresentam a nossa imaginação quando estamos as escuras, e somos medrosos.<sup>198</sup>

<sup>197</sup> *Correio Paraense*. [Belém], 02 jul. 1892. p. 02.

<sup>198</sup> *Correio Paraense*. [Belém], 13 ago. 1892. p 03

Os homens não passaram despercebidos pelos jornais belenenses nas tramas que envolviam o ciúme e as representações sociais do amor. Como podemos perceber, na fonte proposta, os homens também poderiam ser representados pelos Jornais como “culpados” do mau comportamento feminino, tendo em vista que os mesmos seriam os guardiões da mulher, responsáveis por assegurar sua conduta. No século XIX uma das representações sociais recorrentes sobre as mulheres seria a de “devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões”.<sup>199</sup> Sendo estas umas das representações sociais da mulher no século XIX poderemos com clareza compreender as práticas amorosas e sexuais que as vincularam com o ciúme, provocadoras e provocadas, foram constantemente alvo da vigilância familiar e masculina, compreendida como necessária para seu bom comportamento.

O homem diante do fantasmagórico ciúme e de possíveis traições reais ou imaginadas deveria apresentar-se grande pelo sangue frio, revestir-se de toda a sua magnanimidade para perdoar o adultério o que seria nobre e generoso, garantindo a manutenção da família legítima, ou ainda deveria abandonar a mulher imediatamente se caso comprovado o adultério sem, contudo, muitos alardes, sem injúrias, vinganças, raivas, ou ameaças, e muito menos pancadas, pois provocar a discussão seria certamente para uma parcela da sociedade oitocentista prova da fraqueza masculina.

O jornal *A República* noticiava em 17 de Julho de 1890 que duas mulatas haviam sido presas por brigarem na Rua do Bom Jardim, o motivo teria sido a disputa por um senhor Teodoro.<sup>200</sup> O ciúme tinha uma representação negativa colocando as mulheres envolvidas em embates públicos e em um espaço marginal, já que o modelo feminino almejado passaria pela docilidade, pela maternidade e pela boa moral qualquer comportamento feminino que fugisse deste padrão era facilmente enquadrado como criminoso ou desviante.

As relações amorosas conflituosas dos sujeitos oriundos das camadas populares não eram bem vistos pela elite dominante, pois, as práticas amorosas ditas ilícitas das classes populares deveriam ser controladas considerando que para parte da sociedade oitocentista paraense, o casamento era concebido como instituição necessária ao sucesso das propostas de saneamento moral da cidade.<sup>201</sup>

Estas representações do comportamento amoroso feminino criminalizado provocavam mecanismos de flexibilizações nas relações de poder da sociedade oitocentista

<sup>199</sup> PERROT, Michelle. 1988. *Op. Cit.* p. 188

<sup>200</sup> *A República*. [Belém], 18 out. 1890. p. 03

<sup>201</sup> CAMPOS, Ipojucan Dias. Divórcio e discursos jurídicos: significados sociais em Belém no final do século XIX (1890/1900). *Textos e debates*, Revista de Filosofia e Ciências Humanas: UFRR, Boa Vista, v. 10, p. 99-131, jun. 2006.

paraense. Segundo Chartier, o campo das representações é tecido a partir de perspectivas de interesses dos grupos que as forjam, movimentando assim o campo da história para uma representação não estática dos indivíduos, onde os mesmos são influenciados pelas relações de poder e pelas mudanças estruturais do quadro social.<sup>202</sup>

É inegável que a mulher estava presente nas notas corriqueiras dos jornais que a enfatizavam não raramente como seres provocadores, dadas a prostituição e as ligações ilícitas e perigosas, engrossando a vasta teia das representatividades sobre a criminalidade. Essas mulheres pobres movimentavam-se livremente pelas ruas da cidade, teciam suas relações sociais e possuíam autonomia que as colocavam mais próximas das realidades da rua tendo que por vezes defenderem-se sozinhas, ganhar seu sustendo e ainda conduzir famílias ou a si próprias, o que era bastante difícil, dentro de uma sociedade masculinizada onde muitos discursos estavam voltados para o controle social feminino.

As camadas populares de Belém marcadas pela forte miscigenação carregavam o forte estigma social herdados dos tempos da escravidão, onde era comum a associação da mulher destas fronteiras ao forte impulso sexual e a lascívia:

Cabisbaixo, triste, pensativo e silencioso seguia caminho de seus [apagado] o indivíduo Miguel da Trindade. Antes porem, de bater a porta de seu domicilio, apresenta se-lhe a frente uma sua antiga companheira de casa e sem mais Deus te salve applica-lhe as bochechas uns quatro bem fortes e puchados *osculos* com o tocão de seu chinello de mulata odorizada a priprióca e cipó-catinga. Miguel, como todo amante apaixonado, esqueceu as pancadas e deixou-se arrastar aos caprichos e caricias de sua amante. Di-lo o rifão: pancada de amor não doe.<sup>203</sup>

A mulata odorizada a priprióca e cipó-catinga, descrita pelo Correio Paraense como a amante perfumada e sedutora nos deixa entrever uma das representações sociais recorrentes sobre as mulheres de cor no século XIX, não somente nos periódicos, mas, na literatura, as mulheres eram também representadas como perfeitas nas artes da sedução, por andarem, por exemplo, sempre limpas e asseadas despertariam desejos e arrastariam com caricias e caprichos seus possíveis amantes. Aluizio de Azevedo em seu romance “O Cortiço” descreveu na personagem Rita Bahiana, a singularidade da mulher popular, de farto cabelo crespo e reluzente, enfeitado com um molho de manjeriçã e um pedaço de baunilha simbolizando o asseio das brasileiras e o odor sensual de trevos e plantas aromáticas.<sup>204</sup>

<sup>202</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Portugal: DIFEL, 2002. p. 17

<sup>203</sup> *Correio Paraense*. [Belém], 23 ago. 1892. p. 2.

<sup>204</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Paulos, 2005. p. 55.

Moradora em um cortiço carioca, Rita Bahiana seria um exemplo da mulata sensual, perfumada e asseada, deixando transparecer mais uma vez a sensualidade que era atribuída às mulheres das camadas populares, mulheres agraciadas pela genética da miscigenação. A amante de Miguel Trindade possibilita-nos um encontro entre a personagem do romance de Azevedo com a mulata do periódico paraense.

Percebemos que ambas perfumadas e sedutoras se tornaram a representação do comportamento exagerado e sensual, remetido as negras, mulatas, pardas, índias, cafuzas etc. que colocou muitas vezes estas mulheres oitocentistas como artífices dos prazeres sexuais, fugindo do modelo desejado pela elite dominante de mulher recatada e assexuada, mãe e esposa submissa. Mesmo não sendo nossa intenção o debate direto com a literatura, o romance de Azevedo propiciou o encontro com a fonte histórica aqui trabalhada e a literatura, para que percebêssemos as possíveis relações entre a reprodução literária e a jornalística no século XIX que auxiliariam na construção das representações sociais sobre as mulheres amazônicas.

Veríssimo também descreveu as belezas das mulheres mestiças do Pará, pontuando que dentro das castas de miscigenação poderiam ser observadas as misturas mais diversas, entre índios, negros e brancos, dando lugar a um cem números de outros indivíduos que apresentavam características ora de uma etnia ora de outra, sendo por vezes quase impossível determinar que raça fosse mais evidente nas misturas, e outras dando para destacar a predominância desta ou daquela raça na constituição de determinados indivíduos. Sobre as mulheres mamelucas, mestiças de brancos e índios, Veríssimo descreveu a beleza declarando a lustrosidade da pele escura apresentando a cor de canela em vários tons, sobre sua formação anatômica possuíam “[...] Seios duros, espaldas e colos belíssimos nas mulheres, de que se vêem não raro tipo de beleza; dentes alvos e pequenos, que usam trazer apontados; cabelos negros, ainda grossos, mas já algumas vezes ligeiramente ondedos”.<sup>205</sup>

---

<sup>205</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. *Op. Cit.* p. 15



**IMAGEM 2:** Mestiças da Amazônia. Foto de Walther Hunnewell para a pesquisa de Louis Agassiz sobre raça.

**FONTE:** <http://revistapesquisa2.fapesp.br/?art=4223&bd=1&pg=3&lg=>

Esta beleza não branca, que rechaçava em muitos aspectos a beleza feminina branca, foi aproximada em larga escala a beleza da lascívia, afeita as tendências da sensualidade exacerbada e provocadora dos piores instintos masculinos, esta beleza reconhecida das mestiças foi também aproximada a beleza mórbida de uma raça inferior e degenerescente. Estas representações sociais interligaram importantes dimensões da vida das mulheres das camadas populares de Belém e das regiões amazônicas, compuseram nas tramas históricas fragmentos importantes para tentarmos apreender um pouco mais sobre o gênero a raça, a sexualidade e a classe, que desenhou no centro dos discursos oitocentistas mulheres em estado de decadência, famílias compostas por indivíduos desviantes, mulheres detentoras de uma sexualidade demonizada sem regras ou limites. A raça e a classe a que pertenciam estas mulheres auxiliavam em uma pretensa qualificação do seu comportamento, coadunando-se com suas práticas amorosas e sexuais as colocaram em confronto direto com os modelos

burgueses eurocêntricos, sobre tudo importados da França, para mulheres burguesas, brancas, pudicas e circunscritas ao espaço do lar.

As representações sociais em torno das mulheres burguesas foram gestadas, no início da República, através de símbolos subtraídos da Europa, no caso de Belém especificamente da França. As mulheres da elite da borracha foram representadas socialmente e muitas assim se representavam como senhoras brancas, abastadas, bem trajadas nos ditames da moda da época, educadas, civilizadas, recolhidas e assexuadas, boas mães, senhoras da elite paraense, contrastando significativamente com a massa de mulheres que compunha a Belém oitocentista, crivada pelas classes populares, pulsante de negras recém-libertas, mulatas, índias, mestiças plurais e imigrantes de várias partes do mundo e do próprio país.

Esta pluralidade não impediu a sublimação do corpo construído, a partir das representações sociais das mulheres brancas da elite, corpos considerados dóceis, subjugados, colocando estes como marcos da beleza feminina, apresentados socialmente como modelo da civilização europeia que chegava aos trópicos pelas medidas saneadoras e urbanizadoras dos poderes políticos, corpos limpos, saneados pelo casamento, produtores de filhos legítimos que contribuiriam para o crescimento econômico e político da região. Os corpos que fugiam deste padrão branco burguês, em larga escala foram representados socialmente com adjetivos de desqualificação, se apontados como belos era tão somente para ilustrar a sua composição genética, mas *per si* eram corpos de mulheres negrinhas, mulatinhas, pardas, caboclas, tapuias, mamelucas, donas de uma sexualidade desviante, de corpos indóceis, selvagens, pobres, produtores de gerações degenerescentes, biologicamente propensas a criminalidade, corpos que promoviam o atraso da nação, que necessitavam com urgência de embranquecimento, necessitavam da cópula com os homens brancos para a produção de filhos, mesmo que bastardos e ilegítimos, biologicamente superiores.

Estas observações denotam nas tramas das relações de gênero mulheres colocadas frente a frente nos jogos da constituição do tecido social oitocentista paraense, a branca burguesa, as mestiças, mulatas, índias, caboclas, para cada uma destas representações sociais variadas relatadas por literatos, naturalistas, jornalistas, viajantes, juristas, médicos etc... Estas representações sociais articuladas pelos discursos masculinos e femininos<sup>206</sup> desenharam as mulheres das classes populares historicamente, muitas vezes como sendo a mola mestra da desagregação social e dos problemas citadinos.

---

<sup>206</sup> Para esta afirmação consideramos as representações de Elizabeth Agazzis sobre as mulheres amazônicas, delineado como um dos tradutores das representações das mulheres burguesas sobre uma mestiçagem depreciada e até então desconhecida em seus aspectos culturais, sexuais, e relacionais.

Como salientou Maclintok, “raça, gênero e classe não são distintos reinos da experiência que existem em esplêndido isolamento entre si, [...] eles existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito”. Demarcadores de identidade, como gênero, raça, e classe, inclua-se sexualidade, ainda são difíceis de serem lidos a luz dos processos históricos, não devendo ser usados como limitantes, pois dentro destes mesmos demarcadores podemos encontrar, simultaneamente, recursos que possibilitaram a ação dos indivíduos. Gênero, raça, sexualidade e classe não são âmbitos excludentes ou isolados uns dos outros, estas categorias só existem em relação estreita umas com as outras, em que podemos observar distanciamentos e aproximações, contradições e similaridades.<sup>207</sup>

Retomando o advento do Imperialismo europeu, tão bem delineado por Stolke, de acordo com Maclintock, foi um violento encontro com “hierarquias preexistentes de poder que tomou forma não como um desdobramento de seu próprio destino, mas como interferência oportunista e desordenada com outros regimes de poder”. Estes encontros deram novos rumos a história do próprio Imperialismo que, por sua vez, teve suas formas alteradas pelas dinâmicas de gênero das culturas colonizadas, as mulheres colonizadas já eram prejudicadas por seus sistemas de organização social e cultural, ressignificadas pelo advento colonizador como mães, prostitutas, concubinas, as mulheres em regime de colonização tiveram que negociar a dinâmica social de suas vidas através dos desequilíbrios apresentados agora não só em relação aos próprios homens, mas também com “o violento conjunto das regras e restrições hierárquicas que estruturavam suas novas relações com os homens e as mulheres do império”.<sup>208</sup>

Estas relações históricas, por vezes conflituosas, evidenciam que as relações de gênero se estabelecem circunscritamente em diversos campos sociais que descortina homens e mulheres, assim como seus papéis pré-estabelecidos socialmente que se desenvolvem de formas estruturadas, porém não lineares. De acordo com Rosaldo e Lamphere, apesar da existência de uma estrutura social formal que declarou a mulher como um sujeito impotente e irrelevante, faz-se necessário uma observação mais cuidadosa dos motivos da mulher, de suas estratégias, escolhas, das relações que ela estabelece e de seus objetivos, pois estas observações podem indicar que, “mesmo em situações patentes de desigualdade do papel sexual, ela possui muito mais poder do que os teóricos convencionais admitem”.<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> MACCLINTOCK, Anne. 2010. *Op. Cit.* p. 19.

<sup>208</sup> *Idem.* p. 21.

<sup>209</sup> ROSALDO, Michelle. 1979. *Op. Cit.* p. 27.

A sexualidade feminina foi diversas vezes pesquisada e debatida, porém o papel social das mulheres dentro deste tema tendeu a ser delimitado como pouco interessante, ou para reforço de papéis de domínio e autoridade masculinos, assim como a maioria das descrições dos processos sociais que trataram a mulher. A mulher percebida como detentora de poder, seja ele sobre seu corpo e sexualidade, sobre a construção de pensamentos político, etc. ainda figura muito sutilmente na produção acadêmica, “a mulher que exerce o poder é vista como desviada, manipuladora, ou na melhor das hipóteses, uma exceção.”<sup>210</sup>

---

<sup>210</sup> *Idem.* p. 26

## CAPÍTULO III

### 3. OS AMORES E AS PRÁTICAS AMOROSAS EM BELÉM

O século XIX trouxe debates de vultosa importância para a sociedade brasileira que, seduzida pelos discursos higienizadores de limpeza urbana, pavimentação de ruas e embelezamento das cidades, assim como discursos progressistas de crescimento econômico e políticos difundidos pela República que nascia, produzia, através de determinados temas, possíveis respostas para antigos questionamentos.

O recrudescimento da aplicação de leis mais elaboradas e condizentes com as novas necessidades que surgiam se apresentava como tentativas de solucionar problemas que se arrastavam desde o Império. A República no Brasil nasceu sob o paradigma da manutenção da ordem, subordinados aos interesses da pátria, dos políticos, de intelectuais e homens de ciência que se aliavam para combater os movimentos sociais, as organizações operárias e qualquer desordem popular.<sup>211</sup>

Agir com sutilezas para garantir a ordem pública não fazia parte dos discursos republicanos. Nesta efervescência, provocada não só pelas mudanças do sistema político e pelos novos padrões sociais, a criminalidade e a desordem passaram a ser não somente debatida, mas combatidas a altura dos desejos de civilização, higiene e progresso exigidos pela República e pela emergente burguesia.<sup>212</sup>

No final do século XIX, a cidade de Belém, assim como a região Amazônica como um todo, experimentou novos rumos pela proclamação da República e foi embalada pela expansão econômica fomentada pela exploração do látex. Os projetos modernizadores e higienizadores foram fortemente destacados pelos grupos políticos locais que não tardaram no combate a desordem, a população se tornou alvo principal da nova mentalidade burguesa ascendente, interessada em transformar a capital paraense em modelo de civilidade e crescimento, inspirados pelo exemplo francês.

Os últimos anos do século XIX, representaram para a cidade de Belém tempos de crescimento acelerado, contexto em que afloraram maiores preocupações com a urbanização, aumento populacional, moralidade, controle social e com os modelos ideais de família e de

---

<sup>211</sup> PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, [São Paulo], v. 13, n. 35, 1999. p. 170-177

<sup>212</sup> *Idem.*

mulher. Belém despontou como a quarta capital mais importante do Brasil, por seu acelerado crescimento econômico fomentado pela extração do látex e pelo desenvolvimento ascendente delimitando os espaços urbanos e os papéis sociais.

A mentalidade *Bellepoqueana*<sup>213</sup> forjou novos moldes para enquadrar o comportamento de homens e mulheres a urbe progressista, para isso reforçou estruturas que auxiliariam no controle social, como os setores jurídicos e científicos, privilegiados com o objetivo de produzir mecanismos eficazes para contribuir no ajuste das ações da população de acordo com os desejos de progresso e higienização da emergente elite republicana.<sup>214</sup>

Em finais do século XIX, um decreto estadual promulgado pelo então governador Paes de Carvalho, em 21 de setembro de 1899, doou terras a municipalidade para a expansão da cidade. Por este decreto a Intendência Municipal de Belém concedeu uma légua de terras para aumento patrimonial. Inúmeros viajantes no fim do século XIX, como Martius (1794-1868) e Henry Walter Bates (1825-1892), destacaram o acelerado crescimento urbano, as modificações arquitetônicas da cidade, a pavimentação das ruas centrais e o aumento na densidade populacional.<sup>215</sup>

A partir de 1840 até aproximadamente 1920 a mola propulsora da economia em todo o estado do Pará girou em torno da extração da borracha. Em decorrência destes processos, novos contingentes se apresentaram ao cotidiano da cidade. Parte dos lucros gerados pela economia gomífera foram revertidos em benefícios como a ampliação do sítio urbano, o calçamento e pavimentação das vias públicas. Prédios mais modernos foram construídos como o Arquivo e Biblioteca Pública e o Teatro da Paz, paralelepípedos foram importados de Portugal para a pavimentação de calçadas, famílias abastadas começaram a construir palacetes imponentes nas terras altas da cidade e novos bairros começaram a ser delineados como os de Nazaré, Umarizal, Marco e Batista Campos.<sup>216</sup>

Além da expansão urbana uma densa imigração ocorreu elevando os índices populacionais da cidade, uma política de (re)colonização foi pensada para a região e milhares de famílias foram trazidas da região nordeste do Brasil e de países europeus para compor os

---

<sup>213</sup> Expressão utilizada para referir-se aos últimos anos do século XIX e aos primeiros do século XX, embalados pela exploração do látex, os projetos de urbanização e embelezamento da cidade copiaram os moldes europeus, sobretudo o francês.

<sup>214</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870/1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000. Cf. SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1890-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.73-94, dez. 2007; TRINDADE, José Ronaldo. Mulheres de má vida: Meretrizes, infiéis e desordeiras em Belém (1890-1905). In: ALVES, Maria Luiza Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (Orgs.). *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GPÉM. 1995. p.41-42

<sup>215</sup> SARGES. 2000. *Op. Cit.* p. 74

<sup>216</sup> *Idem.*

*fronts* de trabalho extrativista e comercial que a borracha exigia. De acordo com Roberto Santos parte desta imigração dirigida foi orientada para os seringais, para atividades terciárias e secundárias, assim a economia gomífera dispôs da mão de obra necessária para a sua expansão.<sup>217</sup>

### **3.1. Belém, os amores, as relações amorosas e os amasiamentos**

Com o crescimento da cidade e conseqüentemente da população, projetos políticos, modernizadores e higienizadores nos últimos anos do século XIX foram fortemente implantados em Belém com a intenção de combater as possíveis desordens. Estes projetos excluíram vivências pessoais e os processos culturais nelas embutidas, afim de possíveis normatizações dos espaços e da sociedade, as perspectivas dos modernos códigos científicos e políticos, do período, lançaram sobre os corpos e a sexualidade das mulheres rótulos que emergiram de discursos biológicos, higienistas e jurídicos que representaram determinadas práticas amorosas femininas estabelecidas fora do casamento legalmente e/ou religiosamente constituídos sobre a perspectiva do desvio e da criminalidade.

Os discursos passam a representar determinadas práticas amorosas das mulheres das camadas populares, sobretudo de mulheres amasiadas, como relações perigosas, fazendo-nos perceber a evocação sutil de uma ideologia do amor, construída para a normatização da família e da conjugalidade. De acordo com Monica Schpun, esta ideologia seria uma peça importante a ser investigada no processo de submissão das mulheres, pois estimularia uma espécie de renúncia e devotamento para a manutenção das relações amorosas. A partir desta reflexão Schpun propõe que a ideologia do amor pode ser compreendida como uma importante ferramenta utilizada pelas mulheres nos jogos das relações de gênero e conjugalidade.<sup>218</sup>

De acordo com Jaqueline Chaves, ao falarmos de práticas amorosas, estaríamos também acessando o que se compreende por amor e seus significados, considerando que as práticas são diversas, as maneiras com que se vivência o amor também são, o que “implica supor que o amor tem formas diferentes que são próprias a determinadas épocas, culturas e grupos sociais.” Para a autora os significados do amor ou a construção do sentimento amoroso

<sup>217</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

<sup>218</sup> SCHPUN, Mônica Raissa. *Les années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*. Paris: l'Harmattan, 1997.

se constitui a partir de bases específicas determinadas por conjunções e disjunções que alteram seus significados socialmente, temporalmente e de acordo com os grupos sociais que dialogam com estes significados.<sup>219</sup>

As práticas amorosas, portanto, também se fundamentam na construção do sentimento amoroso pelo indivíduo e, por conseguinte, expressam determinadas noções de amor e seus possíveis desvios e modificações, criando distanciamentos observáveis entre as vivências amorosas, ou seja, suas práticas, e a idealização do sentimento. De acordo com Chaves ao “vivenciar uma outra prática amorosa se está engendrando uma nova concepção para o amor”, demonstrando que o campo das “práticas amorosas” e do “amor” pode ser representado dentro de uma pluralidade dinâmica, perpassada também por distinções de gênero, sexualidade, tempo, etc.<sup>220</sup>

Dentro da história, deparamo-nos com diversos conceitos de amor através dos tempos e podemos identificar o amor platônico, derivado de uma filosofia clássica greco-romana, uma espécie de amor religioso deflagrado pelo cristianismo, o amor cortês e o amor romântico que nascem de obras literárias e de representações bem elaboradas. Estas nomenclaturas não falam somente do amor em si, dado como fato humano indivisível ou imutável, antes são elementos que auxiliam na determinação e na construção do sentimento amoroso em períodos históricos determinados, e não lineares, que os forjam de acordo com a sociedade que o alimenta e que crê na sua existência, que modifica o amor como elemento indispensável na elaboração do indivíduo.<sup>221</sup>

Dentro de subjetividades múltiplas o amor não se auto-representa. Para Chaves, “a maneira como o indivíduo sente, expressa e vivência o sentimento amor está relacionada a um conjunto de ideias, fantasias, imagens e discursos ao qual ele tem acesso”, no qual ele se insere por razões sociais, através dos grupos do qual faz parte, com aquilo que ele se identifica, ou rejeita, e ainda que não está determinado por causas fixas.<sup>222</sup>

De acordo com Ângela D’Incao os conceitos de amor tomam variadas formas ao longo da História, e no passado possuía uma conotação bem diferente da maneira como entendemos este sentimento hoje. Para D’Incao, o amor é uma construção moderna e em séculos passados a preocupação com esta determinada emoção era menor ou, até mesmo, quase inexistente. No Brasil oitocentista ocorreram mudanças “na sensibilidade em relação ao que se chama ora de amor, ora de sexualidade” e como consequência destas mudanças um

<sup>219</sup> CHAVES. Jacqueline Cavalcanti. Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da Belle-Époque. *Análise Social*, v. 180, p. 827-846, 2006. p. 828

<sup>220</sup> *Idem.*

<sup>221</sup> Cf.: DUBY, Georges (Org). *Pequena História: amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1998.

<sup>222</sup> CHAVES. Jacqueline Cavalcanti. 2006. *Op. Cit* p. 828

conjunto de regras prescritas pelo “amor romântico” começou a servir de mediadoras para a relação estrita entre os corpos amantes.<sup>223</sup>

Analisando a literatura brasileira do século XIX, dentre elas as obras de Manoel Antonio de Almeida “Memórias de um sargento de milícias” e de Joaquim Manoel de Macedo “A moreninha”, D’Incao observa sutis modificações sobre a representação do amor e das práticas amorosas postas em discurso no período. Para a autora, os discursos encontrados na literatura especificada demonstram duas maneiras diferentes de representar o amor que perpassam pela sensibilidade que orienta os sentidos destas diferenças colocando o sentimento amoroso como um “estado da alma”.<sup>224</sup>

Mesmo reconhecendo a carga normativa deste tipo de ideologia, as práticas amorosas de mulheres populares no século XIX ultrapassaram as fronteiras dos ideais de amor, casamento e família, construídos e propostos a partir de discursos e representações de uma elite dominante. Os amasiamentos na medida em que eram identificados e problematizados apontam a diversidade, pluralidade e a complexidade das práticas amorosas populares que dialogam com as práticas sexuais e as relações de gênero e conjugalidade.

De acordo com Magali Engel, o termo amasiamento possui certa imprecisão “utilizado às vezes para qualificar relações entre amantes que não compartilham uma vida em comum”, ou refere-se “a relações de casamento não oficializadas.”<sup>225</sup> Apesar da imprecisão que cerca o termo é importante ressaltarmos que a partir das fontes consultadas, sendo elas jornais, autos criminais e processos do judiciário, o termo amasiamento foi, na maioria das vezes, empregado como referência a casais que compartilhavam uma vida “comum” e a casais que, mesmo não compartilhando uma vida “comum”, possuíam laços de afetividade reconhecidos pela vizinhança, família e amigos que os qualificavam como amantes e/ou namorados, relações estas reconhecidamente não estabelecidas através dos laços formais do casamento religioso e/ou civil, corroborando com as representações também observadas de Engel e ampliando esta perspectiva.

Diante destas reflexões, a preocupação se centra nas práticas amorosas das mulheres das camadas populares de Belém, em fins do século XIX (1890 a 1900), que

<sup>223</sup> D’INCAO, Ângela Maria. O amor romântico e a família burguesa. In: D’INCAO, Ângela. (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 61

<sup>224</sup> *Idem*. p. 66-67

<sup>225</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 153-177. p. 162. Consideramos nesta investigação como amasiamento as relações de conjugalidade estabelecidas entre mulheres e homens das camadas populares de Belém que não recorreram ao casamento instituído religiosamente ou pelas vias jurídicas. Cf.: CAMPOS, Ipojucan Dias. Sentidos da violência conjugal e amásia em Belém (décadas de 1920 e 1930). *Projeto História*, São Paulo, n.39, p. 235-255, jul/dez. 2009.

teceram suas relações de conjugalidade a partir do amasiamento, este compreendido pela condição não oficial do casamento constituído pela Igreja e/ou pelo Estado.

As camadas mais pobres da população desenhavam suas práticas amorosas a partir de suas condutas, muitas vezes, marcadas pelo envolvimento sexual dos parceiros, utilizando no momento da conquista juras de amor, promessas de casamento ou a oferta de algum benefício material.

Vejamos o caso de Maria Belém Guimarães e Manoel Marques da Silva. Em 1897, o primeiro promotor de Belém, Paulo Pinho, no uso de suas atribuições legais, utilizando o art. 274 § 1º do código Penal vigente<sup>226</sup>, denunciou nas penas dos artigos 267 e 270 do Código Penal<sup>227</sup>, tendo como agravantes o artigo 39 § 2º e 4º, 41º § 3º<sup>228</sup>, para que fosse punido de conformidade com o artigo 66 § 2º<sup>229</sup> e oficializou denúncia dada por Balbina Anna Rosa de Nazareth contra Manoel Marques da Silva, português, carroceiro e residente na cidade, por o mesmo ter deflorado em sua residência a menor, sua vizinha, Maria de Belém, de dezessete anos, com quem entretinha “relações de namoro”. De acordo com o processo, Manoel teria empregado “enganos” assim como “promessas de casamento” para conseguir com que a menor atendesse a seus desejos.<sup>230</sup>

Balbina Anna Rosa de Nazareth, mãe da menor Maria de Belém, e testemunha arrolada nos autos do processo, declarou que seria uma pessoa pobre e sem meios para proceder com as devidas custas jurídicas, pedia para a promotoria do Estado que intervisse no caso para sanar os devidos prejuízos contra a ofensa da honra de sua filha.

Consta nos autos que depois de seu defloramento Maria de Belém, foi no dia 9 de janeiro de 1897 retirada da casa de sua mãe e levada para a Villa do Pinheiro, bairro

<sup>226</sup> *Código Criminal de 1890*. Sobre os crimes de rapto instituídos no Código Criminal de 1890, disposto no Art. 274: “Nestes crimes haverá lugar o procedimento oficial de justiça sómente nos seguintes casos: § 1º: si a offendida for miseravel, ou asylada de algum estabelecimento de caridade;”

<sup>227</sup> *Idem; Ibd.* Dispostos no Código Criminal de 1890: “Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude: Pena – de prisão celllular por um a quatro annos.” “Art. 270. Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por sedução ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genescicos: Pena – de prisão celllular por um a quatro annos.”

<sup>228</sup> *Idem; Ibd.* Art. 39: “São circunstancias aggravantes: [...] § 2º Ter sido o crime commettido com premeditação, mediante entre a deliberação criminosa e a execução o espaço, pelo menos, de 24 horas; [...] § 4º Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frivolo; [...]” Sendo enquadrado como atenuantes no artigo: “Art. 41: Também se julgarão aggravados os crimes: [...] § 3º Quando o mal do crime for augmentado, ou por circumstancia extraordinaria de ignominia, ou pela natureza irreparavel do damno.”

<sup>229</sup> *Idem; Ibd.* Art. 66: “Na applicação das penas serão observadas as seguintes regras: [...] § 2º Quando o criminoso tiver de ser punido por mais de um crime da mesma natureza, commettidos em tempo e lugar differentes, contra a mesma ou diversa pessoa, impor-se-lhe-ha no gráo Maximo a pena de um só dos crimes, com augmento da 6ª parte. [...]”

<sup>230</sup> Auto Crime de Defloramento impetrado por Luiza Flores de Oliveira contra José da Siqueira Mendes, 1896. Centro de Memória da Amazônia. Série: Crime. Sub-série: defloramento Código: 750.548.653-936. Estante: N2 Notação: 4. 1º Distrito criminal/1897.

distanciado do centro de Belém, para uma casa que Manoel Marques havia alugado e onde a mesma estaria convivendo por muitos dias em companhia do mesmo.

Em seu primeiro depoimento a menor Maria relatou que havia sido deflorada na casa de sua mãe no mês de abril do ano de 1896, o que desmentiu em segundo depoimento dizendo que foi deflorada na casa de Manoel Marques em uma rede, ou seja, meses depois de ter sido relatado o fato as autoridades. Maria disse também que foi iludida com promessas de casamento pelo mesmo Manoel, nunca antes tendo relações sexuais com outro homem, mantendo assim várias relações sexuais com o mesmo, resultando em estado de gravidez que a mesma se encontrava no dia de seu depoimento. Relatou que foi para a casa de Manoel, no dia dois de janeiro, por volta das nove horas da noite, onde permaneceu durante toda noite, seguindo na manhã seguinte para a Vila do Pinheiro em companhia do mesmo, permanecendo na casa que havia alugado.<sup>231</sup>

Em seu argumento Maria deixa-nos entrever interessantes estratégias formadoras das práticas amorosas entre os casais oitocentistas que se encontravam sob os olhos do aparato policial e jurídico. Maria de Belém havia sido deflorada meses antes de sua saída definitiva da casa de sua mãe para morar na Vila do Pinheiro com Manoel Marques. As relações amorosas e sexuais entre os dois amasios já eram constatatadamente sólidas e seu defloramento só foi denunciado por sua mãe Balbina quatro meses depois do acontecido, de acordo com depoimento da menor.

Maria utilizou como justificativa para seus atos as inúmeras promessas de casamento que foram feitas por seu amasio a ela, pois a partir da crença nas promessas continuou a manter as relações amorosas e sexuais com o dito Manoel Marques sem se opor a fugir com o mesmo quando foi solicitada. Sua mãe permaneceu em silêncio não tomando nenhuma atitude ou pedindo intervenção das autoridades, consentindo assim que a filha continuasse a manter relações amorosas com seu ofensor, só manifestando seu descontentamento e recorrendo as autoridades depois da fuga do casal.

As relações amorosas eram constantemente alvos da vigilância dos familiares e vizinhos, por conterem estratégias de conquista e usos de diversas práticas, como por exemplo, as promessas de casamento, que serviam como poderosos argumentos para a manutenção de relações sexuais entre os casais, argumento este utilizado por homens e mulheres para explicar ou justificar a existência de relações sexuais antes de uma possível oficialização do matrimônio.

---

<sup>231</sup> *Idem.*

Muitas estratégias foram utilizadas pelas supostas ofendidas nos processos crimes de defloramento, com a finalidade de defesa de seus amantes de possíveis penalidades legais e para a manutenção e proteção de relacionamentos amorosos. De acordo com Cristina Cancela seriam comuns as fugas dos casais para promoverem proteção de possíveis prisões já que as queixas-crimes eram dadas por pessoas da família, muitas vezes, à revelia dos envolvidos.<sup>232</sup>

Para a autora:

As razões para estas menores protegerem os réus das acusações estavam diretamente ligadas à esperança de ficar com eles uma vez findo o processo. O medo de acusa-los está muitas vezes associado ao fato de que os réus alimentavam a expectativa de que, caso elas desmentissem junto as autoridades serem eles os autores do defloramento, ficariam com elas posteriormente.<sup>233</sup>

Manoel era frequentador assíduo da casa de Maria de Belém com permissão de sua mãe Balbina de Nazareth, sendo sabido por diversas pessoas conhecidas que mantinham relações estreitas. Maria de Belém depois de deflorada continuou mantendo seus laços amorosos com Manoel sem, contudo, esboçar intenção de denunciar o namorado às autoridades, como sendo autor de seu defloramento. A mesma, porém de acordo com os autos do processo, fugiu com Manoel para residir na Vila do Pinheiro em condições de amasiamento até que se desse o provável casamento.

Pela leitura do processo, depreende-se que a denúncia só foi impetrada contra Manoel Marques da Silva após o mesmo ter desaparecido, fato que é relatado por Manoel Gomes Brandão testemunha no processo. Manoel e Maria encontravam-se reconhecidamente em relações de namoro, de acordo com depoimento de Antônio Martins Pereira, quarenta e oito anos, casado, português, comerciante, que serviu de testemunha no processo e que confirmou que o defloramento de Maria havia se dado por Manoel Marques da Silva, que era frequentador assíduo da casa onde residia Maria e sua mãe.

José Maria de Oliveira português, casado, comerciante de vinte e cinco anos, outra testemunha nos autos do processo também confirmou que observava “[...] constantemente Manoel Marques em casa da menor Maria de Belém [...]”, mesmo não sabendo se ambos

---

<sup>232</sup> CANCELA, Cristina Donza. 1997. *Op. Cit.* p. 91

<sup>233</sup> *Idem.* p. 96

mantinham relações amorosas confirmou saber que a mesma havia sido raptada por Manoel Marques da Silva em um dos dias de janeiro.<sup>234</sup>

Manoel Gomes Brandão, solteiro, vinte anos, português, empregado de Manoel Marques, também carroceiro, relatou nada poder afirmar sobre o defloramento de Maria de Belém, mas que era sabido por várias pessoas e que, “havia ouvido dizer” sendo fato “público” que Manoel Marques era o autor do defloramento e tinha raptado a menor da casa de sua mãe. Manoel Brandão também confirmou que Manoel Marques havia levado a namorada para a casa de Antonio Martino Pereira, que se recusou a recebê-la, levando-a para outro lugar que julgava desconhecido, depois disso desapareceu Marques, sendo ignorado seu paradeiro.

Antonio Martino Pereira confirmou que Manoel Marques, havia levado a menor até a sua casa, pedindo que a acolhesse o que recusou por ver “neste facto pouca seriedade e emcomodos futuros”. Antonio Pereira também confirmou o desaparecimento de Marques indicando que o dito só havia sumido por ter Balbina, mãe de Maria Belém, apresentado ele a polícia como autor do defloramento.

Maria Belém, porém, em seu segundo depoimento, tomado em 15 de fevereiro de 1897, dezesseis dias após seu primeiro depoimento em 30 de janeiro do mesmo ano relatou que:

[...] em dias do principiú do mez de dezembro do anno findo Manoel Marques da Silva, com promessas de casamento sedusio a respondente para ir a sua casa sem que a mãe D`ella respondente soubesse, ao que [Confuso] a respondente avista das constantes promessas de casamento que lhe fazia Marques, que Marques aproveitando=se da presença respondente em sua casa agarra=lhe pela cintura e deita a sobre uma rede e ahi conseguiu deflorar, retirando=se depois a respondente para a casa de sua mãe a mandado de Manoel Marques, prometendo=lhe ainda nessa ocasião casamento, que no dia nove de janeiro deste anno, apparecendo Marques e convidou=a para que fosse com elle morar, até realizar o seu casamento, declarando nessa ocasião que nada dissesse a sua mãe, que a respondente o acompanhou imediatamente, sendo levada para a villa do Pinheiro onde esteve alguns dias, que no auto de perguntas que já depoz, negou todas estas circunstacias, por isto lhe haver pedido o referido Manoel Marques da Silva.<sup>235</sup>

<sup>234</sup> Auto Crime de Defloramento impetrado por Maria de Belém Guimarães contra Manoel Marques da Silva, 1897. Centro de Memória da Amazônia. Documentos do Judiciário. Série: Crime; Sub-série: defloramento; Código: 750.548.653-936; Estante: N2; Notação: 4; 1º Distrito criminal/1897.

<sup>235</sup> *Idem.*

Maria de Belém confessou ter fugido com Manoel Marques para a Vila do Pinheiro sem que sua mãe soubesse do ocorrido, aceitando conviver com o mesmo na condição de amasiada até que ambos pudessem oficializar o casamento. Maria acompanhou Manoel imediatamente após a proposta mantendo-se em silêncio sobre o fato, não contando nada a sua mãe e negando estes fatos em seu primeiro depoimento a pedido de Manoel Marques.

Maria de Belém e Manoel Marques utilizaram estratégias específicas contidas nas práticas amorosas que, de alguma maneira, tornavam-se conflituosas e caíam nas malhas do campo jurídico. Em um primeiro momento, ela conseguiu manter o fato de seu defloramento em sigilo, continuando suas relações amorosas com seu namorado, protegendo a si mesma e a seu companheiro de possíveis retaliações, acreditando nas promessas de casamento que o mesmo lhe fazia, conseqüentemente após as descobertas de sua mãe sobre o ocorrido algum tempo ainda se passou antes que se dessem as denúncias sobre o defloramento.

O casal para obter maior liberdade e continuar junto fugiu para um bairro afastado do centro da cidade contrariando os códigos sociais de conduta que exigiam reparo da honra através do casamento e condenavam relações sexuais antes dos laços matrimoniais. As estratégias de fuga representam, no período, artifício importante nas tentativas de resguardar os relacionamentos amorosos de possíveis críticas e impedimentos impostos por amigos e familiares, tendo em vista que manter-se distante dos conhecidos relativizava as condutas e proporcionava tempo para o casal tentar por meios de negociação resolver os possíveis conflitos com a família da deflorada e com a sociedade ao entorno.

O desaparecimento do deflorador Manoel Marques, deixando Maria de Belém grávida, possibilitou um clima de maior tensão entre o casal e a mãe da menor, que recorrendo as vias legais para exigir reparação da honra da filha também tentava promover, pelas vias da constituição do casamento legal, que o ofensor cumprisse as promessas feitas a suposta vítima da sedução garantindo assim a manutenção da ordem familiar e as responsabilidades com a criança que nasceria.

As fugas masculinas, no entanto, não necessariamente representavam uma fuga à responsabilidade, as vezes, caracterizavam uma tentativa de proteção já que as prisões por defloramento eram comuns. Os dois depoimentos de Maria de Belém nos mostram primeiro a negação da fuga, a contradição das datas do defloramento, onde em primeiro depoimento relatou que seu defloramento havia ocorrido no mês de abril de 1896 em casa de sua mãe; no segundo depoimento, relatou que havia sido deflorada em casa de Manoel Marques da Silva no mês de dezembro do mesmo ano.

No primeiro depoimento de Maria de Belém também consta que quatro meses após seu defloramento sua mãe Balbina desconfiada a havia interrogado, questionando se a mesma ainda era virgem o que foi confirmado pela menor. Manoel Marques também interrogado por Balbina no mesmo período confessou o defloramento. Consta também no primeiro depoimento de Maria de Belém que sua mãe Balbina havia ficado em silêncio após a descoberta do defloramento de sua filha consentindo que o casal continuasse a viver amigavelmente. Já em segundo depoimento Maria de Belém confessou que seu defloramento se deu em dezembro saindo da casa de sua mãe em 9 de janeiro para a Vila do Pinheiro a fim de conviver com Manoel.

A denúncia de Balbina se deu em início de fevereiro e em três de fevereiro foram arroladas testemunhas para o processo, contradizendo os depoimentos de Maria de Belém que dizia que sua mãe sabia do acontecido, que seu defloramento já tinha um ano, não dando providências ou denúncias sobre o fato e permitindo que o casal mantivesse sua relação amorosa.<sup>236</sup>

Observando atentamente os depoimentos de Maria de Belém podemos perceber que apenas três meses se passaram entre o defloramento e a denúncia de sua mãe Balbina e que seus depoimentos contraditórios estariam supostamente tentando proteger seu namorado Manoel Marques de possíveis penalidades. Estes discursos impetrados por Maria de Belém a fim de proteger Manoel Marques podem ser compreendidos como estratégias singulares embutidas nas práticas amorosas cotidianas de mulheres populares para a manutenção de seus relacionamentos e proteção de seus pares.

Logo após a abertura do processo envolvendo Maria de Belém e Manoel Marques da Silva o caso foi solucionado através da instituição legal, onde em 28 de abril de 1897, ambos receberam-se em matrimônio perante o Doutor Antonio Nunes, Juiz Substituto do Primeiro Distrito, na sala de audiências do dito Juiz no palacete do estado, servindo de testemunhas João Martins Gaspar e João Siqueira.<sup>237</sup>

Podemos perceber nas estratégias contidas no processo de Maria de Belém e Manoel Marques da Silva que os discursos dentro de uma observação da lógica de poder se estabeleceram a partir de prismas diferenciados, suas práticas amorosas e práticas sexuais foram apreendidas pelo poder jurídico a bem da normatização das condutas dos envolvidos, porém os envolvidos articularam-se em torno do poder jurídico e dialogaram com ele implementando suas próprias estratégias. A suposta vítima Maria de Belém articula seus

---

<sup>236</sup> *Idem.*

<sup>237</sup> Auto de defloramento da menor Maria de Belém. 1879. Código: 750.548.653-936; Estante: N2; Notação: 4; 1º Distrito criminal; Ano: 1897.

depoimentos de acordo com a compreensão que possui de seu relacionamento amoroso, tendo em vista seus depoimentos contraditórios, podemos considerar que estaria tentando proteger seu namorado e garantir a manutenção de suas relações.

Manoel Marques da Silva, por sua vez, para garantir que nenhuma penalidade legal recaísse sobre si a *priore*, empreende fuga para só depois de todas as testemunhas e envolvidos(as) serem ouvidos(as) em depoimento, reaparecer para o casamento institucional. Em contrapartida a mãe da suposta vítima, Balbina, acessou os mecanismos institucionais de normatização para garantir que a honra de sua filha fosse reparada.

A partir das ações dos envolvidos que se repercutem nos autos do processo podemos considerar que as relações de poder podem ser captadas em suas extremidades, dialogando incessantemente entre os indivíduos e estabelecendo nas relações de gênero especificidades que não se circunscrevem apenas nas instituições legitimadas pelo Estado, no caso aqui abordado o poder judiciário.

Desta forma, antes da condenação institucional das práticas amorosas e das práticas sexuais embutidas nas conjugalidades amasias podemos considerar que as lógicas normativas do comportamento burguês já permeavam a compreensão da população mais pobre de Belém, por exemplo, a reparação da honra de Maria de Belém exigida por sua mãe Balbina foi requerida através da intervenção judicial, demonstrando que sobre a compreensão da mesma as instituições legais deveriam intervir para normatizar o comportamento da filha e de seu namorado e garantir a assistência prévia para a suposta vítima que se encontrava grávida.

Vamos observar o caso de Ernestina de Castro e Domingos de Oliveira Bastos, ela, portuguesa, domiciliada em Belém, dezessete ou dezenove anos,<sup>238</sup> solteira; ele, também português, vinte e nove anos, solteiro e comerciante. Ernestina de Castro fora deflorada por Domingos Bastos, mas a denúncia foi dada por Manoel Fernandes de Souza, cunhado da suposta vítima, português, comerciante e dono da residência onde a mesma se encontrava domiciliada há pelo menos um ano, desde que havia chegado da Europa.<sup>239</sup>

Consta nos autos do processo que Domingos Bastos começou a entreter relações de amizade com Manoel Fernandes de Souza, que por um período de dois meses não havia se dado conta que o dito Domingos começou a manter relações de namoro como sua cunhada Ernestina. Relatou Manoel de Souza que as relações de namoro mantidas entre o casal eram

<sup>238</sup> Auto de Defloração de Dona Ernestina de Castro, 1895. A informação sobre a idade de Ernestina de Castro encontra-se imprecisa, constando no processo ora que tinha dezessete anos, e em seu depoimento que tinha dezenove anos incompletos. Arquivo Público do Estado do Pará. Doc. 4 - ano 1895/mês: setembro. Área: Segurança Pública; Fundo: Chefatura de Polícia; Série: Autos 1888 á 1931.

<sup>239</sup> *Idem*

furtivas e Domingos buscava sempre sua ausência, “chegando ate a procurar da tarde da noite abrir a porta da rua para naturalmente procurar falar a sós com ella”.<sup>240</sup>

Manoel desconfiando do comportamento de sua cunhada Ernestina de Castro procurou saber da mesma os acontecimentos no que a repreendeu pelo seu comportamento, ao indagar Domingos sobre as intenções que tinha, recebeu como respostas algumas “evasivas”. Deu-se que, de acordo com depoimento de Manoel, Ernestina saiu de casa e procurou abrigo junto a Adriana, que viveria em uma casa na travessa da Estrella cujo dono seria o próprio Domingos Bastos. Assim Manoel Fernandes de Souza reputando ser sua cunhada ainda virgem procurou as vias legais para intervir sobre o comportamento desta, acreditando que a mesma teria sido vítima de sedução, tendo em vista que Bastos que antes estava domiciliado na travessa da Piedade teria passado, a partir da fuga de Ernestina para a casa de Adriana, a dormir no seu estabelecimento a travessa da Estrella que daria acesso para a dita casa.

Manoel Fernandes de Souza estava requerendo junto aos dispositivos legais exame de corpo de delito em Ernestina e inquérito para que se tomassem os depoimentos de Domingos Bastos e Adriana Santos, a fim de comprovar a honestidade de sua cunhada e a depositar em poder e guarda de alguma família que pudesse acolhê-la. O que não ocorreu.

O auto de perguntas feitas a Dona Ernestina de Castro foi realizado na travessa da Estrella em casa de Adriana Santos onde estava morando, constando que teria declarado que a mais ou menos um ano havia vindo de Portugal morar na casa de seu cunhado Manoel Fernandes onde havia se conservado até uma semana antes da presente data, (quatro de setembro de 1895), e era virgem, até que na presente data não se conservava mais “honesta”, pois, Domingos Bastos havia mantido relações com ela. No parágrafo que se segue do mesmo auto de perguntas Ernestina contradiz sua primeira declaração relatando que o autor de sua “desonra” teria sido um seu compatriota de nome Antonio, ainda em sua terra e que havia se mudado para a casa de Adriana por livre e espontânea vontade sem que para isso houvesse convite nem promessas de Domingos Bastos.

No mesmo dia, novo depoimento foi tomado de Ernestina de Castro, que refez suas declarações afirmando que o autor de seu “desvirginamento” foi Domingos Bastos e que no seu primeiro depoimento havia dito ser supostamente Antonio de Camargo “com o fim unicamente de inocentar o verdadeiro autor”. Disse também que Domingos lhe prometeu casamento e que só na primeira noite após sua saída da casa do cunhado dormiu em residência de Adriana, que nas outras noites estaria dormindo no estabelecimento de Domingos respondendo a chamado do mesmo.

---

<sup>240</sup> *Idem. Ibid.*

Ernestina de Castro assim como Maria de Belém contradizem os fatos ocorridos e negam em seus depoimentos uma possível culpabilidade dos homens envolvidos em seus defloramentos, articulando desta forma possíveis diálogos com a justiça para inocentar os namorados. Ernestina de Castro nega *a priori* que o autor de seu “desvirginamento” tenha sido Domingos Bastos culpabilizando um terceiro personagem, Antonio, pelo fato.

Ernestina ao procurar abrigo na casa de Adriana, casa conjugada ao estabelecimento comercial de Domingos estabelece, mesmo que a revelia de sua família, uma prática amorosa comum às mulheres das camadas populares: o amasiamento. Ernestina também nega em primeiro depoimento que Domingos tenha feito qualquer promessa a ela, fato que é desmentido em segundo depoimento, tendo em vista que afirmou que foram feitas promessas de casamento.

De acordo com Cristina Cancela, a concordância da “livre e espontânea vontade” apresentada por muitas jovens nos autos de defloramento e utilizada por Ernestina de Castro, simboliza a negação do fato de haverem sido seduzidas por seus namorados, dificultando a abertura dos autos policiais e o desenrolar de processos mais complexos.<sup>241</sup> Esta estratégia, também empreendida por Maria de Belém quando afirmava ter fugido com seu deflorador para a Vila do Pinheiro sem questionar, localizam as supostas vítimas como agentes atuantes dentro das relações de poder e não como agentes passivas destas relações, pois dialogavam diretamente com as possíveis sanções que poderiam ser atribuídas a seus atos, sanções estas que punitivamente poderiam vir de suas famílias e de uma ordem social que se impunha. Ainda para Cancela:

A despeito de poderem utilizar-se dos mecanismos abertos pela justiça para tentar dar continuidade ou retomar um namoro nos termos de uma relação mais duradoura, como fizeram muitas outras meninas, estas menores que se recusaram a assumir o discurso dos legistas atualizado na fala dos escrivães, chefes de segurança, promotores, juízes e muitas vezes de seus próprios parentes, preferiram a ideia de responder por si mesmas sobre seus atos, não legando aos juristas o direito que pleiteavam de protegê-las.<sup>242</sup>

Reforçando a análise de Cancela e caminhando para além podemos inferir que as resistências aos aparatos do judiciário e aos discursos normativos caminham em consonância as expectativas das próprias envolvidas nas questões de defloramento.<sup>243</sup> Estas resistências, por vezes intencionais, não excluiriam uma série de objetivos das envolvidas denotando o uso

<sup>241</sup> CANCELA, Cristina Donza. 1997. *Op. Cit.* p. 103

<sup>242</sup> *Idem.*

<sup>243</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber. Op. Cit.* 2011 p. 105-106.

articulado das relações de poder existentes intrinsecamente em suas práticas amorosas e sexuais. Os pontos de resistência estão concatenados às relações de poder logo podem ser percebidos como inerentes às relações de gênero que se estabelecem socialmente, deste modo as práticas amorosas estabelecidas a revelia de uma normatização dos comportamentos também se configuram tão somente no campo das relações de poder flexibilizando este mesmo campo e auxiliando em sua dinâmica não extática.

Domingos de Oliveira Bastos o suposto deflorador de Ernestina de Castro também prestou dois depoimentos, o primeiro na rua da Pedreira esquina com a travessa da Piedade em sua residência e ao ser inquerido nos autos declarou que só via Ernestina de passagem e na casa de Manoel Fernandes, que algumas vezes falou com ela em presença do mesmo e que nunca “dera lugar a promessa alguma”, “ouviu dizer” que o mesmo Manoel tendo posto sua mulher para a rua deu-se que sua cunhada “foi para uma puchada”<sup>244</sup> na Rua do Rosario donde mora uma mulata de quem não sabe o nome e tem filhos moços”. Disse também Domingos que não foi o autor do defloramento de Ernestina, bem como não sabia se ela era virgem ou não e que nunca havia tido cópula com ela.

Em seu segundo depoimento, prestado no mesmo dia, porém, nas dependências do quartel do corpo de polícia, Domingos Bastos declarou que nunca procurou seduzir Ernestina para “fins ilícitos com promessas de casamento” e foi Manoel que a pôs para fora de sua casa indo por isso ela morar junto com Adriana na puxada anexa a seu estabelecimento e que também é de sua propriedade, disse ainda que teve cópula com ela produzindo seu “desvirginamento” no dia seguinte a sua chegada. Declarou Domingos que estaria disposto “a fim de evitar as penas da lei efectuar casamento”, para reparar o mal de que ele havia sido autor.

O auto crime de defloramento de Ernestina de Castro encontra-se incompleto não nos permitindo avançar sobre o desenrolar dos fatos, porém em folha anexa consta que Domingos Bastos foi detido a Cadeia Pública de São José em sete de setembro de 1895, não sabemos se o casamento se deu, como no caso de Maria de Belém, nem por quanto tempo o mesmo ficou detido, ou ainda se acabou recusando-se ao matrimônio sendo enquadrado nas devidas penalidades.<sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> Cf.: TRINDADE, José Ronaldo. *Errantes da Campina*: Belém 1880-1900. Campinas: [s.n], 1999. De acordo com José Ronaldo Trindade as habitações do século XIX em Belém constituíam-se em mesclas de casarões e sobrados das famílias mais abastadas, assim como cortiços e habitações de um cômodo que serviam para as famílias pobres. “Puxadas” por tanto seria uma nomenclatura popular para as habitações menores, pouco higiênicas localizadas em bairros periféricos ou isoladas em ruas do centro da cidade que serviam para habitação de pessoas com menores posses.

<sup>245</sup> *Código Criminal de 1890*. As penalidades dispostas no Código Criminal de 1890 para defloramento e rapto seriam a prisão celular por um a quatro anos, e para possíveis raptos seria o disposto no Art. 270: “Tirar do lar

Todas as estratégias impressas nestes processos demonstram finas linhas que se estabelecem entre as práticas amorosas e as práticas sexuais que, por vezes, se aproximam e por vezes se afastam. O que realmente constitui as entrelinhas destes autos de defloramento? A manutenção da família salubre através da higienização do casamento legalmente constituído? A repressão da sexualidade feminina a partir da judicialização de seus comportamentos desviantes?

Poderíamos considerar que as entrelinhas destes processos aqui expostos concentram mais que as respostas para estes questionamentos. Para além de uma manutenção da família e para além das interdições da sexualidade podemos considerar que tais diálogos estabelecidos escondem limites possíveis para pensarmos as práticas amorosas e as práticas sexuais como elementos importantes nas relações de poder se considerarmos que as denúncias foram dadas por terceiros, ou seja, familiares das supostas vítimas e não por elas.

Vamos tentar observar as práticas amorosas e as práticas sexuais definidas nestes autos de defloramento a partir de dois dispositivos foucaultianos, *dispositivo de alianças* e *dispositivo da sexualidade*. Primeiro vamos tentar entender estes dois dispositivos tão importantes a nossa observação. De acordo com Foucault é admissível pensarmos que as “relações de sexo” deram lugar ao “dispositivo de aliança” que seriam os sistemas de matrimônio, as formas de conduzir e elaborar as dinâmicas do parentesco, da conjugalidade, da transmissão de bens e de nomes, reforçados por saberes diversos e complexos, que por sua vez teriam sido sobrepostos pelos “dispositivos da sexualidade”.<sup>246</sup>

O *dispositivo de aliança* estaria estruturado em torno de um sistema de regras que estabeleceria o “proibido” e o “permitido”, o “prescrito” e o “ilícito”, teria como um de seus objetivos principais “reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege” sustentando os vínculos entre os parceiros e definindo seus status relacionais. De acordo com Foucault, o *dispositivo de aliança* ordena-se para uma regulação interna do corpo social, para a manutenção de condições estáveis de sobrevivência e para a sustentação do diálogo com o direito e com a manutenção da reprodução de mecanismos de regulação do sexo.

O *dispositivo da sexualidade*, contudo teria o objetivo não de reproduzir, mas de “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”. Os prazeres do corpo são pertinentes, assim como as sensações mais tênues articulando-se através de numerosas teias,

---

domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, atrahindo-a por sedução ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genesicos: Pena – de prisão cellular por um a quatro annos.”

<sup>246</sup> FOUCAULT, Michel. 2011. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit. p. 117

em que o corpo se estabelece como economia, consumindo e sendo consumido, produto e produzido.<sup>247</sup>

O *dispositivo de aliança* para Foucault se estabelece como regulador e reprodutor do “proibido” e “permitido”, e o *dispositivo da sexualidade* traz como elemento as sensações do corpo e a qualidade dos prazeres, podemos pensar as práticas amorosas no século XIX como parte integrante destes dispositivos, auxiliando a definir a partir de seu conjunto de regras, estabelecidas por grupos sociais distintos, a produção de relações de conjugalidade.<sup>248</sup>

Para Foucault, o *dispositivo de aliança* não foi substituído nem inutilizado pelo *dispositivo da sexualidade*, o segundo estaria sobreposto ao primeiro, e só a partir do primeiro que o segundo pode se instalar, (re)valorizando o corpo e a sexualidade como objeto de saber e elemento de poder. A sexualidade, segundo Foucault, brota de uma técnica elaborada de poder que esteve anteriormente centrada no *dispositivo de aliança*, que colocava em questionamentos no tribunal da penitência o sexo, o adultério, as relações fora do casamento, ou seja, muitos artifícios da conjugalidade, que se instituíram posteriormente como problemática da carne, das sensações, do consentimento dos desejos, da natureza do prazer, reforçando-se a partir da aliança para constituir e fixar no corpo social a família como reguladora da sexualidade.<sup>249</sup>

Desta maneira, podemos refletir que as estratégias no campo amoroso que complexibilizaram as práticas amorosas e as práticas sexuais elaboraram novas dimensões para o exercício da sexualidade. Os discursos que reforçaram a importância do casamento como elemento de higienização social e os mecanismos legitimadores que se apresentavam para o estabelecimento das regras passaram a usar a família como conexão entre a sexualidade e a aliança.

De acordo com Foucault, “a família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade”, passando a implantar nestas conexões de poder a fixação do *dispositivo de aliança* e do *dispositivo da sexualidade* na forma da família, isso nos permite compreender que a instituição do casamento tenha sido colocado como lugar obrigatório dos afetos, do amor e do exercício da sexualidade.<sup>250</sup>

---

<sup>247</sup> FOUCAULT, 2011. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit. p. 118 “Numa palavra, o dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social [...]”. O uso do termo homeostase foi criado em 1932 por Walter Bradford Cannon a partir do grego *homeo* similar ou igual, *stasis* estático. Na Biologia homeostase seria a propriedade de um sistema aberto, composto por seres vivos especialmente, de regular o seu ambiente interno para manter uma condição estável.

<sup>248</sup> FOUCAULT, 2011. Op. Cit.

<sup>249</sup> *Idem*. p. 119

<sup>250</sup> *Idem*. p. 119.

Em 4 de janeiro de 1890, o jornal *Diário de Noticias* publicou um “drama” que intitulou “Processo Bandeira”, tomando quase uma página inteira do periódico, contava o triangulo amoroso entre Jesuína Rosa Monteiro, seu amásio Antonio Rocha e o possível amante de Jesuína, o escrivão Raymundo Bandeira. O periódico tomou por base a denúncia feita pelo Promotor Publico da Capital, José Victor Ferreira Netto ao Juiz do 3º Distrito Criminal contra Antonio Rocha, português, que se encontrava foragido até a data referida acusado de assassinar Raymundo Bandeira. O artigo expõe o seguinte fato:

O denunciado vivia, há muitos annos, com Jesuína Rosa Monteiro, de quem tinha vários filhos morando a estrada de S. José, na casa n 30, sempre na melhor harmonia.

Ultimamente começou a nutrir desconfiança de sua amazia, a quem censurava por entreter relações e frequentar a casa do falecido escrivão Raymundo Bandeira, de quem tinha ciumes, no dizer das testemunhas do presente inquérito. Sabendo que, Jesuína e seus filhos, tinham vindo uma noute para casa em carro alugado do arrayal de Nazareth e pago pela vitima, começou a espreita-la com funestas intenções.

Jesuina desapercebida dos intentos de Rocha, nada receiava e continuando a manter as mesmas relações amistosas com a familia do finado, no dia 1º de novembro ultimo passou em casa d’ella, grande parte do dia, voltando as 7 horas da noute, sendo acompanhada até a estação da companhia urbana pela victima, que tomou direção diversa.

Por volta das 10 horas da noute do referido dia 12, o mal fadado Raymundo Bandeira, tomando um carro em Nazareth, ordenou ao cocheiro que o conduzisse a estrada de S. José, observando-lhe que estacionasse na travessa de Santo Amaro [...]

Chegado que foi no ponto indicado, Bandeira tomando a estrada, entrou em casa de Jesuína, amazia do denunciado, onde segundo se infere dos exames local e cadavérico e depoimentos das testemunhas, tirou o frack, colete e gravata.

O denunciado que segundo parece se achava emboscado nas circunvizinhanças, pouco tempo depois dirige-se para casa, abre a porta com a chave que tinha em seu poder, e procurava entrar pela da salla, que estava fechada; arrombala foi obra de instantes, surpreendido, Bandeira não tem tempo de defender-se e procura fugir, e a desordem encontrada na sala mais parece effeitos de uma perseguição do que verdadeiramente de uma lucta; dirigindo-se para a varanda, pela alcova, Bandeira quer ganhar o corredor para sahir, quando uma bala atravessando-lhe o tórax e ferindo-lhe o pulmão, mata-o instantaneamente [...].<sup>251</sup>

De acordo com a denúncia transcrita em forma resumida pelo periódico, Jesuína supostamente mantinha relações amorosas com Raymundo Bandeira mesmo sendo amasiada com Antonio Rocha e possuindo muitos filhos desta relação. Pelo exposto no periódico, Jesuína era frequentadora da casa de Raymundo Bandeira onde parecia ter plena liberdade

<sup>251</sup> *Diário de Noticias*. [Belém], 4 de jan. 1890, p. 03

para entrar e sair nutrindo boas relações com sua família, usufruindo determinados benefícios como andar em carros de aluguel providenciados pelo mesmo para deixá-la em sua casa com os filhos depois de um passeio ao arraial de Nazareth, local onde a igreja católica fazia diversas quermesses e festas religiosas.

Ainda consta que Bandeira a acompanhava em determinadas circunstâncias, por exemplo, a estação. Tais benefícios proporcionados por Raymundo Bandeira haviam despertado ciúmes em Rocha que não tardou em armar uma possível emboscada para flagrar os amantes. Rocha esperava Raymundo Bandeira de revólver em punho, na porta da sala, não dando chances de defesa a vítima que foi surpreendida dentro da casa da amasia sem determinadas peças de vestuário como fraque, colete e gravata<sup>252</sup>, o que infere o grau de intimidade entre Raymundo e Jesuína.

Interessante notarmos que no arranjo amoroso disposto pelo periódico alguns elementos nos chamam atenção, mesmo não dispendo do processo em sua íntegra, chama a atenção que as relações estabelecidas entre Jesuína e Raymundo Bandeira não pareciam ser camufladas ou escondidas, pois Jesuína mantinha relações com a família de seu amante e o mesmo frequentava sua casa gozando de alguma liberdade. Antonio Rocha amasio de Jesuína também era conhecedor das relações de sua amasia com Bandeira e, de acordo com as testemunhas, censurava a mesma por entreter tais relações e ser visitante assídua da casa do escrivão nutrindo já desde algum tempo ciúmes.

Pelas pistas do documento Antonio Rocha mantinha relações com Jesuína dentro de certo trato de estabilidade visto os muitos filhos que possuíam, o fato de estarem juntos há anos, de acordo com o periódico, e ser possuidor da chave da porta de entrada da casa, além de ter chamado a atenção de sua amasia para as relações estreitas que mantinha com Bandeira e que não lhe agradavam. Jesuína por sua vez possuía benefícios disponibilizados por Bandeira que a acompanhava em determinados lugares e lhe alugava carros para os passeios com os filhos assim como frequentava a casa dos amasios.

O artigo “Paixão, crime e relações de gênero” de Magali Engel sinaliza pontos determinantes sobre as relações de gênero e importantes referências das práticas amorosas presentes nos conflitos entre casais no Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1930. Embora não adentro diretamente em sua análise sobre as práticas amorosas das mulheres a autora descortina uma gama vasta de conflitos envolvendo homens e mulheres e seus

<sup>252</sup> *Diário de Notícias*, [Belém], 4 de jan. 1890, p. 03. Raymundo Bandeira tinha por profissão escrivão o que lhe permitia certas posses e a descrição de determinadas peças de seu vestuário indicam que o mesmo se trajava de acordo com seu *status* social, pois dentre as classes populares não seria comum os homens portarem fraques, coletes e gravatas, vestindo-se com a simplicidade das “mangas de camisa”, ou seja, calças de algum brim ou tecido mais fino e camisas de mangas curtas mesmo em ocasiões consideradas mais especiais.

comportamentos sexuais e afetivos. Em sua investigação a autora notou que as relações de conjugalidade observadas nos processos pesquisados são encabeçadas por amasiamentos e casamentos legalizados, demonstrando a forte importância do amasiamento e seu uso extensivo pelas classes populares no Rio de Janeiro.<sup>253</sup>

Mesmo diante da imprecisão do termo amasiamento, Engel ressalta que ele foi amplamente utilizado, sobretudo, para indicar relações amorosas de casais que viviam sobre o mesmo teto, porém, não legitimados pelo casamento institucionalizado, o termo também foi utilizado durante o século XIX e princípios de XX para referir relações entre amantes que não coabitavam.<sup>254</sup>

Observamos a utilização do termo amasios em fontes jornalísticas e processos judiciais pesquisados e compreendemos a partir das entrelinhas documentais e das estratégias empregadas pelos casais como fugas e os próprios defloramentos que o amasiamento era considerado, pelas envolvidas e envolvidos, como recurso possível ao empreendimento da conjugalidade.

As relações amorosas das mulheres das camadas populares não se pautavam somente nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da tutela masculina. As mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais e tornando-se alvo de disputas entre os homens, contrariando o que deveria se configurar no bom comportamento. A partir desta perspectiva, percebemos através das fontes que as relações amorosas compreendidas como ilícitas pela sociedade burguesa oitocentista poderiam ser facilmente criminalizadas se envolvessem questões que de alguma maneira representassem a desagregação da ordem e da moral almejados.

Em “Couro Imperial”, de Anne Macclintock, uma história inicia uma importante reflexão: a história do advogado Arthur Munby e da criada Hanna Cullwick, que a partir de 1854 viveram “um intenso e clandestino caso de amor”, quatro anos amasiados “na aparência, como patrão e empregada” sobre o mesmo teto, para só após dezenove anos de relacionamento o casamento “legal” ser constituído. O encontro clandestino de Munby e Cullwick traça um importante paralelo entre gênero, classe, raça, assim como práticas amorosas e sexuais que dialogam constantemente com os discursos oitocentistas.<sup>255</sup>

---

<sup>253</sup> ENGEL, Magali Gouveia. 2000. *Op. Cit.* p. 162

<sup>254</sup> *Idem.*

<sup>255</sup> MACCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp. 2010, p. 201

Submersos em um mundo próprio, Munby e Cullwick deixaram em volumosos diários a escrita de práticas do casal que perpassavam pelo fetichismo, pela sexualidade e porque não dizer pela construção de suas práticas amorosas, estas delimitadas, possíveis para pessoas distintas, que ocupavam socialmente lugares específicos, perpassados pelo gênero e pela classe, que exigiram de ambos a clandestinidade não somente por serem atravessados pelos códigos de conduta e higienização da sexualidade no século XIX, mas também por estes mesmos códigos normativos possibilitarem o discurso da incompatibilidade entre ambos no que tange a suas práticas amorosas.

As práticas amorosas colocadas em discurso para as mulheres das camadas populares no século XIX esteve intrinsecamente ligada a normatização do comportamento sexual, a medida que propunha a higienização da sexualidade através do casamento legalmente e religiosamente constituído, proposta esta que Munby e Cullwick acataram após dezenove anos de clandestinidade.

Entendo que a proposta de Macclintock seguramente não desejou atravessar a desconfiança que proponho, visto que a autora esclarece que o seu desejo foi “explorar o fetichismo como um fenômeno mais complexo e historicamente diverso que não pode ser reduzido a uma única narrativa masculina e sexual de suas origens”. Sua proposta foi a desafiadora análise “da primazia do falo no âmbito do fetichismo” criticando e alargando as teorias freudianas e lacanianas do fetichismo, elaborando uma história complexa e variada em que a “classe e a raça desempenham um papel tão formador quanto o gênero”. Porém se Macclintock em sua proposta avança consideravelmente para elaborarmos novas análises sobre o campo da sexualidade também possibilita pensar esta mesma sexualidade atravessada pela construção das possíveis práticas amorosas que sobre meu ponto de vista podem em dados momentos estar presentes nas práticas sexuais humanas.<sup>256</sup>

Margareth Rago observa que a história pode ser pensada “como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o “diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder”, o que nos admite pensar através de novos questionamentos sobre as nossas próprias proposições de “poder e das relações que se estabelecem entre poder e saber”. O poder invisível, positivo, molecular que escapa das instâncias do poder jurídico atingem a todos no campo social “constituindo redes de relações das quais ninguém escapa”, tecendo enunciados de verdades e questões falseadas que acabam por invisibilizar e/ou

---

<sup>256</sup> *Idem.* p. 208

naturalizar na construção do conhecimento histórico os discursos sobre determinados objetos.<sup>257</sup>

O século XIX auxiliou na divisão das tarefas e na segregação sexual dos espaços definindo o lugar das mulheres no tecido social como sendo “a maternidade e a casa”, contudo podemos perceber e “reencontrar as mulheres em ação, inovando em suas práticas, dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história” a partir do momento que suas práticas amorosas atravessaram as normas reguladoras circunscritas nos discursos da moralidade, do casamento e da normatividade científica.<sup>258</sup>

Apesar das possíveis repressões aplicadas sobre as mulheres das camadas populares para evitar que seus comportamentos fugissem do controle das instituições republicanas em fins do século XIX, elas conseguiam através de mecanismos próprios infringir as normas estabelecidas, tecendo entre a sociedade e seu cotidiano suas próprias representações sobre o comportamento ideal, fazendo-nos perceber que muitas vezes não se sentiam obrigadas a submissão as normas vigentes, possivelmente não compreendendo a si mesmas como sujeitos provocadores de desordens sociais.

Desafiar a ordem poderia vir da simples demonstração pública de sentimentos que deveriam ser reprimidos ou ao menos guardados, escondidos, camuflados a bem de um comportamento moral dito saudável e correto, a bem da manutenção e da preservação da família legalmente instituída, moralizada e higiênica, formada pelo casamento e não pelas ligações consensuais ou licenciosas.

Vale destacar que, em fins do século XIX, todo um discurso médico pautado na higienização e na moralização dos comportamentos para uma vida saudável foi difundido, estes discursos recambiavam práticas sexuais incorporadas no cotidiano social como insalubres e doentes, as relações ilícitas, incestuosas, a homossexualidade, dentre outras práticas relacionadas a uma sexualidade desviante e nociva, foram destacadas como desagregadoras do tecido social e disseminadoras de doenças.

A forte contraposição da prostituta com a moça de família no século XIX foi reforçada pelos saberes médicos que condensavam as práticas amorosas e as práticas sexuais ao espaço do casamento legalmente constituído, sancionado como lugar da higiene dos corpos, onde o sexo estava habilitado para a procriação e todas as relações amorosas e sexuais que escapavam desta regra estavam enquadrados por uma normatização do desvio, dos

---

<sup>257</sup> RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*; Rev. Soc. da USP, S. Paulo, n. 7, v. 1-2, p. 67-82, out.1995. p. 77

<sup>258</sup> PERROT, Michelle. 1988. *Op. Cit.* p.168-186.

prazeres ilícitos, de uma sexualidade doente, relacionados a degenerescência racial e aproximados as práticas “selvagens”.<sup>259</sup>

Algumas representações foram construídas historicamente com base nas desigualdades de sexo e de gênero. Conceitos importantes sobre “sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros, que estruturaram os princípios da Ciência Moderna, foram identificados com o “masculino”” e “objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza etc., sobre os quais os primeiros se impõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se construiu como o “feminino”” o que transformou em representações de poder e de manipulação do mesmo as construções científicas sobre a mulher e as relações de gênero.<sup>260</sup>

A sexualidade feminina foi construída a partir de um conhecimento que o concebia como racional que pretendeu transformar e controlar forças entendidas como naturais ou femininas, ligadas às forças primitivas da natureza humana e das paixões desviantes. De acordo com Sardenberg, “o androcentrismo tem contribuído para a produção de teorias sobre as mulheres que as(nos) representam como seres inferiores, desviantes ou só importantes no que tange aos interesses masculinos”.<sup>261</sup>

De acordo com Rago, a prostituição foi reestabelecida “num complexo campo de redefinição de papéis e de valores, a prostituta foi construída como um contra-ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina”, porém de que liberdade estaríamos falando, da liberdade sexual sem dúvidas, mesmo as mulheres exercendo sua sexualidade dentro de outros campos de significação a “pecha” de prostitutas começou a rondar como um fantasma todas aquelas que desenvolviam sua conjugalidade dentro de outros modelos e códigos, sendo assim a elaboração médico-policial da identidade da prostituta “facilitou a internalização do modelo ideal da boa dona-de-casa, por oposição”.<sup>262</sup>

Podemos observar que nos processos de defloração a constituição do saber médico e científico era primordial para a confirmação da perda da virgindade e não obstante se esta “perda” não fosse comprovada através dos laudos periciais a “vítima” era confrontada com diversas acusações sobre a sua moral e a sua lascívia. No Auto de exame e corpo de

<sup>259</sup> Cf.: RAGO, Luzia Margareth. *Imagens da Prostituição na Belle Époque Paulistana*. São Paulo. *Cadernos Pagu* (1). 1993; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense. 2004; VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

<sup>260</sup> SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar,. *Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?* In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Bahianas, 2002. p. 89-120. p. 96

<sup>261</sup> *Idem*. p.97

<sup>262</sup> RAGO, Luzia Margareth. 1993. *Op. Cit.* p. 34. Cf.: RAGO, Luzia Margareth . *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

delito procedido em Ernestina de Castro, constaram as seguintes observações periciais feitas pelos doutores em medicina João Uchôa e Lima Guimarães:

Primeiro se houve defloramento, Segundo qual o meio empregado Terceiro se houve copula carnal?

Quarto se houve violencia para fim libidinoso?

Quinto quaes ellas sejam ? finalmente qual o valor do danno causado.

Em consequencia passarão os peritos a fazer exame e investigação ordenadas. Concluidas as quaes declararão o seguinte:

Em examinando a paciente Ernestina de Castro a encontramos de pubis completamente desenvolvido os grandes lábios aproximados na parte superior e ligeiramente afastados na parte inferior, a membrana hymen[...], digo achava-se dilacerado [...] recentemente.

Apresentava pelo toque vaginal uma certa dificuldade a introdução do dedo explorador e que portanto respondem: a primeira sim, ao segundo o pênis ao terceiro sim ao quarto não ao quinto [...] E quanto ao danno é inestimável<sup>263</sup>

O exame de corpo de delito foi essencial para comprovar que Ernestina de Castro havia sido deflorada e para localizar aproximadamente, mesmo que sem precisão o tempo do defloramento, o objeto empregado no mesmo e as condições de violência existentes na relação sexual. Os peritos constataram que Ernestina de Castro havia sido deflorada recentemente não constando violência física no ato sendo a descrição da vagina de fundamental importância para compor o exame, a dificuldade da introdução do dedo explorador, a aparências do púbis, dos grandes e pequenos lábios poderia ser descrito como evidência e prova cabal de que a vítima seria propensa a libidinagem e a sexualidade pervertida, não sendo o caso constatado nesse exame.

No caso da menor de 14 anos, Raymunda Pimentel, parda, cujo acusado de seu defloramento teria sido o amasio de sua mãe Luis Antonio Nogueira, e o denunciante o tio da jovem Manoel Fialho, o exame de corpo de delito não foi tão favorável, constando no mesmo o seguinte:

[...] verificamos completo desenvolvimento dos órgãos sexuais externos; a púbis revestida a poucos pelos; os grandes lábios, mais ou menos aproximados na parte superior e ligeiramente afastados na parte inferior; os pequenos muito desenvolvidos e de coloração escura a membrana hymen dilacerada completamente em varios retalhos por relações de continuidade já completamente cicatrizadas pelo exame da vagina notamos uma certa resistência a penetração do dedo explorador. [...] Pelo exposto julgamos o

<sup>263</sup> Auto de Defloramento de Dona Ernestina de Castro, 1895. Arquivo Público do Estado do Pará. Doc. 4 - ano 1895/ mês: setembro. Área: Segurança Pública; Fundo: Chefatura de Policia; Série: Autos 1888 á 1931.

defloramento antigo sem contudo podermos precisar a data, não tendo havido copula repetida. [...]<sup>264</sup>

Mesmo não tendo havido cópula repetida no caso da menor Raymunda constatou-se que o defloramento era antigo e o hímen encontrava-se em completo estado de dilaceração por ter havido relações de continuidade, encontrando-se muito danificado, não sendo possível esclarecer maiores detalhes sobre este caso, porém na verificação do auto de exame de corpo de delito podemos observar que este era de fundamental para coadunar-se com as ferramentas do judiciário na formação de uma queixa de defloramento e para a constatação do mesmo.

As mulheres pobres, segundo o pensamento oitocentista, estavam intimamente ligadas ao cotidiano da vadiagem, das ligações licenciosas e da criminalidade como vítimas, espectadoras ou autoras de delitos, os caminhos percorridos para reprimi-las eram quase sempre os mesmos, davam-se através da vizinhança, da polícia, do subprefeito das chefaturas, e, por fim, se as infrações fossem consideradas graves e as “infratoras incorrigíveis” os casos viravam longos processos e caíam no parecer de juízes que impunham penas como a prisão ou a assinatura de Termos de Bem Viver, este último, muitas vezes, desconsiderado pelas acusadas.

As teias de sociabilidade e os diversos lugares públicos como praças, ruas e o ambiente doméstico, eram utilizados no desenvolvimento de sua existência, logo, esses espaços se transformavam em palco das muitas desavenças e tumultos pertinentes as contradições que emergiam do processo burguês de urbanização vivenciado não só pelos habitantes do centro da cidade mais também pelas camadas periféricas.<sup>265</sup>

Temos, como exemplo, o ciúme que era representado como sentimento inoportuno e provocador de conflitos entre as mulheres, sua demonstração representava o sentimento exagerado e extremo do amor sem medidas e apaixonado, combatido pela sociedade oitocentista e, conseqüentemente, punido através dos aparelhos repressores legítimos, confirmando nossa análise de que as possíveis relações amorosas conflituosas que envolviam as mulheres das camadas populares eram criminalizados por fugirem do padrão estabelecido da manifestação do amor a partir do casamento (civil ou religioso) harmonioso, espaço do exercício da sexualidade normatizada e higiênica.

---

<sup>264</sup> Auto de Defloramento de Raymunda Pimentel, 1898..Arquivo Público do Estado do Pará. Doc. 1 - ano 1898/ mês: agosto. Área: Segurança Pública; Fundo: Chefatura de Policia; Série: Autos 1888 á 1931.

<sup>265</sup> ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. Imagens negras, espelhos brancos: um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará. In: D'INCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luzia Miranda. *A Mulher Existe?* Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero da Amazônia. Belém: GEPEM, 1995. p. 29.

As fontes utilizadas confirmam que, a partir da constituição republicana, a disciplinarização do comportamento feminino tornou-se preocupação eminente tanto das elites emergentes quanto dos órgãos de governo da cidade de Belém que se encarregaram da manutenção da moralidade e da segurança pública e privada. Mulheres populares foram duramente atingidas e criminalizadas por suas relações amorosas e tiveram seu padrão de vida e suas práticas cotidianas postas em detrimento diante de um modelo feminino delineado para as mulheres das camadas dominantes. Seus comportamentos chocaram-se, inúmeras vezes, com o desejado pela sociedade burguesa oitocentista, efetivando conflitos e propiciando tensões.

As representações sociais sobre as relações de amor tecidas pelas mulheres das camadas populares, não formaram de maneira nenhuma um discurso neutro, mas produziram no século XIX estratégias e práticas de imposição de uma autoridade sobre uma população pobre que era menosprezada e que sobre os olhares da elite oitocentista paraense necessitava de projetos legitimados que regulassem suas condutas de acordo com justificativas que muitas vezes as criminalizavam.

O cotidiano e as práticas sexuais femininas que se ligavam a uma possível criminalização e suas representações sociais precisam ser debatidos a partir de uma perspectiva de gênero para que possamos entender um pouco mais da história e da construção dos modelos sociais que forjaram os comportamentos de mulheres, para que possamos empreender possíveis reflexões, rearranjos e novas descobertas.

A prostituição, a violência física, o comportamento desviante, os amantes, todos esses elementos misturavam-se entre as mulheres do século XIX, e agiam sutilmente em seus mundos periféricos, influenciando em suas decisões, ações, e relações, transformando as representações da sexualidade para as mulheres populares, em que para elas talvez as constantes brigas amorosas, ou ainda o defloramento nem sempre fossem vistos como crimes propriamente ditos, como pregava a “regeneradora” República, estampar as páginas dos jornais tendo suas vidas devassadas pelos folhetins diários talvez não fosse tão vergonhoso para estas mulheres, pois seu cotidiano transpassado por suas relações e vivências lhes poderia dar outra representação de si mesmas e de suas relações.

Crime para as mulheres populares talvez não fossem seus vários amantes que com permissão se envolviam em seu cotidiano ou a frequência em botequins, proferir palavras indecorosa ou brigar por seus eleitos, crimes para as mesmas talvez fosse a invasão de seu mundo privado sem a devida autorização, ou serem levadas a revelia aos tribunais sendo questionadas por possíveis vivências e comportamentos entendidos como impróprios pela

sociedade oitocentista. Crime talvez perpassasse pelo fato de serem proibidas do direito de circular livremente nos espaços públicos, senhoras de si e capazes de conduzirem seus destinos sem medos da reprimenda e da discriminação social.

## CONCLUSÃO

Analisar as práticas amorosas e sexuais de mulheres amasiadas no século XIX consistiu em tentativas para compreender um pouco mais sobre a história das mulheres, sua sexualidade as relações de gênero em Belém, no final do século XIX, e como estas se encontraram formando no tecido social múltiplas experiências e representações. A região norte do país ainda carece de pesquisas nos campos dos estudos de gênero, mesmo com a visível ampliação deste campo no Brasil percebemos que determinados temas ainda possuem muitas lacunas e muito a ser pesquisado, principalmente no que consiste às especificidades regionais do norte e nordeste e em determinados recortes históricos como no caso oitocentista. O presente trabalho não pretendeu esgotar ou subsumir a possibilidade de outras análises, pretendeu-se apenas demonstrar em um recorte histórico delimitado as potencialidades de pesquisa existentes no campo de gênero e sexualidade em uma dada região do país e como estas investigações podem traçar novas possibilidades reflexivas para a teoria feminista. Por um longo tempo, as mulheres amazônicas foram representadas, lidas e compreendidas sobre variadas perspectivas que auxiliaram a colocá-las as margens de uma história oficial ou, como vimos, colocá-las como segmentos sociais mais próximos do que compreendeu-se como “selvagem” e “desviante”. Ainda hoje a região norte tem sido representada sobre a ótica do desconhecido, do despovoado, do longínquo e do incivilizado, imagens da floresta são constantemente veiculadas sobre os pedidos de proteção, porém as populações que ocupam este espaço do país ainda são pouco conhecidas, investigadas e entendidas.

Quando falamos em práticas amorosas e práticas sexuais nos remetemos a um conjunto variado de comportamentos, experiências, sentimentos, desejos, estratégias e relações de poder nelas embutidas que auxiliam a compor o denso conjunto que se difunde socialmente, se modifica e é ressignificado de acordo com os grupos sociais que os dominam e utilizam. As práticas amorosas e as práticas sexuais não constituem conjuntos iguais para todos os grupos sociais, observamos nesta pesquisa que cada grupo, por exemplo, mulheres das classes populares, mulheres das classes burguesas, tiveram delineadas em suas práticas amorosas e sexuais, possíveis, elementos que foram lidos, vivenciados, percebidos, representados socialmente e forjados de formas diferentes para cada grupo.

Analisando as proximidades entre as práticas amorosas e as práticas sexuais, a partir dos discursos e representações sociais elaboradas em torno das vivências amorosas das

mulheres, percebemos que as representações sociais do amor no século XIX são de fundamental importância para entendermos que a construção social que se deu em torno do mesmo aponta para o entendimento de muitas das condutas no campo da conquista amorosa, assim como, mostra as modificações ocorridas historicamente em torno das nossas próprias compreensões sobre amor, sexualidade e casamento.

As representações sociais da ciência sobre as mulheres das classes populares nos possibilitaram encontrar eixos de análise indissociáveis entre classe, raça, gênero e sexualidade, descortinando especificidades e possibilidades relacionais emergentes dos jogos de poder que auxiliaram na criação de uma hierarquia social que colocou as mulheres pobres amasiadas em um nível inferiorizado. Percebemos que ser mulher em um contexto histórico específico significa estar sobre o condicionamento de inúmeros elementos de opressão significativos que podem potencializar as relações de gênero instituídas. Ser mulher das classes populares de Belém, no oitocentos, também simbolizava ser negra, cabocla, tapuya, mestiça, simbolizava ter outros entendimentos das relações de trabalho e produção, significava ter outros entendimentos sobre a maternidade e a família.

Recortando uma parcela da população que em grande número era produto da forte miscigenação, das intempéries colonizadoras, dos choques culturais existentes, das relações de gênero, podemos, observar que as mulheres das classes populares nas regiões amazônicas produziram seu sustento em larga escala, vendendo sua força de trabalho, cultivando, pescando e coletando, sendo muitas vezes arrimos de famílias sem homens provedores. As mulheres das classes populares não se furtaram ao exercício de sua sexualidade mesmo que penalizadas pelos discursos de uma ciência androcêntrica, que as qualificou como degenerescentes dadas a lascívia e prostituição precoce. A família que muitas destas mulheres possuíam não era formada a partir das considerações da família nuclear burguesa, compreendendo homem, mulher e filhos, eram famílias apoiadas em sistemas de ajuda mútua e solidariedade, numerosas, que dividiam espaços em comum não só com os consanguíneos, mas com todos aqueles que lhes pediam algum abrigo, como citou José Veríssimo.

Além destas possibilidades, podemos perceber que o século XIX representou um “tempo” de descobertas científicas, de alastramento do controle político sobre a vida das pessoas, de um adensamento, mesmo que perene, de uma ascensão econômica no caso de Belém, de modificações nos sistemas de produção e no regime político. O século XIX concentrou em si mudanças interessantes de serem observadas, reformulou as estratégias imperialistas e fomentou novos ciclos de migração para a Amazônia, prenes de promessas

de riquezas, terras, ascensão social, os projetos políticos de ocupação das terras vazias e despovoadas continuou até inícios do século XX, trazendo um enorme contingente de pessoas com outras práticas outros costumes e outras vivências, auxiliando na reelaboração das práticas amorosas e sexuais à outras instâncias.

Os amasiamentos de mulheres das classes populares apresentavam-se, muitas vezes, como únicos recursos possíveis para o desenvolvimento de sua conjugalidade e para a constituição de uma família, mesmo que para as elites oitocentistas estas famílias representassem em larga escala o símbolo da desordem e do desvio, ou de uma sexualidade desregrada. As exigências de casamento institucional, dispostas pelos poderes políticos, jurídicos e religioso, difundido como saneador pela organização científica-higienizadora, não impediu as mulheres das classes populares de exercerem sua sexualidade, trocarem de parceiros, terem filhos, mesmo que considerados ilegítimos e de desenvolverem seu cotidiano a revelia de códigos normatizadores burgueses, ou dialogando diretamente com estes.

Não podemos considerar que as práticas amorosas e sexuais de mulheres das classes populares de Belém estariam circunscritos aos campos do mundo privado, pois, como percebemos nas fontes abordadas, estas práticas escaparam das fronteiras do doméstico para o campo do público através de publicações nos jornais da cidade, de processos de defloração, do código de posturas da intendência municipal e através de leis reformuladas pelo jurídico que especificaram o que deveria ser considerado correto e o que estaria fora das normas jurídicas. O correto estaria determinado pelas normas do casamento civil e religioso, representado como o lugar do exercício da sexualidade, da moralidade e da higiene, o casamento no século XIX deveria ser condição para a família normativa, heterossexual, nuclear, o que colocou os amasiamentos em uma escala hierarquizada, como menos moral, deficitário, lugar das paixões indecentes.

As mulheres das classes populares mesmo desenvolvendo suas práticas amorosas através das instâncias de amasiamento foram atingidas fortemente pelas representações saneadoras do casamento, tendo suas práticas amorosas postas sobre questionamento pelos campos jurídicos e científicos. Os processos de defloração demonstraram que as potenciais vítimas em sua maioria eram jovens muito pobres, sendo inclusive em muitos processos impetrados pelas famílias que as despesas dos mesmos não fossem cobradas tendo em vista a impossibilidade de pagamento. Estes processos demonstram também as inúmeras estratégias utilizadas pelas supostas vítimas para camuflar os acontecimentos ou proteger seus possíveis deflорadores, dentre as estratégias observadas podemos elencar a fuga dos casais, para

livrarem-se possivelmente da coerção familiar e judicial, por terem mantido relações sexuais fora do casamento, demonstrando que não era tarefa difícil abandonar as famílias e fugir com seus possíveis ofensores caso isso fosse necessário para a proteção da relação, ou ainda para se evitar o agenciamento dessas relações pelo poder social e jurídico. Estes dados apontam para complexas tramas da conjugalidade descortinando práticas amorosas e sexuais que se estabeleciam fora do casamento sendo este compreendido como última instância para o estabelecimento da união ou ainda instância desnecessária para tal.

O poder jurídico quando acionado como agente executor da norma aciona uma outra série de dispositivos reguladores que objetivavam o enquadramento da sexualidade a fronteiras limítrofes, assim como aciona uma vasta teia de relações de poder, a sexualidade em fins do século XIX deveria ser exercida dentro dos cânones legais do matrimônio para esse agenciamento o poder jurídico utilizava seu conjunto de regras condicionando o comportamento a uma sequência de investigações. A partir do momento que se dava a denúncia de possíveis defloramentos, ou fugas, as famílias das envolvidas tinham como opção acionar o judiciário para tentar resolver as querelas, geralmente as denúncias eram dadas por um familiar mais próximo, como mães, pais, irmãos e tios, um vizinho com relações mais estreitas com a família, ou ainda, porém em menor escala pelas defloradas.

O processo depois de aberto acionava as testemunhas, a possível vítima e arrolava um número possível de depoentes, os depoimentos seguiam sempre no sentido de estabelecer o casamento caso fosse comprovado por exame de corpo de delito o defloramento. Os autos de perguntas dos processos tentavam alinhar-se para comprovar a ingenuidade da vítima, caso defloramento constatado, assim como pontos que possibilitassem a interpretação de que a vítima havia sido seduzida com promessas de casamento, estes pontos claros dos processos desaguam em francas relações de poder, pois, enquanto o judiciário e os depoentes somam para comprovar a incapacidade da vítima pela sua ingenuidade, a vítima dava indícios em seu depoimento que tinha agenciamento sobre seu corpo e seus desejos quando negava o defloramento, quando arguia sobre os motivos de sua fuga, e quando se contradizia nos depoimentos.

Os processos possibilitam também perceber que a fuga para lugares distantes, ou ainda para casa de pessoas que pudessem auxiliar a relação poderia ser usada como estratégia profícua nas relações de poder. Fugir pode significar a resistência mais profícua ao casamento legitimado, ao menos por um breve espaço de tempo, fugir também pode ser interpretado a partir de outros prismas como estratégia para dinamizar um casamento legal que possivelmente o casal não teria condições de pagar. A fuga denunciada pela família também

pode ser compreendida como estratégia para a mesma aceitar uma relação amorosa que por ventura estaria inclinada a rechaçar, ainda poderia ser estabelecida na tentativa de esconder as práticas amorosas e sexuais estabelecidas por tempo avançado.

Como podemos perceber as práticas amorosas e sexuais estabelecidas por mulheres das classes populares em Belém nos últimos anos do século XIX podem nos mostrar um pouco mais das vivências, das relações de gênero e das dinâmicas do poder.

Amasiamentos podem ser lidos no contexto oitocentista como uma maneira de resistir aos ditames de uma classe que pretendia impor-se sobre as outras, os amasiamentos também podem ser lidos como estratégias do campo das relações amorosas que determinaram práticas amorosas e sexuais específicas para um grupo social. Importante ressaltar que não podemos mais fazer uma leitura dos amasiamentos como prática de conjugalidade circunscrita somente ao campo dos sentimentos amorosos e da família popular, os amasiamentos como podemos perceber formaram conjugalidades múltiplas que possibilitam observar no campo das relações de gênero as confluências do poder que circulava através das práticas amorosas e sexuais dos casais.

## LISTA DE FONTES

Auto Crime de Defloração de Raymunda Pimentel, 1898..Arquivo Público do Estado do Pará. Doc. 1 - ano 1898/ mês: agosto. Área: Segurança Pública; Fundo: Chefatura de Policia; Série: Autos 1888 á 1931.

Auto Crime de Defloração impetrado por Maria de Belém Guimarães contra Manoel Marques da Silva, 1897. Centro de Memória da Amazônia. Documentos do Judiciário. Série: Crime; Sub-série: defloração; Código: 750.548.653-936; Estante: N2; Notação: 4; 1º Distrito criminal/1897.

Auto Crime de Defloração de Dona Ernestina de Castro, 1895. Arquivo Público do Estado do Pará. Doc. 4 - ano 1895/ mês: setembro. Área: Segurança Pública; Fundo: Chefatura de Policia; Série: Autos 1888 á 1931.

Auto Crime de Defloração impetrado por Luiza Flores de Oliveira contra José da Siqueira Mendes, 1896. Centro de Memória da Amazônia. Série: Crime. Sub-série: defloração Código: 750.548.653-936. Estante: N2 Notação: 4. 1º Distrito criminal/1897.

PARÁ. Arquivo Público do Estado do Pará. *Carta*. Belém: Chefatura de polícia, 1893. Carta – Arquivo Público do Estado do Pará – Área: Secretaria de Segurança Pública – Fundo: Chefatura de polícia – Série: Autos – Ano: 1893

*A República*. [Belém], 18 out. 1890. p. 03

*Correio Paraense*. [Belém], 02 jul. 1892. p. 02.

*Correio Paraense*. [Belém], 08 jul. 1892. p. 02

*Correio Paraense*. [Belém], 20 jul. 1892. p. 03

*Correio Paraense*. [Belém], 22 jul. 1892. p.02

*Correio Paraense*. [Belém], 23 ago. 1892. p. 2.

*Correio Paraense*. [Belém], 13 ago. 1892. p 03

*Correio Paraense*. Mizeria e Oppressão. [Belém], 13 ago. de 1892. p. 02

*Correio Paraense*. [Belém], 28 ago. 1892. p. 02

*Diário de Noticias*. [Belém], 4 de jan. 1890, p. 03.

*Diário de Noticias*. [Belém], 05 jan. 1892. p 02

*Diário de Noticias*. Secção do Interior. [Belém] 20 de fev. 1896. p. 02.

*Diário de Noticias*. Solicitado. [Belém] 22 de fev. 1896. p. 02

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. Imagens negras, espelhos brancos: um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará. In: D'INCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luzia Miranda. *A Mulher Existe?* Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GPEM, 1995.

ALVARES, Maria Luzia Miranda. *A Mulher Existe?* Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GPEM, 1995.

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000.

AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

ARRUDA, Ângela. Teorias das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. n 117, p 127 – 147, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: DIFEL, 1970.

BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. v.2.

BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

CAMPOS, Ipojucan Dias. Sentidos da violência conjugal e amásia em Belém (décadas de 1920 e 1930). *Projeto História*, São Paulo, n.39, p. 235-255, jul/dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*. 324 f. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)*. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Divórcio e discursos jurídicos: significados sociais em Belém no final do século XIX (1890/1900). *Textos e debates*, Revista de Filosofia e Ciências Humanas: UFRR, Boa Vista, v. 10, p. 99-131, jun. 2006.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relação amorosa das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. 172 f. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). *Cadernos Pagu*, n.30, p. 301-328, 2008.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicol. Reflex. Crit.* 2005, vol.18, n.3, p. 343-349.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

CONNELLY, Patricia. On Marxism and Feminism. *Studies and political economy*. Disponível em: << <http://spe.library.utoronto.ca/index.php/spe/article/view/13316/10200> >> Acesso em: 12 jan. 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp. 2001.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Portugal: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 1991, vol.5, n.11, p. 173-191.

\_\_\_\_\_. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.

CHAVES, Jacqueline Cavalcanti. Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da Belle-Époque. *Análise Social*, v. 180, 2006, 827-846.

DEL PRYORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

D'INCAO, Ângela Maria. O amor romântico e a família burguesa. IN: D'INCAO, Ângela. (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DUBY, Georges (Org). *Pequena História: amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1998.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 153-177.

\_\_\_\_\_. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense. 2004

ESTEVEES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Rev. Estud. Fem.*, v.18, n.3, p. 811-836, 2010.

FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*. New York: Bantam, 1970.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade II: os usos dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GOFF, Jaques. A rejeição do prazer. In: DUBY, Georges (org.). *Amor e sexualidade no ocidente*. Lisboa-Portugal: Terramar.

GREGERSEN, Edgar. *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. São Paulo: Roca, 1983.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.). *Debates em torno de uma metodologia feminista*. México, D.F.: UNAM, 1998, p. 09-34.

\_\_\_\_\_. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, v.1, n.1, p.7-32. Rio de Janeiro: 1993

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, Identidade e Diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de, et all (orgs.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: Coleção Estudos CDAPH. 2002.

LAQUER, Tomas. *Inventando o sexo: corpos e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. “Documento / monumento”. In: *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LEITE, Miriam Moreira; MASSAINE, Márcia Ignez. Representações do amor e da família. In: D’INCAO, Angela. (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MACCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp. 2010.

MICHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, Ano 3., n. 14, jul. 1967.

MILLETT, Kate. Teoria de la política sexual. *Política Sexual*. México, DF, 1975

MOTT, Maria Lucia Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? *Revista Estudos Feministas*. v 07 n 01\_2. Santa Catarina: UFSC, 1999

NASCIMENTO, Renan Custódio do. Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano. *Universitas Ciências da Saúde* - v.03, n.01; p. 65-72, 2005. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/546/366>> Acesso: 20 ago. 2011.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*, Brasília: Universidade de Brasília, v. 8, n.1-2, p. 47-84, 2002.

\_\_\_\_\_. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, corpo e sexualidade. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, [São Paulo], v. 13, n. 35, 1999.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. *Cadernos Pagu*, 2003, n.21, p. 211-218.

RAGO, Margaret. 'Epistemologia Feminista, Gênero e História'. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (orgs.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

\_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. Amores lícitos e ilícitos na modernidade paulistana ou no bordel de Madame Pommery. *Teoria & Pesquisa*, n. 47. jul/dez. 2005.

\_\_\_\_\_. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, n. 7, v. (1-2), p. 67-82, out. 1995.

\_\_\_\_\_. Imagens da Prostituição na Belle Époque Paulistana. São Paulo. *Cadernos Pagu* (1). 1993

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil*. Rio de Janeiro: Guanabara/Waissman Koogan, Ltda. 1894

\_\_\_\_\_. *Métissage, dégénérescence et crime*. Archives d'anthropologie criminelle. Lyon, 1899.

ROSALDO, Michelle, O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre feminismo e entendimento intercultural. *Revista Horizontes Antropológicos*, n. 01. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Orgs.). *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review, 1975, p.157-210.

\_\_\_\_\_. Thinking sex: notes for a radical theory of the Politics of sexuality. In: VANCE, Carole. *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. New York: Pandora, 1984.

SALLES, Vicente. *O Negro na formação da sociedade paraense*. Belém: PaKa-Tatu, 2004. p. 143 – 158

SAMARA, Eni de Mesquita. O Discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: MATOS, Maria Izilda de Santos; SOLER, Maria Angélica (orgs.). *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Brincos de ouro, saias de chita: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz Viagem ao Brasil (1865-1866). *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1890-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.73-94, dez. 2007.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Coleção Bahianas, 2002. p. 89-120.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870/1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. El problema de La invisibilidad. In: ESCANDÓN, C.R. (org). *Género e História*. México: Instituto Mora/UAM. 1992.

\_\_\_\_\_. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez.,1990.

SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Les années folles à São Paulo: Hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*. Paris : l'Harmattan, 1997.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Rev. Estud. Fem.*, v.14, n.1, p. 15-42, 2006.

TRINDADE, José Ronaldo. Mulheres de má vida: Meretrizes, infiéis e desordeiras em Belém (1890-1905). In: ALVES. Maria Luiza Miranda, D'INCAO, Maria Ângela (Orgs.). *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GPÉM. 1995.

\_\_\_\_\_. *Errantes da Campina: Belém, 1890-1900*. [285f.] Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 1999.

VASCONCELOS, Vasco Smith de. *As dirimentes do código penal*. São Paulo: Acadêmica, 1923.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará. 1970.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.